

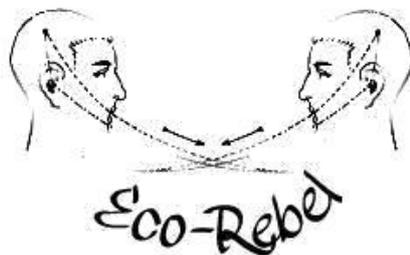
Ecolingüística

**Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem
(ECO-REBEL)**

Volume 2, número 2, 2016



**Programa de Pós-Graduação em Linguística
Departamento de Linguística
Instituto de Letras
Universidade de Brasília**



Editorial

Os Organizadores

Prezadas leitoras, prezados leitores!

É com imenso prazer que trazemos a lume o v. 2, n. 2, 2016, de *Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)*. Ele contém quatro ensaios de autores estrangeiros, sendo um deles em francês (Calvet), outro em inglês (Nash) e dois outros traduzidos para o português (Mey, Makkai). Os outros três são de ecolinguistas brasileiros, sendo um de cunho epistemológico mais amplo (Couto), outro apresentando a “fonologia ecossistêmica” (Lima Jr.) e o terceiro discutindo a questão da interação a propósito de um jogo eletrônico (Silva). A abrangência dos temas testemunha pela enésima vez a multidisciplinaridade da variedade de ecolinguística chamada linguística ecossistêmica.

O artigo que abre o volume é do conhecido especialista em pragmática e estudioso de ecolinguística Jacob L. Mey, “Sequencialidade: por uma ecologia do texto”, editor da revista *Pragmatics*. Ele traz uma novidade nos estudos ecolinguísticos, isto é, a ideia de uma “ecologia do texto”. Mey enfatiza que todo texto deve ser visto em um contexto específico, e não ser encarado como um ajuntamento estático de traços, mas como um “conglomerado de condições em constante evolução e transformação”. Daí a proposta da “sequencialidade” espaço-temporal. Um texto fora do contexto seria ininteligível. Na opinião de Mey, sua proposta evita “a interpretação mecanística da conversação”, que vem sendo praticada pela análise da conversação.

ECO-REBEL

O segundo artigo, “Quels fondements pour une écologie des langues” (Quais são os fundamentos para uma ecologia das línguas?), de Louis-Jean Calvet, é interessante por vários motivos. Primeiro, Calvet é autor de um dos primeiros livros de cunho ecolinguístico (*Pour une écologie des langues du monde*, 1990). Segundo, ele está redigido em francês, não em inglês, como é mais comum no caso de textos que não estejam em português. Segundo, por apresentar uma proposta *sui generis* para a ecologia das línguas, partindo de ideias de Darwin e da teoria do caos. Segundo Calvet, a ecologia das línguas do mundo se articula no que chama de “modelo gravitacional”, com o inglês como língua “hiper-central”, em torno da qual gravitam línguas “super-centrais” (francês, espanhol, árabe, chinês etc.). Em torno do francês, por exemplo, gravitam “línguas centrais”, como o bretão, o alsaciano, o bambará etc. Em torno de uma língua “central” como o bambará, gravitam línguas “periféricas”, como o tamasheq, o peul, o songhay, o dogon etc. Esse conhecido linguista francês é também um dos primeiros a publicar um livro de natureza ecolinguística, como o que está mencionado acima.

O terceiro artigo, “Is ecolinguistics necessary?” (A ecolinguística é necessária?), tenta justificar a necessidade de uma disciplina chamada ‘ecolinguística’. Após apresentar e discutir diversos argumentos que aparentemente mostrariam que ela seria desnecessária, o autor conclui que ela é necessária sim, pois representa uma nova maneira de olhar para os fenômenos da linguagem.

O quarto artigo, “Da gramática pragmo-ecológica à ecolinguística (1973-1993)”, é de Adam Makkai. Como tal, ele não existe em nenhum outro lugar. Às vezes, trata-se apenas de parágrafos aforismáticos, porém cheios de ensinamento para os ecolinguistas. Afinal, juntamente com Alwin Fill, ele é um dos que deram continuidade à proposta seminal de Einar Haugen. Ele publicou um livro com a palavra “ecolinguistics” no título no mesmo ano em que Alwin Fill publicou sua conhecida introdução à disciplina, 1993.

O artigo “Comunidade de fala revisitada”, de Hildo Honório do Couto, retoma, como o título já sugere, o conceito de “comunidade de fala” por oposição ao de “comunidade de língua”, tomando como exemplo a comunidade rural de uma fazenda do município de Patos de Minas (MG). Além de “comunidade de fala simples/complexa” e “comunidade de fala máxima/mínima”, já conhecidas, são introduzidas as “comunidades de fala

compacta/difusa”. Enfim, vários conceitos da linguística ecossistêmica são retomados, além de introduzir o “ecossistema cultural”, o “mapa mental”, a “descomunhão” e os “padrões de interação comunicativa (PIC)”. Propõe ainda uma classificação linguístico-ecossistêmica das variedades do português brasileiro em “dialetos rurais, dialeto urbano, dialeto estatal”.

O ensaio de Ronaldo Manguiera Lima Júnior, “Fonologia ecossistêmica”, representa uma grande inovação na linguística ecossistêmica, por mostrar que essa versão da ecolinguística consegue ser efetivamente holística, apresentando um arcabouço epistemológico que permite estudar não apenas a exoecologia linguística, mas também a endoecologia linguística. O autor visa a mostrar “que descrições e análises fonológicas sob uma perspectiva ecossistêmica pressupõem a indissociabilidade entre a fonética e a fonologia, e que em uma teoria fonológica ecossistêmica a unidade mínima de análise deve ser o gesto articulatório, e não o fonema”. Diz ainda que as principais características dos sistemas complexos e dinâmicos compreendem “o fato de serem holísticos, complexos, emergentes, fractais em forma, interacionais, dinâmicos, não-lineares, auto-organizadores, por vezes caóticos, e sensíveis a estados de atração e ao estado inicial”. Por fim, o autor argumenta que já existem modelos fonético-fonológicos que vão na direção da visão ecossistêmica, tais como “Fonologia Articulatória, Fonologia Acústico-Articulatória, Teoria de Exemplares, Fonologia de Uso, Modelos Multirrepresentacionais, Modelo de Aprendizagem da Fala, Teoria do Ímã da Língua Materna, Modelo de Assimilação Perceptual”, compondo o que se chama de “Fonologia Laboratorial”. Tudo isso “está em consonância com o que poderia ser denominado uma Fonologia Ecossistêmica”. Trata-se da primeira proposta de se estudar fonologia da perspectiva ecolinguística, ou melhor, da da linguística ecossistêmica.

O artigo de Anderson Nowogrodzki da Silva, “A visão ecológica de mundo aplicada ao jogo eletrônico *Don't starve together*”, discute “uma nova forma de se olhar para o ecossistema linguístico em sua diversidade de plataformas”, ampliando os achados da análise do discurso ecológica (ADE). O autor analisa um caso de interação comunicativa que não é face a face, mas virtual, tendo por pano de fundo a visão ecológica de mundo (VEM).

Este número de ECO-REBEL contém ainda duas resenhas. A primeira é de *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos*

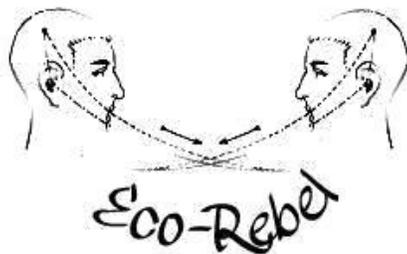
ECO-REBEL

e contemporâneos, primeira coletânea de textos ecolinguísticos publicada em português, resenhada por Maria Cecília de Magalhães Mollica & Daillane Avelar. O livro contém os clássicos da ecolinguística e mais de uma dúzia de textos fundadores da disciplina, além de ensaios de aplicação a casos concretos.

A segunda resenha é da coletânea *Ecolinguística, ecolinguísticas*, organizada por Cecília Mollica e Celso Ferrarezi Júnior. A razão de publicarmos esta resenha em nossa revista de ecolinguística é que a proposta da coletânea é de dialogar com áreas afins, e não ficar confinada ao que tradicionalmente se vinha chamando de “sociolinguística”, donde o “sociolinguísticas” do título. Além de um capítulo dedicado exclusivamente à “Ecolinguística”, a maior parte dos demais capítulos apresenta ideias muito próximas dela, como os seguintes, entre outros: “Dialetologia”, “Sociofuncionalismo”, “Croulística”, “A sociolinguística e os estudos de interação”, “Paradigma das redes sociais nos estudos sociolinguísticos” e “Pragmática”.

Boa leitura a todas e a todos!

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 2, N. 2, 2016.



SEQUENCIALIDADE: POR UMA ECOLOGIA DO TEXTO¹

Jacob L. Mey (University of Southern Denmark – Professor Emérito)

Abstract: *An ecological view of text production and consumption involves placing the text in a total world context. Context should not be seen as a static collocation of features or parameters; rather, it is a constantly evolving conglomerate of ever-changing conditions, both human and worldly. In particular, a context is never fixed in time; and the way we act in a context involves a constant adjustment of our activities, both verbal and nonverbal.*

This point of view has consequences for our understanding of both world and text: what I call ‘sequentiality’ is therefore a main constituent of our ecological text activities and a necessary precondition for our understanding and handling of a text, either written or spoken. Moreover, this way of conceptualizing and realizing context has not only theoretical importance: I will also try to show that applying this line of thought to ordinary human conversational interaction may have fruitful effects, and in particular enables us to do away with a mechanistic interpretation and analysis of conversation as it is currently practiced in CA and related enterprises.

Key-words: Text; dynamicity; spatiotemporality; sequentiality; ecology.

Resumo: Uma visão ecológica da produção e consumo de texto requer colocar o texto em um contexto específico. O contexto não deve ser encarado como um ajuntamento estático de traços ou parâmetros; pelo contrário, ele é um conglomerado de condições em constantemente evolução e transformação, tanto no nível humano quanto no nível não humano. Em especial, o contexto

nunca é algo fixo no tempo. O modo pelo qual agimos em um contexto envolve ajustes constantes de nossas atividades, verbais e não verbais. Esse ponto de vista tem consequências para nosso entendimento do mundo e do texto: o que chamo ‘sequencialidade’ é, portanto, um constituinte importante de nossas atividades textuais ecológicas e uma pré-condição para o entendimento e manuseio de um texto, escrito ou falado. O que é mais, esse modo de conceituar e pôr em prática o contexto tem importância não apenas teórica: eu vou mostrar também que aplicando essa linha de pensamento à interação conversacional humana ordinária pode ter efeitos frutíferos e, em particular, pode nos possibilitar a dispensa de interpretação mecanística de conversação, como ela é praticada atualmente na análise da conversação e em empreitadas similares.

Palavras-chave: Texto; dinamicidade; espatiotemporalidade; sequencialidade; ecologia.

1. Introdução: Um ato de fala em processo de desaparecimento

Por que perguntamos às pessoas se são capazes de abrir a janela quando na realidade simplesmente desejamos que elas a abram? Por que desejamos saber se um transeunte é capaz de nos dizer a hora do dia, sendo que na verdade simplesmente desejamos saber que horas são?

O problema aqui é de caráter geral: ele tem a ver com uma crença muito comum, mas falsa, de que sempre deveríamos nos expressar em termos que correspondam a algum tipo de realidade externa, algum fato, visto como um evento ou atividade isolada. ‘Fechar uma janela’ é uma dessas ações. Nosso pedido deve ter a ver com isso, e nada mais, algo como quando a bíblia adverte que nosso ‘Sim’ deve ser ‘Sim’ e nosso ‘Não’ um não – independentemente do fato de que em muitas culturas um ‘Não’ não é aceito como resposta, e um ‘Sim’ apenas indica que nossos ouvintes entenderam o que acabamos de dizer, não que eles concordam com nossa proposta ou opinião (pensemos na fórmula afirmativa japonesa *hai*). Ou, como diz um sucesso musical alemão, “muito ‘Não’ significa ‘Talvez’” (*Manches ‘nein’ heisst ‘vielleicht’*). A consequência óbvia em tais casos é que ‘Não’ simplesmente significa ‘Não para o aqui e agora’, não uma rejeição para sempre. Em minha posição de organizador de uma grande publicação científica, frequentemente tenho tido que confortar pobres autores excluídos, cujos manuscritos

¹ Traduzido do inglês por Hildo Honório do Couto.

foram rejeitados, assinalando que a rejeição foi apenas para a presente versão do artigo; eles seriam bem-vindos com uma nova versão, sem nenhum tipo de preconceito.

O problema com os atos de fala indiretos que mencionei em outro lugar pode ser formulado sucintamente da seguinte maneira: Por que as pessoas usam um ato de fala indireto quando o ato direto representa menos esforço? Além disso, por que tantos teóricos de atos de fala e outros linguistas ainda acham que a forma ‘canônica’ de um ato de fala ainda é a preferível, ou até mesmo a melhor ou bem sucedida? O verbo ‘prometer’ deve expressar sempre o ato de prometer e, ao contrário, deveriam as promessas ser formuladas preferivelmente em torno do real verbo canônico ‘prometer’?

A resposta correta para essas indagações (e, conseqüentemente, a solução do problema do ato de fala indireto) encontra-se na batida e ainda fundamentalmente subdesenvolvida noção de *contexto*. O contexto não deve ser considerado uma unidade de espaço e/ou tempo estática; pelo contrário, por seu caráter dinâmico ele compreende tanto tempo quanto espaço em todas as direções e dimensões. No que concerne ao tempo, eu gostaria de introduzir a ideia de ‘sequencialidade’ (sobre a qual pode-se ler mais abaixo, na seção 3 e seguintes). Quanto ao espaço, eu me refiro ao recente trabalho de Yueguo Gu ‘discurso telúrico situado’ – *land-born situated discourse*, LBSD – (GU, 2010), que discutirei na seção 5.

2. Atos de fala, pragmática e o eixo espaço/tempo

Começando pelo que chamei de ‘paradoxo do ato de fala indireto’ (o fato de que as pessoas usam obliquidade na maioria de suas falas, preferindo um ato mais complicado a outro simples, canônico), eu mostro que a ideia original de um ato de fala está inextricavelmente ligada à noção original da díade falante-ouvinte, em que uma ‘cabeça falante’ formula uma intenção a ser captada e ‘decodificada’ pelo outro com base no material linguístico apresentado.

A teoria dos atos pragmáticos (MEY, 2001, p. 206ss.) foi desenvolvida para captar um elemento essencial da teoria dos atos de fala que tem sido ignorada na maioria dos estudos.

Aí se põe a seguinte questão: O que as palavras significam quando usadas por um falante na presença de um ouvinte, e como o ouvinte as interpreta? Por outro lado, a pergunta que eu tenho sugerido que deveria ser feita é: Em uma situação de falar, ouvir e atuar, que palavras serão as mais apropriadas? Minha noção de ato pragmático (ou ‘ato de fala situado’) capta o que os usuários e a situação oferecem e procura incorporar essas restrições situacionais em relação ao

ECO-REBEL

enunciado admissível e efetivo. Nesse caso, o movimento da análise é de fora para dentro, em vez de ser de dentro para fora, como no caso dos atos de fala 'clássicos' descritos acima.

Se a teoria dos atos de fala pragmáticos identifica uma flagrante omissão da teoria dos atos de fala tradicional, ou seja, seu desprezo pela situação como determinante tanto da disponibilidade quanto das restrições sobre nossos atos, ela não especifica explicitamente as condições da situação. Mais especificamente, a teoria dos 'atos pragmáticos' (MEY, 2001, cap. 8) enfatiza mais o aspecto *espacial* da situação (quem está presente, o que oferece, quais são as restrições impostas por essa constelação, quais são as condições sociais e outras de locação e assim por diante), sendo que eu não dou muita atenção ao outro, o aspecto *temporal* da 'incorporação', motivo pelo qual os atos de fala devem submeter-se a um processo no tempo a fim de tornar-se inteiramente válido. Esplico-me.

Historicamente, nossa fala sofre mudanças significativas, tanto na forma quanto no conteúdo: isso se aplica ao falar também. Qualquer ato de fala concreto poderá sofrer mudanças (pense no modo como as guerras têm sido declaradas por séculos a fio: de declarações reais ou presidenciais, como no caso da Grande Guerra e da I Guerra Mundial, ao subterfúgio de simplesmente 'enviar marinheiros' e fingir que "não se trata propriamente de guerra", ao passo que "enviar mais cinquenta mil", como disse o cantor popular Tom Paxton em uma de suas famosas baladas dos anos da Guerra do Vietnam ("Lyndon Johnson disse à nação/Não temam uma escalada/ Eu estou simplesmente tentando agradar a todos/Embora não seja propriamente uma guerra/Eu estou enviando mais cinquenta mil/Para ajudar a salvar o Vietnam dos vietnameses").

Em geral nossos atos são praticados e avaliados diferentemente de acordo com a evolução do tempo. Até os mais horríveis atos criminosos estão sujeitos a limitações, um processo de 'superanuação', pelo qual um ato particular é 'descomissionado' por assim dizer: ele perde sua virulência própria quando visto em uma perspectiva temporal, de modo que quem o perpetra não pode mais ser processado após um certo número de anos¹. Um caso particularmente interessante é a definição legal de "estupro estatutário".

Atos de natureza sexual envolvendo menores é definido na maioria dos países como 'estupro', isto é, ato sexual forçado, fisicamente ou verbalmente. A diferença nas legislações se concentra mais na idade das pessoas envolvidas. Um estupro é considerado 'estatutário' nos Estados Unidos se, por exemplo, a pessoa que foi agredida sexualmente está em idade inferior a 16 em

ECO-REBEL

um estado como Massachusetts ou Flórida, ao passo que o Distrito de Colúmbia impõe um limite mais estrito, ou seja, 17 anos. Uns poucos anos atrás, essa diferença se tornou claramente visível quando um representante americano (Mark Foley, R-FL) foi acusado de ter assediado um jovem ajudante da Casa Branca que era menor de idade no momento do alegado crime. O congressista se defendeu dizendo que em seu estado natal, Flórida, a esse caso não se aplicariam as sanções legais válidas no Distrito de Colúmbia (onde o Congresso dos EUA está localizado), devido à diferença de idades.

Deixando de lado o cipoal legal da defesa e as medidas tomadas pelos advogados do requerente, bem como o resultado do caso (o representante Foley renunciou a seu assento na Casa "em desgraça", como publicado pelos jornais em 29 de setembro de 2006), eu gostaria de me concentrar no aspecto *temporal* do alegado ato sexual. Se o representante Foley tivesse simplesmente esperado alguns meses antes de enviar seu notório *email* 'superamigável' ao jovem homem em questão, não teria havido nenhuma ofensa. Devido ao decorrer do tempo, o ato teria simplesmente perdido o caráter de transgressão. Por isso é tão importante determinar exatamente o momento em que um crime foi cometido ou uma prisão foi feita: tanto a polícia quanto o judiciário sabem que a dimensão temporal exerce uma ação poderosamente decisiva na avaliação e interpretação de alguns atos como criminosos.

3. Atos pragmáticos e sequencialidade

Até em fatos não criminosos, um 'estado de limitação' se aplica, mesmo que diferentemente em contextos diferentes. Acima eu me referi ao 'problema do ato de fala indireto': Como pode ser que na maioria das vezes nossos atos de fala se dão em expressões verbais que têm muito pouco a ver com suas interpretações literais, mas, ao contrário, têm muito a ver com suas interpretações convencionais, como expressões idiomáticas ou pelo uso de algumas regras de inferência (LEVINSON, 1983, p. 268-272; 2000, p. 16)? A resposta é que, em consonância com o que eu disse acima, os assim chamados atos de fala 'indiretos' derivam sua força não propriamente da intenção do falante nem das palavras efetivamente proferidas, mas antes da *situação* em que foram adequadamente usadas.

Generalizando essa ideia, podemos dizer que os atos de fala precisam ser *situados* a fim de ter validade. Assim, os atos de fala situados se aproximam bastante da famosa noção de *evento de fala* de Dell Hymes, como ela é usada na etnografia e na antropologia (ver, por ex., BAUMAN;

ECO-REBEL

SHERZER, 1974). Neste caso, a fala é vista como girando em torno de uma atividade social institucionalizada de alguma forma, como é o caso do ensino, da visita ao consultório do médico, da participação em uma cerimônia de chá japonesa e assim por diante. Nessas circunstâncias, alguns enunciados são esperados, e serão aceitáveis, outros serão inconvenientes. Por outro lado, ao aceitar os enunciados próprios e dos outros, os participantes na situação estabelecem e reafirmam a própria situação em que os enunciados são proferidos, bem como a si próprios como falantes cuja fala ao mesmo tempo se baseia na situação social e a cria.

Neste caso, a ênfase não está mais na descrição dos atos de fala (como era para Searle e seguidores). O que o evento de fala produz é compreensível em termos da língua usada; o contrário também, os atos de fala individuais só têm sentido no evento. Esta concepção está ganhando apoio entre antropólogos e linguistas. Por exemplo, o antropólogo dos Estados Unidos Bill Hanks assevera que "o sentido surge da interação entre a língua e as circunstâncias, em vez de estar encapsulado na própria língua" (HANKS, 1996, p. 266), ou seja, codificado em unidades semânticas e administrada mediante regras sintáticas².

Essa "concepção radicalmente pragmática" (para usar uma expressão de LEVINSON, 1995) tem a ver com o problema do ato de fala indireto mediante uma mudança de foco de atenção das *palavras* que são ditas para as atividades que são praticadas. O caráter 'indireto' do ato de falar advém de modo natural *da* situação. Aos mesmo tempo, os atos de fala dependem *da* situação para sua interpretação correta. Nenhum ato de fala, por si só, faz algum sentido; não existem, estritamente falando, 'coisas' como atos de fala em si mesmos, mas apenas atos de fala *situados*, ou atos *pragmáticos*.

Consequentemente, é um erro acreditar (como fazem muitos filósofos, e linguistas ainda acreditam) que podemos explicar nosso 'uso de palavras' identificando atos de fala como contendo propriedades bem definidas (tais como intenção, ou força ilocucionária), a ser atribuídas estritamente de acordo com critérios filosóficos e linguísticos (semânticos, sintáticos e, talvez, fonológicos). Isso implica adicionalmente que todos os esforços despendidos na tentativa de romper com essa camisa de força linguística e filosófica ao fim e ao cabo será frustrada, uma vez que nenhuma teoria da linguagem ou da mente conseguirá, sozinha, explicar as atividades do usuário da linguagem humana em *situação* concreta. Essa situação não depende exclusivamente nem da mente do usuário nem da língua usada, já que ela não pode ser expressa em termos que devem operar no interior do mental ou do linguístico, nem descrevê-lo.

ECO-REBEL

Contrariamente a isso, uma abordagem pragmática ao agir linguístico levantará sempre, como sua tarefa primeira e mais importante, a questão das *possibilidades do usuário* (ou 'utilidades' [*affordances*], para usar um termo devido ao psicólogo americano James J. Gibson) em qualquer situação dada. Como eu disse acima, a teoria dos atos pragmáticos não explica o uso linguístico *de dentro para fora*, isto é, de palavras que têm sua origem em um falante soberano e vão para um igualmente soberano ouvinte (que, então, pode tornar-se falante soberano, e assim por diante). Ao contrário, seu movimento explanatório vai *de fora para dentro*: o foco está no meio em que tanto falante quanto ouvinte encontram suas 'utilidades' (*affordances*), de modo que toda a ecologia importa no que pode ser dito na situação, assim como no que está sendo dito.

O que é mais, a situação não deve ser vista como já dada, uma e única coleção de 'utilidades', mas como um processo continuamente interacional e em transformação, no qual falantes e ouvintes, como interactantes, participam em pé de igualdade no processo de fazer-sentido, de coconstruir a interpretação da situação e dos enunciados nela intervenientes (cf. MEY, 2001, p. 221). Uma vez que o resultado das atividades dependem crucialmente do modo pelo qual a interação é tratada no tempo e no espaço, a noção de 'sequencialidade' (implicando uma visão dinâmica da troca, não uma visão estática, 'olho por olho, dente por dente' dos enunciados enviados e recebidos), eu sugiro encarar a troca como dominada pela *sequencialidade* espaço-temporal do contexto, de molde a ligar nossa consciência às possibilidades e às condições temporais que envolvem os enunciados em qualquer interação (cf. ARUNDALE; GOOD, 2002, para o 'Princípio da Interpretação sequencial'; ver também ARUNDALE, 2005).

4. Por que a dimensão espaço/tempo é importante?

As dimensões de espaço e tempo são importantes não apenas como parâmetros definitórios para um ato pragmático específico; eles constituem o próprio arcabouço no seio do qual atos pragmáticos podem ser efetivados. No caso, não é suficiente levar em consideração o local e o tempo que envolvem um ato particular; precisamos levar em conta que a sequencialidade e a localização fazem parte da interação dos participantes. Dito de modo bastante simples, eu não posso executar um ato de fala sem fala e algum tipo de recepção; se não abro minha boca, ou não sou ouvido, não haverá nenhuma interação. Em tudo isso, a intenção do falante não é o único critério pelo qual atos de fala devem ser julgados (*data venia* Austin e Searle e sua teoria de 'ponto ilocucionário', baseado basicamente na intenção do falante). O falante, o(s) receptor(es),

ECO-REBEL

o(s) circuntante(s) e sua interpretação do ato, vinculada ao espaço/tempo, são todos importantes; mais, eles são indispensáveis para a eficácia do ato na situação dada.

Vejamos o exemplo seguinte, adaptado de Haugh (2007: 95):

(Uma mãe e sua filha estão andando na direção da estação de trem em Tóquio)

Mãe: *mama hankachi mottekita to omottanda kedo*

[mãe (= "eu") trazer lenço-vir-passado QUOT pensamento mas ...]

('Eu pensei que eu tinha trazido um lenço mas ...')

[Filha passa seu lenço à mãe]

Mãe: *A', domo*

('Ó, obridada').

Tomada isoladamente, a observação da mãe poderia ser interpretada, como uma expressão verbal de estado de coisas inteiramente neutra ('constatativa') ou, como Haugh sugere, "fazer uma observação mental para não esquecer da próxima vez ou para expressar frustração por ter esquecido e assim por diante" (HAUGH, 2007: 95). No entanto, a seqüela da conversação mostra que a filha 'capta' a insinuação de sua mãe e apresenta um lenço. Em outras palavras, o enunciado da mãe é agora classificado retrospectivamente como uma solicitação. Note-se que, sem as dimensões temporal e espacial desse diálogo, a solicitação não se teria materializado.

Como vimos antes, a noção de 'ato de fala indireto' é insuficiente para explicar casos como os que foram citados acima: um apenas descreve o fato de que algo é dito, enquanto se pretende algo diferente (a ilocução 'primária' e a 'secundária' de SEARLE 1975: 72; cf. MEY 2001: 113). No entanto, como e quando isso acontece não é explicado. A teoria dos atos pragmáticos, ao contrário, enfatiza o fato de que, na verdade, não há atos de fala como tais, mas apenas atos de fala proferidos em uma situação particular. Esses atos de fala situados são dependentes da 'história' do ato para sua interpretação, isto é, não apenas do que vem *antes*, mas também, e o mais importante, do que vem *depois* (em uma apreciação 'retrospectiva'). No entanto, sem um participante interlocucional não há 'depois': por isso, todo ato de fala é dependente da interpretação do ouvinte, talvez expressa em uma troca renovada com o emissor original, como no exemplo seguinte (adaptado de HAUGH 2007: 86):

[Um visitante do museu Edo-Tóquio está sentado em um banco, começando a abrir a embalagem de algo de comer. Ao ver isso, o funcionário do museu se aproxima do visitante e diz:

(Funcionário): *Mooshiwake gozaimasen ... mooshiwake gozaimasen...*

ECO-REBEL

('Eu' sinto muito Eu sinto muito ...')

(Visitante): A, ikenai?

(Oh, não é permitido?)

(Funcionário): *Mooshiwake gozaimasen ...*

Observe-se que a expressão *Mooshiwake gozaimasen* ('Eu sinto muito') não tem nada a ver com a real situação como tal. Ela é um modo de dizer 'Desculpe' bem genérico e superpolido. Não se faz menção de regras, proibições, propriedade, comida & bebida. Não se faz menção de autoridade, comportamento de visitante, sanções e assemelhados. No entanto, esse 'ato de fala indireto' de admoestar/lembrar/proibir e assim por diante é imediatamente compreendido pelo visitante, que interpreta o enunciado de 'desculpa' como um ato de fala indireto de 'não permitido'.

5. Sequencialidade e 'discurso localmente situado' (DLS).

Situar atos de fala situados no tempo e no espaço e renomeá-los como 'atos pragmáticos' seria um gesto vago se não seguido por uma indicação do que isso significa na prática. Como atividade humana, a fala se dá no espaço e no tempo; os atos pragmáticos incorporam algo desse caráter espaço-temporal mediante um relaxamento das restrições à 'canonicidade' e a subversão da orientação só-falante. No entanto, como já assinalei antes, os atos pragmáticos têm que ser concretizados no tempo e no espaço; nesse caso, eu me concentrarei no contexto temporal, que é tão importante para que o ato se torne válido (não simplesmente entendido).

O linguista chinês Yueguo Gu tem defendido exatamente essa ideia em numerosos trabalhos. De acordo com ele, a noção austiniana de 'contexto total' (de que eu também me utilizei; ver Mey 2001) não é estática, fixada para cada e todo ato de fala. Pelo contrário, ela é considerada dinâmica no sentido de que 'evolui ao longo do tempo' mediante o que eu sugiro que se chame 'sequencialidade' de nossas atividades, executadas nesse contexto espaço-temporal. Gu vai além, dizendo que o 'contexto total' não é apenas mais do que qualquer contexto anterior, que abrange tempo e espaço, ele é o "útero da língua" (GU, 2010, p. 96): é dele que nasce todas as nossas atividades linguísticas. Como ele diz (usando sua própria terminologia de 'discurso localmente situado' (DLS): "a língua é uma propriedade emergente [: ela é] produzida e reproduzida, primordialmente por *tipos de atividades* ou DLS" (GU, 2010, p. 96; ênfase minha).

Nessa citação, bem como em outras passagens deste artigo, Gu resenha a noção levinsoniana de 'tipo de atividade' -- conceito que Levinson havia lançado já em 1979, mas havia deixado inédito por muitos anos, tendo-o republicado a propósito de outros assuntos (LEVINSON, 1996; note-se

ECO-REBEL

que nesse seu tratado clássico de 1983, *Pragmatics*, não se faz a mínima menção do conceito). No entanto, o 'tipo de atividade' de Levinson ainda é estático e não leva em consideração os aspectos importantes de tempo e espaço, bem como não dá atenção ao usuário da língua que põe em ação a atividade considerada como um tipo, como nota Gu.

Contrariamente a isso, devemos considerar a 'situação total' a partir da qual o tipo de atividade toma sua feição particular, ao mesmo tempo (co)criando a própria situação em que ele ocorre. Na cena do museu mencionada acima, o funcionário e o visitante colaboram com isso (tipo de atividade: reforçando os regulamentos do museu) e é mediante essa atividade que as regras são mantidas e reforçadas -- mesmo tratando-se de uma perspectiva estática, as regras estão sempre lá, e sua reafirmação se dá em uma prática interativa caso a caso. Aqui, como em outras situações, a letra da lei é morta, a não ser que os sujeitos a adotem em suas atividades, criando assim o próprio 'contexto total' em que a lei opera de fato, criando de fato a própria lei. Além disso, esse conceito de contexto 'sequencial' ecologicamente embasado e as atividades que lhe são inerentes abre o caminho para uma melhor compreensão de muitas atividades humanas. Na próxima seção eu mostrarei sua importância prática no entendimento da conversação.

6. Sequencialidade e conversação

Com o objetivo de exemplificar meu ponto de vista, vou dar uma olhada a um trecho de um diálogo de uma novela de Peter Mayle. A situação envolve um jovem fotógrafo chamado André, que está hospedado no mesmo hotel que Camilla no sul da França. Ela é a editora de uma revista de moda para a qual ele é um repórter *free-lance*. Camilla acaba de chegar de Nova Iorque pelo Concorde e está cheia de energia, com muitos planos para os dias que estão pela frente. André está visivelmente cansado, depois de um dia de um árduo trabalho preparatório. Após o jantar, eles encetaram a seguinte conversação:

"Você está apagando, meu amor", disse Camilla, no momento que a conta foi colocada na mesa. "Você quer ir para a cama?" O garçom, cujo inglês dava para o gasto, elevou as sobrancelhas e pressionou os lábios. André olhou para ela. Ela olhou de volta, com um meio sorriso que não chegou aos próprios olhos. Ele teve um sentimento desconfortável de que um convite estava sendo feito..... "Eu não tenho tido uma oferta como esta durante semanas". E com isso ele deu uma gargalhada, e o momento passou. "Mais um café?" Camilla jogou o guardanapo sobre a

mesa e se levantou. "Oito horas amanhã. No *hall* do hotel". André ficou observando ela deixar o restaurante, uma recusa feminina (MAYLE, 1997, p. 34-35).

A pergunta de Camilla, "Você quer ir para a cama", evidentemente pode ser interpretada de várias formas: ela poderia estar perguntando sobre o estado físico de André a fim de se certificar de que ele está pronto para a tarefa que têm pela frente; ou, alternativamente, a pergunta poderia conter conotações sexuais. No que tange à primeira alternativa, André (o fotógrafo com quem Camilla deverá trabalhar em um importante projeto) pareceu um tanto distante durante o jantar, donde a pergunta sobre se estava cansado e querendo ir para a cama se mostra inteiramente apropriada. A outra alternativa, que possivelmente contém uma conotação sexual por parte de Camilla ('vem pra cama comigo') está mais em sintonia com as expectativas de um homem francês. No entanto, André desvia a atenção mudando de assunto e indiretamente recusando a oferta implícita ("mais um café?").

É claro que a ambiguidade da pergunta de Camilla só pode ser resolvida se inserida no contexto. Quando se vê a só de novo, André reflete sobre a situação e suas possíveis consequências. Seu "sentimento desconfortável de que um convite fora feito" fá-lo pensar se recusou os favores de sua patroa e, talvez, seu emprego. Mas, observe-se que o mais importante, na 'situação total' espaço-temporal, o que importa é a interpretação. Em minha concepção sequencial da atividade de fala, as palavras de Camilla não representavam um convite até que André o recusasse. Por outras palavras, o convite só veio à tona no espaço-empo sequencialmente. A evolução da conversa foi uma condição essencial para uma interpretação adequada, ecológica do contexto total do que Gu chama de 'discurso localmente situado' (DLS).

Nas palavras de Gu, "DLS se configura em termos de uma cadeia ecológica, isto é, um tipo de atividade dependente de outro para existir e se reproduzir" (GU, 2010, p. 87). Do mesmo modo, a teoria dos atos pragmáticos enfatiza a importância do contexto espaço-temporal dos usuários: seu discurso (leia-se: sua ação pela fala) precisa se ancorar ecológicamente, no espaço e no tempo, simplesmente para fazer sentido.

7. Observações finais

A visão ecológica da linguagem é essencialmente pragmática, do tipo que leva em consideração as necessidades e potencialidades dos usuários, além do modo de porem seus recursos linguísticos para funcionar.

ECO-REBEL

Eu espero ter mostrado que o ato pragmático, como o defini alhures, implica necessariamente um fator espacial e um fator temporal para sua realização. Esta visão complementa as concepções anteriores sobre condições e comportamento condicionado com respeito aos atos de fala. Ela preenche uma lacuna na teoria prévia de atos de fala, como eu os concebi em publicações anteriores. A noção de tipo de atividade, que antes era vista como um expediente classificatório para distinguir entre vários tipos de atos de fala em seus contextos ‘naturais’, tem sido posta de cabeça para baixo mediante a invocação da situação como o meio principal e condição vital para todas as nossas atividades de fala. Como digo em outro lugar, “atos de fala, a fim de ser eficazes, têm que ser situados (MEY, 2001, p. 219)”. As mesmas preocupações ecológicas perpassam pela produção de outros estudiosos, como é o caso de Yeguo Gu, cujo ‘discurso localmente situado’ lembra muito os meus ‘atos de fala situados (ou ‘atos pragmáticos’, MEY, *ibid.*). Outro estudioso que merece ser mencionado aqui é Istvan Kecskes, que desenvolveu uma teoria de ‘enunciados ligados à situação’, que também insiste na importância da situação para o entendimento e manejo de atividades de atos de fala. Ao fim e ao cabo, uma ecologia consciente do falar merece o melhor que pode conseguir, e o melhor é, como sempre, o que está em uníssono com a natureza. Uma ‘pragmática natural’ é aquela que observe as condições de nossa existência humana, os limites de nossas potencialidades no espaço e no tempo em cujo contexto exercemos nosso privilégio como usuários da língua, na medida em que respeitemos as restrições naturais que governam nossos usos. ‘Agir fora de contexto’ é tão inapropriado quanto citar fora de contexto. O contexto de uma situação determina nossos graus de liberdade no uso da língua, mas, por outro lado, nós só podemos ter essa liberdade respeitando as potencialidades do espaço/tempo que são dadas pela nossa natureza de animais sociais falantes.

Notas

*Uma primeira versão deste texto foi apresentada no Ecolinguistics Symposium, Graz (Áustria), em 25 de outubro de 2010. Uma parte dele foi também publicada em FETZER, Anita; Elda WEIZMAN. Elda; BERLIN, Lawrence (orgs.). *The dynamics of political discourse: Forms and function of follow-ups*. Amsterdam: John Benjamins, p. 17-31. Outra parte foi publicada em uma *Festschrift* para um colega em Odense, Dinamarca, como publicação local. No entanto, o presente ensaio é um todo independente.

¹Em certos casos, a prática legal de limitar a responsabilidade a um lapso de tempo determinado pode ser praticada, como aconteceu na maioria dos casos dos crimes de guerra cometidos durante a II Guerra Mundial.

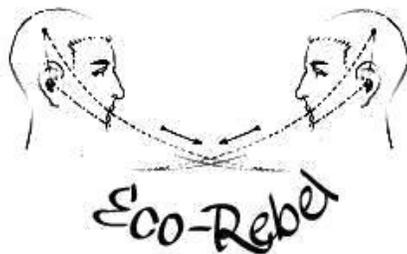
²Veja ENFIELD (1998) para uma esclarecedora discussão deste assunto.

Referências

- ARUNDALE, Robert B. 'Pragmatics, conversational implicature, and conversation'. In: Fitch, K. & Sanders, R. (eds.) *Handbook of Language and Social Interaction*. Mahwah, N.J.: Erlbaum, 2005, p. 41-63.
- _____; GOOD, Good. 'Boundaries and sequences in studying conversation'. In: FETZER, A.; MEIERKORD, C. (orgs). *Rethinking sequentiality: Linguistics meets Conversation Analysis*. Amsterdam & Philadelphia: Benjamins, 2002, p. 121-150.
- BAUMAN, Richard; SHERZER, Joel (orgs.). *Explorations in the ethnography of speaking*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.
- GU, Yueguo. The activity type as interface between language and parole, and between individual and society: An argument for trichotomy in pragmatics. *Pragmatics and Society* v. 1 n. 1, 2010, p. 74-101.
- GUMPERZ, John; LEVINSON, Stephen C. (orgs.). *Rethinking linguistic relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HAUGH, Michael. The constitution of politeness implicature in conversation. *Journal of Pragmatics* 39, 2007, p. 84-110.
- KECSKES, Istvan. A cognitive-pragmatic approach to situation-bound utterances. *Journal of Pragmatics* 32, 2000, p. 605-625.
- LEVINSON, Stephen C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- _____. Interactional biases in human thinking. In: GOODY, Esther (org.). *Social intelligence in interaction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 221-260.
- _____. 2000. *Presumptive meanings*. Cambridge: MIT Press.
- MAYLE, Peter. *Chasing Cézanne*. New York: Vintage Books, 1997.
- MEY, Jacob L. *Pragmatics: An introduction*. Oxford & Malden: Blackwell Publishers, 2001 [1993]
- SEARLE, John R. 1975. Indirect Speech Acts. In: COLE, Peter; MORGAN, Jerry (orgs.). *Syntax and Semantics*, Vol. 3: *Speech Acts*, New York: Academic Press, 1975, p. 59-82.

Recebido: 25/01/2016.

Aceito: 20/07/2016.



QUELS FONDEMENTS POUR UNE ÉCOLOGIE DES LANGUES?

Louis-Jean Calvet (Universidade de Provence)

Resumo: O objetivo deste artigo é procurar por um fundamento teórico para a ecologia das línguas, utilizando conceitos de Darwin como “origem”, “evolução” e “seleção natural”. Mas, foi a teoria do caos que me inspirou a propor o “modelo gravitacional” para explicar a relação entre as línguas, ligadas entre si por meio dos bilíngues, como uma língua gravitando em torno da outra. O inglês seria uma língua “hiper-central”, em torno da qual gravitam línguas “super-centrais”, como francês, espanhol, árabe e chinês. Em torno de uma língua super-central como o francês, gravitariam línguas “centrais” como o bambará, o bretão, o alsaciano etc. Em torno de uma língua central como o bambará gravitariam línguas “periféricas”, tais como o tamasheq, o peul, o songhay e o dogon. Em cada nível há um bilinguismo horizontal (línguas do mesmo nível) bilinguismo vertical (domínio da própria língua e da que lhe é superior). Há também a adaptação (aclimação) das línguas transplantadas, pois precisam ser veículo de comunicação em um novo meio, exatamente como acontece com as espécies que migram.

Palavras-chave: Ecologia das línguas; espécie; modelo gravitacional; evolução.

Abstract: The objective of this article is to look for a theoretical foundation for the ecology of languages, utilizing Darwin’s concepts like “origin”, “evolution” and “natural selection”. However, it was chaos theory that inspired me to propose a “gravitational model” to explain the relationships among languages linked by means of bilinguals, as if languages gravitated one around the other. English would be a “hiper-central” language, around which some “super-central” languages, like French, Spanish, Arabic and Chinese would revolve. Around these some

“central” languages like Bambara, Breton, and Alsatian would revolve. Around the central language Bambara there are “peripheral” languages like Tamasheq, Peul, Songhay, and Dogon. At each level there are vertical and horizontal bilingualism. Finally, there is an adaptation of transplanted languages to the new ecology, exactly as in the case of transplanted species.

Key-words: Ecology of languages; species; evolution; gravitational model.

Introduction

L’électricité a remplacé de façon avantageuse la lampe à huile, mais nous savons que ce n’est pas en cherchant à perfectionner la lampe à l’huile ou la bougie qu’on a inventé l’électricité. Semblablement, ce n’est pas en continuant à décrire les langues de la même façon, d’un point de vue uniquement interne, même en perfectionnant ou en complexifiant ses approches, que la linguistique parviendra à se renouveler, à opérer un changement de paradigme: elle reste dans le même sillon, celui d’une linguistique considérant que son rôle est de décrire *la* langue en elle-même et pour elle-même.

La sociolinguistique a été à l’évidence une tentative de sortir de cette linguistique résolument interne, de la revivifier en partant du principe que si la langue est un fait social, alors la science qui l’étudie ne peut qu’être sociale. Et l’approche écologique des faits linguistiques pourrait être une autre façon d’affronter le même problème, à condition qu’elle ne reste pas une simple métaphore. D’où les questions que nous allons aborder sur les possibles fondements d’une écologie des langues.

Ecologie des langues, écologie linguistique, ecolinguistique, ces expressions sont aujourd’hui fréquentes et presque banales. Pourtant, si nous jetons un regard sur le passé, nous voyons que l’approche à laquelle elle renvoie est récente. Einar Haugen fut en la matière un précurseur, comme il le fut dans le domaine de la politique linguistique, mais *The Ecology of language* (1972), a longtemps été un ouvrage isolé, atypique. Il faudra attendre une trentaine d’années pour assister à une sorte de tir groupé avec Albert Bastardas i Boada (*Ecologia de les Llengües*, 1996), Peter Mühlhäusler (*Linguistic Ecology*, 1996), Louis-Jean Calvet (*Pour une écologie des langues du monde*, 1999), Salikoko Mufwene (*The Ecology of Language Evolution*, 2001) et Fill & Mühlhäusler (*The Ecolinguistics Reader*, 2001).

Au delà de leurs titres ces ouvrages n’avaient pas nécessairement beaucoup de choses en commun, mais on peut tenter de ramener leur point de départ à une métaphore centrale (même si

ECO-REBEL

leurs auteurs ne l'ont pas tous exprimée de cette façon): de la même façon qu'une *niche écologique* est constituée par un *biotope* et des *espèces*, une *niche écolinguistique* est constituée par une *communauté sociale* et des *langues*. La métaphore assimilant une communauté sociale à un biotope ne pose guère de problèmes. Un biotope est un milieu caractérisé par son climat, sa pédologie, son hydrographie, etc., dans lequel vit une biocénose (c'est-à-dire des espèces animales et végétales). Et des changements dans le biotope peuvent entraîner des changements dans la biocénose, comme une modification de la situation sociale peut entraîner des changements linguistiques.

En revanche la métaphore assimilant les langues à des espèces ou à une biocénose est plus hasardeuse. Une espèce est une population dont les membres peuvent se reproduire entre eux, se perpétuer, et accepter ce parallèle consiste à revenir à la notion de familles de langues, de langues mères, à la métaphore biologique de la « vie des langues ». L'approche écologique des faits linguistiques ne serait alors qu'une façon de revisiter la linguistique « classique » en la mâtinant d'un peu de sociolinguistique et de références à « l'habitat » des langues, au milieu, ce qui serait un peu court. Mais nous verrons plus bas qu'il est possible d'utiliser d'une autre façon cette comparaison des langues et des espèces.

Mon parcours sera une sorte de zigzag entre une interrogation de l'apport possible de Darwin à la linguistique et la présentation de ce que j'ai pu proposer en matière d'écologie des langues depuis une dizaine d'années. Je me propose donc pour commencer de revenir aux fondamentaux, c'est-à-dire à Darwin, et à trois thèmes qui sont au centre de son œuvre, *origine*, *évolution* et *sélection naturelle*, en essayant de voir s'il peut apporter sur ces points quelque chose à la linguistique, à l'analyse de l'histoire des langues et des relations qu'elles entretiennent.

Partir de Darwin

Darwin a montré que les espèces n'étaient pas immuables, et a décrit les forces qui intervenaient dans leur évolution. Or les langues ont au moins ceci en commun avec les espèces qu'elles non plus ne sont pas immuables, qu'elles sont en constante évolution. Mais peut-on, sur ce point, aller plus loin dans la comparaison? Darwin était un grand collectionneur de fossiles, dont il pensait qu'ils pouvaient témoigner des différents stades de l'évolution de la vie, ce qui est aujourd'hui largement avéré. Mais les langues ne laissent pas de fossiles (on ne voit d'ailleurs

ECO-REBEL

pas comment elles le pourraient...) et la question de leur origine est complexe, se prêtant plus à une approche idéologique que scientifique. En revanche celle de leur évolution est plus facile à aborder, du moins pour la période historique « récente », c'est-à-dire la période pour laquelle nous avons des traces écrites. Nous connaissons par exemple assez bien l'évolution des langues romanes ou des langues sémitiques, même si nous n'en avons qu'une approche limitée, encore une fois essentiellement fondée sur la linguistique interne, et la reconstruction nous a permis d'élaborer des hypothèses remontant plus haut, par exemple à l'indo-européen.

Quant à la sélection naturelle, elle constitue un point à la fois central et complexe. Quelles sont en effet les forces intervenant dans l'évolution linguistique du monde ? Quelles sont celles qui tiennent au hasard, celles qui relèvent de contraintes internes et celles enfin qui résultent de la survie des plus aptes ?

Darwin n'a, dans son œuvre, que peu traité des langues. Dans le chapitre 14 de *L'Origine des espèces*, après avoir posé que « toute classification vraie est donc généalogique », il leur consacre deux pages plus loin une vingtaine de lignes :

« Pour faire mieux comprendre cet exposé de la classification, prenons un exemple tiré des différentes langues humaines. Si nous possédions l'arbre généalogique complet de l'humanité, un arrangement généalogique des races humaines présenterait la meilleure classification des diverses langues parlées actuellement dans le monde entier; et si toutes les langues mortes et tous les dialectes intermédiaires et graduellement changeants devaient y être introduits, un tel groupement serait le seul possible. Cependant, il se pourrait que quelques anciennes langues s'étant fort peu altérées n'eussent donné naissance qu'à un petit nombre de langues nouvelles; tandis que d'autres, par suite de l'extension, de l'isolement ou de l'état de civilisation des différentes races codescendantes, auraient pu se modifier considérablement et produire ainsi un grand nombre de nouveaux dialectes et de nouvelles langues. Les divers degrés de différences entre les langues d'une même souche devraient donc s'exprimer par des groupes subordonnés à d'autres groupes; mais le seul arrangement convenable ou même possible serait encore l'ordre généalogique. Ce serait, en même temps, l'ordre strictement naturel, car il rapprocherait toutes les langues mortes et vivantes, suivant leurs affinités les plus étroites, en indiquant la filiation et l'origine de chacune d'entre elles »¹.

Nous sommes bien sûr ici en pleine métaphore biologique, mais nous voyons que l'auteur

¹ Charles Darwin, *L'origine des espèces*, tome II. Paris : Maspéro, 1980, pp 495 et 497.

ECO-REBEL

ne s'intéresse pas directement aux langues et qu'il ne les utilise que pour illustrer sa notion de classification. Dans *The Descent of Man* en revanche il consacre plusieurs pages² à mettre en question l'idée selon laquelle la principale différence entre l'homme et l'animal serait la faculté de langage. Citant les exemples d'un singe du Paraguay (le *cebus azarae*) qui lorsqu'il est excité peut proférer six sons différents produisant les mêmes émotions sur ses congénères, celui des oiseaux qui transmettent à leurs oisillons les sons qu'ils profèrent ou celui des fourmis qui peuvent communiquer à l'aide de leurs antennes, il en vient à la conclusion que, du point de vue de la communication, il n'y a que des différences de degré et non pas de nature entre l'homme et l'animal. Si les grands singes n'utilisent pas leurs organes vocaux pour parler ce serait simplement parce que leur intelligence n'est pas assez développée.

Et sur ce point sa position semble en partie confirmée par un certain nombre d'études récentes. Ainsi un article publié dans *Nature Neuroscience* suggère qu'il y a une syntaxe du chant des oiseaux: on trouverait chez les moineaux du Japon des processus récursifs, avec des insertions de syntagmes dans la phrase principale³. Et d'autres études menées dans le parc national de Taï, en Côte d'Ivoire, montrent qu'un cercopithèque, le mone de Campbell, disposerait de six cris d'alarme différents pour annoncer la présence de prédateurs, cris qu'il combine en séquences « syntaxiques » ou protosyntaxiques⁴. Encore une fois la différence entre l'homme et l'animal serait de degré et non pas de nature.

Mais revenons au texte de Darwin. Ici encore, le langage et les langues lui servent à renforcer sa conception de l'évolution, et nous pouvons en retenir trois idées forces, qui font écho aux trois thèmes que nous avons mis en exergue (*origine, évolution et sélection naturelle*). Considérons pour l'instant le deuxième et le troisième de ces thèmes.

Pour ce qui concerne l'évolution, le langage serait selon lui apparu lentement, se serait progressivement enrichi, et la faculté de langage ne s'opposerait pas à l'hypothèse que l'homme

² *The Descent of man*, London, John Murray, 1871, pp 53-62, je citerai ici la traduction française de 1876, *La descendance de l'homme*. L'ouvrage a été republié en 1999 sous le titre *La Filiation de l'homme*.

³ Abe K, Watanabe D. « Songbirds possess the spontaneous ability to discriminate syntactic rules », in *Nature Neuroscience* 2011, 14:1067-74.

⁴ Ouattara K, Lemasson A, Zuberbühler K (2009), « Campbell's Monkeys Use Affixation to Alter Call Meaning », in *PLoS ONE* 4(11): e7808. doi:10.1371/journal.pone.0007808, et Ouattara K, Lemasson A, Zuberbühler K., « Campbell's monkeys concatenate vocalizations into context-specific call sequence », in *Proceedings of National Academy of Sciences of the USA* 2009, 106:22026-31.

descende d'une forme « inférieure »:

« Je ne puis douter que le langage ne doive son origine à des imitations et à des modifications, accompagnées de signes et de gestes, de divers sons naturels, des cris d'autres animaux, et des cris instinctifs propres à l'homme lui-même »⁵.

Ou encore:

« Ces remarques, assurément incomplètes, m'amènent à conclure que la construction très complexe et très régulière d'un grand nombre de langues barbares ne prouve point qu'elles doivent leur origine à un acte spécial de création. La faculté du langage articulé ne constitue pas non plus, comme nous l'avons vu, une objection insurmontable à l'hypothèse que l'homme descend d'un forme inférieure »⁶.

Et pour ce qui concerne la sélection naturelle, elle se manifesterait d'une part à l'intérieur même d'une langue, lorsque certains mots ou certaines formes en évincent d'autres, et d'autre part lorsque des langues dominantes font disparaître des langues dominées :

« Cette persistance, cette conservation de certains mots favorisés dans la lutte pour l'existence, est une sorte de sélection naturelle »⁷

Et :

« Les langues et les dialectes dominants se répandent rapidement et amènent l'extinction d'autres langages. De même qu'une espèce, une langue une fois éteinte ne reparaît jamais⁸, ainsi que le fait remarquer sir C. Lyell, le même langage ne surgit jamais en deux endroits différents; et des langues distinctes peuvent se croiser ou se fondre les unes avec les autres »⁹.

Pour ces deux thèmes donc, *évolution* et *sélection naturelle*, Darwin ne nous donne guère que quelques directions de réflexion qu'on ne peut pas considérer aujourd'hui comme révolutionnaires. Concernant la sélection naturelle, il avance une idée que la sociolinguistique a largement explorée (autour des langues dominantes et des langues dominées) et une autre qui mériterait d'être considérée (sélection naturelle dans l'évolution interne de la langue). Mais si les tenants d'une écologie des langues pensaient trouver chez lui une recette, ou un modèle à

⁵ op.cit. page 122

⁶ idem page 128

⁷ idem page 127

⁸ Il nous faudrait ici corriger Darwin, qui n'avait pas anticipé les politiques linguistiques : une langue disparue ne reparaît pas de façon spontanée, mais on peut la faire réapparaître : l'exemple de l'hébreu peut ici être évoqué.

transposer, ils ne peuvent que rester sur leur faim. Sur ces points, ce n'est certainement pas en cherchant à projeter sur les langues et les situations linguistiques une « méthode darwinienne » que l'on parviendra à élaborer une écologie linguistique.

Quant au thème de l'évolution du langage il est évidemment lié à celui de son origine, autrement plus complexe, et il mérite un traitement à part.

Autour de l'origine des langues

Darwin ne pensait bien entendu pas que le langage venait d'une création divine: pour lui les langues pouvaient s'être constituées à des moments différents et en des lieux différents. Mais un de ses passages a peut-être été interprété de travers, ou indûment sollicité:

« Il est à remarquer, et c'est un fait extrêmement curieux, que les causes qui expliquent la formation des langues différentes expliquent aussi la formation des espèces distinctes; ces causes peuvent se résumer en un seul mot: le développement graduel¹⁰ »

Les règles qui expliquent la formation des langues s'appliqueraient donc aussi à la formation des espèces. Si l'on se souvient de la courte phrase tirée des *Origines de l'homme* selon laquelle « toute classification vraie est donc généalogique », alors on pourrait imaginer que dans son esprit la généalogie des langues et celle des espèces est la même, et c'est le pas que certains ont franchi.

Tout commence avec Merritt Ruhlen dans un ouvrage dont le titre, *L'Origine des langues*, est évidemment une référence à l'auteur de *L'Origine des espèces*, et pour qui:

« Le langage humain est un phénomène vraiment trop complexe – et trop intimement enchevêtré avec les autres facultés cognitives humaines - pour s'être développé aussi vite et aussi tard dans l'évolution de l'homme que ne le voudrait le scénario culturel »¹¹.

Ruhlen considère qu'il y a une origine unique des langues et affirme qu'il y a vingt-sept racines communes à toutes les langues du monde, des racines qui auraient donc appartenu à la

⁹ idem page 126

¹⁰ op.cit . page 126

¹¹ Merritt Ruhlenn. *L'origine des langues*. Paris : Belin, 1997, page 13.

langue originelle¹², effectuant pour « démontrer » son hypothèse des rapprochements contestables et proposant des champs sémantiques très larges. Pour ne prendre qu'un seul exemple, il donne à sa racine *kano* des sens aussi variés que « bras », « aile », « aisselle », « avant-bras », « branche », « coude », « doigt », « épaule », « main », « manche », « patte de devant », « pied », ce qui lui facilite bien sûr la tâche pour trouver ensuite des traces de cette racine dans différentes langues... Cette approche, débouchant sur la proposition d'une hypothétique généalogie linguistique, a ensuite rencontré une autre généalogie, fondée sur les « races », selon une idée simple: la généalogie linguistique et la généalogie génétique doivent correspondre. C'est Luigi Cavalli-Sforza¹³ qui a tenté d'établir des relations entre ces deux « arbres généalogiques », approche que j'ai longuement analysée et critiquée dans mes *Essais de linguistique*¹⁴ et qui mène finalement à une lecture discutable de Darwin.

L'idée de Darwin était que les différences espèces ne sont pas le produit d'une création mais d'une évolution: toute espèce descend d'une autre espèce et c'est pourquoi il pensait que toute classification était une généalogie. Or Ruhlen, qui cite Darwin une dizaine de fois, l'utilise de deux façons différentes. D'une part il explique que l'hypothèse de l'indo-européen, c'est-à-dire de l'évolution des langues, devrait être évidente un siècle après Darwin¹⁵, et d'autre part il affirme que l'origine unique, qui constitue depuis Darwin « la colonne vertébrale de la biologie »¹⁶, est la seule explication aux ressemblances entre les langues. Quant à Cavalli-Sforza, commentant le seul passage de *L'Origine des espèces* dans lequel Darwin fait allusion aux langues, il affirme que l'auteur « dit clairement que si on connaissait l'arbre de descendance biologique des groupes humains on pourrait en tirer celui des langues », et il ajoute que Darwin était en cela prophétique¹⁷.

Cette lecture de Darwin repose donc essentiellement sur une interprétation biologique de la notion de « races » et sur le postulat d'une origine unique des « races » et des langues, ce que Darwin n'a avancé ni dans son *Origine des espèces* ni dans *La Filiation de l'homme*. Et l'on peut se demander pourquoi Ruhlen et Cavalli Sforza veulent en faire le précurseur de la théorie d'une origine unique, qu'ils ne parviennent d'ailleurs pas à démontrer. J'ai, dans mes *Essais de*

¹² On en trouvera la liste en annexe de Ruhlen (1997)

¹³ Cavalli Sforza Luigi et Cavalli-Sforza F. *The Great Human diasporas: The History of Diversity and Evolution*. New York, 1995.

¹⁴ L-J Calvet, *Essais de linguistique*, Paris, Plon, 2004

¹⁵ *L'origine des langues*, pages 38-39

¹⁶ idem. Page 25

linguistique, tenté de montrer que cette insistance sur la théorie de l'origine unique des langues semblait s'inscrire dans l'idéologie du créationnisme, ou dans sa version plus soft, l'*intelligent design*, et je ne m'étendrai donc pas plus longtemps sur ce point. Mais, encore une fois, il nous faut conclure qu'il n'y a pas grand chose à tirer d'une simple projection de l'approche darwinienne sur les langues.

Je reviendrai à la fin de ce texte sur ce que peut cependant nous apporter Darwin. Pour l'instant je voudrais évoquer un autre apport, plus récent, et à partir duquel j'ai travaillé: la théorie du chaos.

La théorie du chaos

Le hasard fait qu'en 1972, l'année où sortait l'ouvrage fondateur de Haugen auquel j'ai fait plus haut allusion, une conférence fit beaucoup de bruit, celle donnée par Edward Lorenz à l'*American Association for the Advancement of Science*, « *Does the Flap of a Butterfly's Wings in Brazil Set off a Tornado in Texas?* ». Lorenz était spécialiste de météorologie, et c'est sur ce thème que portait sa conférence, mais elle est considérée, de façon un peu rapide, comme étant à l'origine de la théorie du chaos, dont ce titre en forme de métaphore est devenu l'emblème: est-ce qu'un battement d'aile de papillon au Brésil peut déclencher une tornade au Texas?

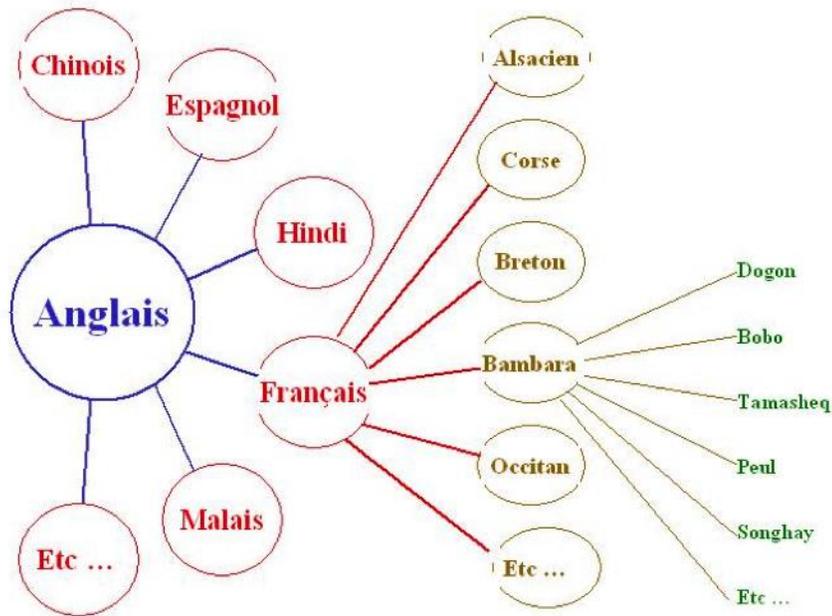
La théorie du chaos traite de phénomènes qui ne sont ni totalement aléatoires ni totalement prédictibles, et qu'on ne peut expliquer qu'a posteriori lorsqu'on tente de trouver de l'ordre derrière un désordre apparent. Je m'étais proposé, dans *Pour une écologie des langues du monde*, de l'appliquer à la poussée des Indoeuropéens, montrant qu'elle était en partie explicable par la domestication du cheval et par le surpâturage, ces deux facteurs déclenchants étant à l'origine de l'expansion des langues indoeuropéennes. Mais surtout, l'idée de tenter de mettre de l'ordre dans le désordre m'avait poussé, en m'inspirant des travaux d'Abram de Swaan, à proposer un « modèle gravitationnel » des rapports entre les langues du monde, en partant du principe que les langues sont reliées entre elles par les bilingues et que le système des bilinguismes, leur étagement, nous permettent de présenter leurs relations en termes de gravitation. Autour d'une langue hypercentrale (actuellement l'anglais), dont les locuteurs ont une forte tendance au monolinguisme, gravitent ainsi une dizaine de langues super-centrales (le français, l'espagnol, l'arabe, le chinois, le hindi, le malais, etc...) autour desquelles gravitent à leur tour cent à deux

¹⁷ *Gènes, peuples et langues*, page 249

ECO-REBEL

cents langues centrales qui sont à leur tour le pivot de gravitation de plus de six milles langues périphériques.

Voici une représentation graphique de mon modèle qui ne prend bien sûr en compte qu'une toute petite partie des langues du monde:



On y voit qu'autour de la langue hypercentrale, l'anglais, gravitent quelques langues supercentrales, parmi lesquelles le français qui est à son tour le pivot de gravitation de langues centrales du territoire de la France et de certains pays africains francophones, par exemple le bambara qui pour sa part est au Mali pivot de gravitations de langues africaines périphériques. Le modèle nous montre ainsi qu'il y a une hiérarchisation ou un étagement des dominations. Entre la langue hypercentrale, dominante, et les milliers de langues périphériques, dominées, il y a des langues qui sont à la fois dominantes et dominées. Le français par exemple, dans le schéma ci-dessus, est dans un rapport différent avec l'anglais d'une part et avec le breton ou le bambara d'autre part.

En même temps, ce modèle abstrait rend compte de situations concrètes, et si nous le projetons sur les territoires auxquels il correspond nous rencontrons différentes niches écolinguistiques, comme celle de la France ou du Mali dans le schéma ci-dessus. Et la coexistence d'un système globalisé dans lequel domine l'anglais avec des centaines de niches dans lesquelles diverses langues s'entrechoquent apparaît alors comme l'une des données de la

situation linguistique mondiale.

A chacun des niveaux de ce système peuvent se manifester deux tendances, l'une vers un bilinguisme "horizontal" (acquisition une langue de même niveau que la sienne) et l'autre vers un bilinguisme "vertical" (acquisition une langue de niveau supérieur), ces deux tendances étant, nous l'avons dit, le ciment du modèle. Cette organisation en quelque sorte statistique des langues du monde se vérifie pratiquement chaque jour. Un bilingue arabe/kabyle en Algérie est dans 99% des cas de première langue kabyle, un bilingue bambara/français au Mali est toujours de première langue bambara, un bilingue breton/français a toujours le breton pour première langue, et un bilingue quichua/espagnol en Equateur est toujours de première langue quichua... Je pourrais bien sûr multiplier les exemples à l'infini, mais ceux-ci suffisent pour nous montrer que le ciment de cette organisation gravitationnelle témoigne de rapports de force. Dans les cas que je viens de citer nous avons ainsi le témoignage des traces de la colonisation du Maghreb par les Arabes, des traces de la colonisation du Soudan par les Français et de la constitution de la France sur un modèle jacobin, et enfin des traces de la colonisation de l'Equateur par les Espagnols.

L'acclimatation: une approche écologique de l'histoire des langues déplacées

Ce dernier exemple, celui de l'Equateur, nous mène à un autre thème. On sait que l'espagnol parlé en Equateur diffère sur un certain nombre de points de celui que l'on parle en Espagne, en Argentine ou au Mexique. Il y a là un phénomène connu et récurrent: plus une langue se répand sur un vaste territoire et plus elle tend à prendre des formes locales. Mais en amont de l'apparition de ces formes locales se manifeste un autre phénomène.

On distingue en écologie, face au verbe *s'acclimater*, deux processus, celui de l'*acclimatation* et celui de l'*acclimatement*. On parle d'acclimatation lorsqu'une espèce animale ou végétale déplacée vers un environnement différent survit. Et l'on parle d'acclimatation lorsque cette espèce déplacée non seulement survit mais encore se reproduit. Il en va de même pour les langues, à condition de considérer que l'équivalent de la reproduction est pour une langue sa transmission de génération en génération. Ainsi l'expansion du latin a-t-elle permis l'acclimatation de cette langue en France, en Espagne, au Portugal. Ou encore, à une époque différente, l'expansion de l'espagnol ou du portugais en Amérique latine est-elle à l'origine de leur acclimatation. En revanche, à l'époque coloniale, le néerlandais n'a connu qu'une brève période d'acclimatation dans les Indes néerlandaises, l'actuelle Indonésie, où plus personne ne

le parle aujourd'hui.

Mais, pour s'acclimater, une espèce doit aussi se modifier: un ours blanc par exemple devrait pour s'acclimater sous un climat tempéré perdre de sa graisse et de sa fourrure. Et, de la même façon, les langues prennent des « couleurs locales », des formes différentes : le français, l'espagnol, l'italien ou le portugais ne sont plus du latin, et aujourd'hui le portugais du Brésil n'est pas tout à fait le même que celui du Portugal, le français du Congo n'est pas tout à fait le même que celui de France, l'espagnol d'Espagne diffère de celui d'Argentine, etc. La transmission des langues déplacées (équivalent de la reproduction des espèces déplacées) apparaît alors comme une forme de sélection interne sur laquelle nous reviendrons plus bas.

Le poids des langues

L'organisation mondiale des rapports entre les langues dont voulait rendre compte mon modèle gravitationnel était en quelque sorte une photographie d'un processus mouvant de rapports de force. L'anglais en est aujourd'hui le pivot, la langue hypercentrale, mais il va de soi que cette situation peut évoluer et qu'une autre langue peut, dans l'avenir, prendre cette place, tout comme le français fut il n'y a guère la langue hypercentrale de l'Europe. Il s'agissait en fait d'une *configuration* des langues du monde reposant sur un seul facteur (le système des bilinguismes), qui tentait de nous donner à voir le *versant linguistique de la mondialisation*.

Les travaux qui ont ensuite mené à l'élaboration du *baromètre Calvet des langues du monde* prenaient en compte des facteurs plus nombreux. Lorsqu'on s'interroge sur l'importance relative des langues du monde, on pense en effet toujours au même facteur, le nombre de leurs locuteurs, alors qu'il en est beaucoup d'autres, et c'est en partant de l'analyse statistique de plusieurs facteurs que nous avons élaboré ce baromètre¹⁸. Le modèle gravitationnel nous montrait que les langues « périphériques » étaient les plus menacées, et le baromètre des langues du monde nous montre la même chose à propos des langues qui ont le moins de « poids », pas seulement en termes du nombre de locuteurs mais selon un traitement statistique d'un certain nombre de facteurs quantifiables. Cela signifie-t-il que les langues les plus fortes éliminent les plus faibles, ou plutôt que les peuples les plus forts imposent leurs langues aux plus faibles? Nous voyons que se pose ici une nouvelle question: Peut-on, à partir d'une situation donnée,

¹⁸ On trouvera une présentation détaillée de cette approche dans Louis-Jean Calvet et Alain Calvet, *Les Confettis de Babel*, Paris 2013, et sur le site <http://wikilf.culture.fr/barometre2012/>

prédire une situation à venir? En d'autres termes, comment aborder l'évolution des rapports entre les langues, ou l'avenir des langues?

Retour à Darwin

Je l'ai rappelé plus haut, Darwin pensait qu'une « vraie » classification devait être généalogique. Or tout ce qui précède illustre peut-être ce que pourrait donner une approche écologique des langues mais laisse de côté ce problème de la classification et de l'origine des langues. Parmi les trois thèmes sur lesquels j'ai essayé d'interroger l'œuvre de Darwin appliquée aux langues (*origine, évolution, sélection naturelle*), il n'en est que deux pour lesquels nous avons obtenu un embryon de réponse, l'évolution et la sélection naturelle.

Une langue évolue à la fois sous la pression de facteurs internes (par exemple le système verbal français tend vers une régularisation, tous les néologismes verbaux étant du premier groupe) et par le biais de l'acclimatation (par exemple le français tend à prendre des formes locales en Afrique, au Canada, etc.)¹⁹. L'évolution interne des langues peut être considérée (c'est ce que suggérait Darwin) comme le produit d'une sélection naturelle, mais c'est surtout dans les rapports entre les langues que cette dernière se manifeste. Or une langue n'est qu'un ensemble de variations ou de variantes, de formes dialectales, que le pouvoir standardise parfois, « centralise », mais qui demeure pour le linguiste mouvante. Dès lors une variante, ou un dialecte, peut être considérée soit comme une langue en devenir, soit comme une langue en sursis, en voie de disparition. On pourra classer dans la première catégorie les formes d'espagnol, de français, de portugais qui sont en train de se développer à travers le monde, et dans la seconde les formes régionales d'une langue nationale que la centralisation politique et linguistique condamne.

Cette idée que de nouvelles langues soient en voie d'apparition pourra paraître étrange: on parle aujourd'hui surtout de disparition de langues, et de nombreux arguments militent en ce sens. Si nous mettons sur une île déserte un couple de lapins, il va se reproduire librement et la population de léporidés insulaires va très vite croître jusqu'à atteindre un nombre impressionnant. Mais il y a une résistance du milieu à cette croissance: la nourriture. Lorsque l'herbe disponible sur l'île ne sera plus suffisante pour nourrir les lapins, leur nombre diminuera. Cette idée très darwinienne que les espèces croissent librement jusqu'à épuisement des

¹⁹ Et l'on pourrait montrer la même chose pour toutes les langues répandues sur un vaste territoire,

ECO-REBEL

ressources nécessaires s'appliquent parfaitement aux langues. La croissance exponentielle d'une population (une courbe qui monte sans cesse) se heurtera un jour à la résistance du milieu et la croissance sera alors logistique, la courbe s'aplatissant, prenant la forme d'un S (ou, pour être plus précis, une forme sigmoïde). Et il semblerait que ce soit aujourd'hui le cas du nombre de langues dans le monde.

Si l'on divise le nombre d'habitants du monde par le nombre de langues, nous obtenons une moyenne de locuteurs: les langues ont en moyenne 800.000 locuteurs. Mais ce nombre n'a aucune signification, le nombre qui nous fournit l'information la plus intéressante étant la médiane, qui est le nombre au dessus et au dessous duquel on trouve la moitié des langues. La situation est de ce point de vue différente selon les continents, comme le montre le tableau ci-dessous.

Nombre de langues par Langue Médiane	Population (Millions)	Moyenne
Afrique 2.082 25.000	757	364.000
Amériques 1.095 1.590	760	694.000
Asie 2.288 10.050	3.595	1.571.000
Europe 198 116.450	747	3.770.000
Pacifique 1.377 800	27	20.000
Total 6.944 6.245	5.886	848.000

On voit que cette médiane varie de 800 locuteurs dans le Pacifique à plus de 100.000 en Europe, mais que la médiane mondiale est d'environ 6.000. Or on considère généralement qu'une langue est menacée de disparition lorsqu'elle a moins de 10.000 locuteurs, ce qui signifierait que plus de la moitié des langues du monde seraient menacées de disparition. Ces nombres ne peuvent être niés, ils sont factuels, mais il demeure que d'autres langues peuvent apparaître, sont en train d'apparaître. Comme les espèces, les langues ne sont pas immuables. Et

portugais, arabe, espagnol, anglais...

ECO-REBEL

cette tension, ou cette contradiction, entre une tendance forte à la réduction du nombre de langues, effet de la mondialisation, et une tendance à l'apparition de nouvelles langues, effet de la dialectalisation ou de l'acclimatation, est une des données de l'évolution de la situation linguistique du monde. C'est dans cette tension entre le global et le local que la sélection naturelle opère, dans des directions difficilement prévisible: la variation propose et le milieu dispose.

On a parfois traduit, de façon caricaturale, les idées de Darwin en disant que l'homme descendait du singe. En fait, pour lui, cela était impossible puisque les grands singes n'avaient pas disparu, coexistaient avec l'homme, et que les ressemblances entre l'homme et le singe ne pouvaient donc mener qu'à une conclusion: ils ont un ancêtre commun. Cette analyse s'applique parfaitement aux langues. Les ressemblances structurales entre l'italien, l'espagnol, le français, etc., fondent l'existence d'une famille de langues romanes, comme d'autres ressemblances structurales fondent l'existence des langues bantoues, des langues sémitiques, etc. De ce point de vue, classification et filiation, ou généalogie, se rejoignent effectivement. Peut-on remonter plus haut dans l'histoire? Cela a été fait avec la reconstruction hypothétique de l'indoeuropéen, fondée sur les ressemblances entre langues romanes, germaniques, nordiques ou slaves. Mais rien de semblable n'a été fait de façon convaincante pour langues sémitiques ou bantoues, qui restent alors un cran au dessous dans cette tentative d'établir des généalogies.

Pour conclure

Au terme de ce parcours en zigzag, dont le but était de tenter de dégager des fondements à une écologie des langues, que pouvons-nous retenir? Comme les espèces, les langues sont muables, elles varient, évoluent, changent. Comme les espèces les langues viennent d'une autre langue ou du croisement de plusieurs langues (les créoles). Enfin, comme les espèces, les langues peuvent donner naissance à d'autres langues. Sur ce point, il faut rappeler une évaluation, celle de Mark Pagel²⁰ qui estime qu'on aurait utilisé au cours de l'histoire environ 140.000 milles langues différentes. Ce qui signifierait que les langues parlées aujourd'hui représenteraient environ 5% des langues parlées depuis que l'espèce humaine parle. Ce chiffre n'est bien sûr qu'une approximation, mais il nous montre bien que les locuteurs n'ont cessé au

²⁰ Cité par David Crystal, *Language Death*, , Cambridge University Press, 2000, page 11

cours de l'histoire de changer de langue.

Dans ces mutations que les linguistes observent et tentent d'expliquer depuis longtemps, comme les espèces, les langues subissent les forces de la sélection naturelle, autant du point de vue du changement interne que de celui des rapports avec les autres langues. Et par le biais de ce que j'ai appelé l'acclimatation elles prennent des couleurs locales, varient en fonction des conditions « écologiques ».

Mais les langues appartiennent à ceux qui les parlent, elles n'existent que dans des pratiques communicationnelles, et en ce sens il est difficile de les assimiler à des espèces. Le modèle gravitationnel comme l'analyse du poids des langues nous ont montré que leur devenir ne dépendait pas de caractéristiques internes mais de facteurs externes: le nombre de leurs locuteurs, la puissance économique ou politique des populations qui les parlent, leur importance culturelle, leur entropie ou leur véhicularité. C'est-à-dire que le facteur humain et le facteur social ont une importance centrale dans le changement linguistique.

Reste le problème de l'origine. La langue est-elle apparue une seule fois ou plusieurs fois? La diversité structurale des langues est-elle compatible avec l'idée d'une origine unique? Il semble impossible de répondre pour l'instant à ces questions, de reconstruire quelque chose qui soit commun à toutes les familles de langues, et toute prise de position en la matière relèverait plus de l'idéologie que de la science. Car il nous manque un modèle général pour étudier l'émergence, la transmission, la mutation des langues. Les généticiens disposent pour leurs recherches d'une espèce privilégiée, la mouche drosophile, ou mouche du vinaigre, qui a la particularité d'avoir une vie courte (2 à 3 semaines), quatre paires de chromosomes et un génome compact, ce qui leur permet d'étudier aisément les mutations. Rêvons un peu : pouvons-nous imaginer un équivalent de la mouche drosophile pour les langues ? Par exemple des situations d'émergence rapide (nous pourrions ici penser au cas des créoles) ou des situations de disparition rapide. Sur ce point, tout reste à faire, et la linguistique n'a pas encore trouvé son Darwin.

Nous voyons donc la volonté de construire une écologie linguistique a ses limites et ses contradictions. Le mot *écologie* est en effet ambigu, il a deux sens. L'écologie est à la fois une science (la science de l'environnement) et une politique (la protection de la nature, du développement durable). Du côté de la science, nous ne pouvons que décrire et tenter de comprendre, d'expliquer les grands changements, la disparition des langues ou leur apparition. Du côté de la politique nous avons tendance à lutter, à tenter de protéger les langues, comme des

ECO-REBEL

espèces menacées, bébés phoques ou baleines. On peut par exemple au Brésil constater la disparition programmée des langues indiennes, en retracer l'histoire, et lutter en même temps pour leur survie, mais il y a là une sorte de schizophrénie.

Et cette schizophrénie est vécue chaque jour par ceux qui tentent d'une part de bâtir une écologie des langues et d'autre part d'intervenir sur les langues, de faire de la politique linguistique. Mais ceci est une autre histoire...

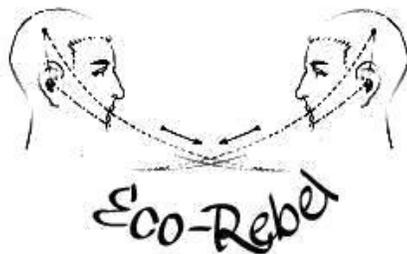
Références

- ABE K.; WATANABE, D. Songbirds possess the spontaneous ability to discriminate syntactic rules. *Nature Neuroscience* 2011, 14, p. 1067-74.
- BASTARDAS I BOADA, Albert. *Ecologia de les Llengües*. Barcelona: Proa, 1996.
- CALVET, Louis-Jean. *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon, 1999.
- _____. *Essais de linguistique*. Paris: Plon, 2004.
- _____; CALVET, Alain. <http://wikilf.culture.fr/barometre2012/>
- _____. *Les Confettis de Babel*. Paris: Ecriture, 2013.
- CAVALLI-SFORZA, Luca, *Gènes, peuples et langues*, Paris, Odile Jacob, 1996.
- _____; CAVALLI-SFORZA, F. *The Great Human diasporas: The History of Diversity and Evolution*. New York: Reading, MA.: Addison-Wesley, 1995.
- CRYSTAL, David. *Language Death*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- DARWIN, Charles. *L'origine des espèces*. Paris: Maspéro, 1980.
- _____. *The Descent of man*. Londres: John Murray, 1871,
- FILL, Alwin; MÜHLHÄUSLER, Peter. *The Ecolinguistics Reader*. Londres: Continuum, 2001.
- HAUGEN, Einar. *The Ecology of language*. Stanford: Stanford University Press, 1972.
- MUFWENE, Salikoko. *The Ecology of Language Evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MÜHLHÄUSLER, Peter. *Linguistic Ecology*. Londres: Routledge, 1996.
- OUATTARA, K.; LEMASSON, A.; ZUBERBÜHLER, K. Campbell's Monkeys Use Affixation to Alter Call Meaning. *PLoS ONE* v. 4 n. 11, 2009a.
- _____. Campbell's monkeys concatenate vocalizations into context-specific call sequence », in *Proceedings of National Academy of Sciences of the USA*. Local: editora, 2009.
- RUHLEN, Merritt. *L'origine des langues*. Paris: Belin, 1997.

Recebido: 13/05/2016.

Aceito: 20/07/2016.

ECOLINGÜÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 2, n. 2, 2016.



IS ECOLINGUISTICS NECESSARY?

Joshua Nash (University of New England, Australia)

Resumo: Este artigo indaga se os estudos ecolinguísticos, separados de uma linguística mais geral, afinal de contas são necessários *se* fizermos direito nossa linguística geral (diacrônica e sincrônica). A ênfase é sobre o *eco-* de ecolinguística de preferência a *necessário*. A ideia é de que o cerne filosófico da pesquisa ecolinguística está longe de ser novo, e existe e tem evoluído sobre alicerces perenes (históricos). O impulso metodológico e teórico da ecolinguística pode ser apresentado como uma extensão lógica de qualquer consideração detalhada de elementos de análise necessários a propósito do que pode ser considerado linguística geral tradicional e uma sociolinguística ampla. Argumenta-se que os detalhes da ecolinguística têm sido abordados em trabalhos linguísticos anteriores, pelo menos filosoficamente, e que os fundamentos da ecolinguística não são (necessariamente) novos na linguística, podendo ser um apelo recentemente desenvolvido para o que é matéria comum na ciência linguística. A questão é que se a ecolinguística é vinho (linguístico) velho recentemente guardado em garrafas novas (encaradas ecologicamente), o que os rótulos *ecolinguística* e *ecologia linguística* efetivamente oferecem como campos de pesquisa? Apesar de minha postura crítica, eu acredito que os estudos ecolinguísticos realmente têm uma grande contribuição a dar tanto à linguística quanto aos estudos ambientais.

Palavras-chave: Discurso; Estudos ambientais; Epistemologia; Ecologia da língua; Teoria linguística.

ECO-REBEL

Abstract: This paper considers whether studies separate from more general linguistic enquiry are necessary at all *if* we do our general (diachronic and synchronic) nobly. The emphasis is on the *eco-* of ecolinguistics rather than the *necessary*. The argument is that the philosophical core of ecolinguistic research is far from new and exists and advances on perennial (historical) linguistic bedrock. The methodological and theoretical thrust of ecolinguistics can be posed as a logical extension of any detailed consideration of elements of analysis necessitated under what can be considered traditional general linguistics and a parameter rich sociolinguistics. It is argued the details of ecolinguistics have been, at least philosophically, addressed in earlier linguistic work, and that the fundamentals of ecolinguistics ought not (necessarily) be new to linguistics and may merely be a recently developed appellative for what are recurrent concerns in linguistic science. The query is that if ecolinguistics is old (linguistic) wine freshly housed in new (ecologically focused) bottles, what do the monikers *ecolinguistics* and *linguistic ecology* as fields of research actually offer? Despite my critical position, I believe ecolinguistic studies do have a worthy contribution to make both to linguistics and to environmental studies research.

Key-words: Discourse; Environmental Studies; Epistemology; Language Ecology; Linguistic Theory

Introduction

In an expansion of a suite of ‘Is ... necessary?’ articles, I ask ‘Is *ecolinguistics* necessary?’. The position I take is intended to be leading and provocative. This contention is based in a continued questioning in and of the epistemology of language and environment research. I deliberate on whether ecolinguistic studies, separate from more general linguistic enquiry, are necessary at all *if* we do our general diachronic and synchronic linguistics nobly. The focus is on the *eco-* of ‘is *ecolinguistics* necessary?’ rather than the *necessary* of my question.

For several decades a large corpus of research has developed labelled ecolinguistics which studies the ecology of language and the language of ecology. My argument is that the philosophical core of ecolinguistic research is far from new and exists and advances on perennial historical linguistic bedrock. I believe the methodological and theoretical thrust of ecolinguistics can be posed as a logical extension of any detailed consideration of elements of analysis necessitated in a

ECO-REBEL

combination of the disciplines of traditional general linguistics and a parameter-rich sociolinguistics. I argue the details of ecolinguistics have been, at least philosophically, addressed in earlier treatments of linguistics, and that the fundamentals of ecolinguistics ought not necessarily new to linguistics. I claim the term ecolinguistics exists as a recently developed appellative for what are recurrent concerns in linguistic science.

My polemic is a reflection for linguists already working on ecolinguistic studies and is a preliminary yet not cursory or trivial deliberation for environmental studies scholars for whom studies in ecolinguistics remain new and relatively unexplored.

I query that if ecolinguistics is old linguistic wine freshly housed in new ecologically focused bottles, what do the monikers *ecolinguistics* and *linguistic ecology* as fields of research actually offer? Despite my critical position, I do believe ecolinguistic studies have a worthy contribution to make both to linguistics and to environmental studies research. I outline these positives in what available space I have.

1. Necessity

Language and ecology are obliged to each other. Language demands an environment, a topos; human environments are languaged. Human and natural spatial relationships are at the centre of an active nexus of interaction between language in environment and linguistics with ecology. Ecolinguistics, language and environment, linguistic ecology, and language ecology are sub-disciplines of modern applied linguistics. The fields attempt to reconcile the role of languages in interaction, research how languages develop, change, and die, and analyse the language of environmental discourse and environmentalism. Language scrutinised from an ecolinguistic perspective elucidates how lexica, grammars, cultural priorities, power, and politics operate within physical yet human-directed abstract environments-cum-landscapes.

Ecolinguistics is by no means the only language based field of enquiry with connection to ecology and the environment. Among other disciplines, onomastics has a long and lively tradition of studying language in the environment, and in recent decades there has been a significant interest in the relationship between language and large-scale space from lexical, grammatical, and pragmatic perspectives. Tellingly, geographical information system research has become an increasingly important tool for a range of linguistic sub-fields, as have many anthropological approaches to language and the world relations.

ECO-REBEL

Ecolinguistics most commonly takes its point of departure as linguistics rather than *eco-*, environment, or environmental studies. This is significant. Most scholars who would label themselves ecolinguists take their epistemological roots in linguistics or discourse studies as opposed to approaching the field from the many possibilities of ecologically related enterprise. The question of a division of labour between the *eco-* and the *-linguistics* of ecolinguistics is thus unclear.

Despite the title to Mühlhäusler's (2003) *Language of Environment, Environment of Language* which appears to qualify this quandary, the *environment of language* element in this work is still largely linguistically driven as opposed to being of an environmental bent. I suspect the linguist may disagree with me here.

The basis of a large amount of ecolinguistic work which focuses on the nature of multilingual linguistic ecologies is formal synchronic and diachronic linguistics and to a lesser extent discourse analysis, topics not new to linguistics or science in general by the time ecolinguistics came of age in the 1970s, 1980s, and 1990s. What ecolinguistics does offer is a 'parameter rich, potentially conclusion poor' position. This is an outcome based in the purported conceptual foundations of ecolinguistics.

So what are these foundations? The study of language change, for example, philology; the study of language and linguistic levels as a system – for example, morphology, syntax, and phonology; the study of language in its social context, for example, sociolinguistics; the study of language and place – for example, onomastics and certain areas of geography and anthropological linguistics; language and thought – for example, Whorfian linguistics; and the study of discourse – for example analysis of print media.

A decontextualised linguistics with little concern for broader contextual factors is not disallowed in such wider reaching linguistic considerations. On the contrary, where such formal approaches are limited and are stretched in their ability to describe, understand, and mimic language as a reified entity, the opening to ecological concerns seems almost a *fait accompli*.

My position is that doing any type of linguistics of any notable complexity, which exceeds the stringencies of analyses of language form, must by definition venture into the realm of ecology. Here these ecological concerns match several or many of the concerns of ecolinguistics, and most likely, some concerns of environmental studies

As such, I do not believe ecolinguistics offers or necessarily is anything conceptually new. What

ECO-REBEL

do *ecolinguistics* and *the ecology of language* add then to the very field in which they find themselves?

As the large corpus of ecolinguistic work demonstrates, the contribution of ecolinguistics to linguistics has been significant. Still, ecolinguistics is far from having no critics. A methodological and theoretical offering relating culture, that is language, and physical environment, that is ecology, place-space, names, time, and linguistics, is definitely alluring. Still, by creating a separate sub-field, are we complicating an already complex field of linguistic analysis or are we broadening our linguistic analysis to incorporate environmental studies? And what then does applying the prefix *eco-* and modifier *ecological* to linguistics achieve in and for general linguistics?

2. Emphasising the *eco-* in *ecolinguistics*

Much of what most European ecolinguists research could be conveniently labelled *discourse analysis* or *critical discourse analysis*. Their concern is predominantly with how various media report on environmental matters like climate change, pollution, and environmental catastrophes. Such analyses could well be conducted by, under, and using other versions of discourse analysis, e.g. Pêcheux's strand of discourse analysis and Fairclough's critical discourse analysis. These approaches analyse power relations and ideological standpoints available to media outlets—internet, print, film, even music—to emphasise most commonly the same strong point reasoned in earlier ecolinguistic work.

The back cover to Harré et al. (1999) summarises the majority of modern (ecolinguistic) discourse analysis:

Ultimately, [this book] is a call to action, as the authors see in the increasing “greening” of English and other Western languages a kind of linguistic way of replacing or postponing action with talk alone.

This same perspective was put forward in a now proto-ecolinguistic article in 1983 ‘Talking about environmental issues’ wherein Mühlhäusler argued talk is cheap. Language is an excellent tool to use to achieve this economy.

There are, of course, several European and non-European ecolinguistic authors who have engaged

ECO-REBEL

in topics beyond discourse analysis. Trampe, Fill, Finke, Bang, Døør, and Do Couto have all elucidated perspectives which emphasise life, a defence of nature, and a struggle against every kind of suffering, which can be observed and meditated through the medium of language. These concerns are applied to all beings—animals, inanimate beings, cultural and natural landscapes. Much of this work draws heavily on Western environmental thought like Arne Næss's Deep Ecology, Aldo Leopold's Land Ethic, and other pertinent perspectives in cultural geography and environmental studies. In such stances, ideology and power relations and differentials play a secondary role to an actual understanding and realisation of language phenomena holistically.

In a similar fashion to ecologists, whose main focus is interaction between and across organisms and environments, ecolinguistics and the linguistic ecology strand of ecolinguistics focuses on the interactions between people and environment, between any two individuals, and involving languages. Like botanic, biological, and population ecology, the initial concern of ecolinguistics is with the population of organisms, namely people, their territories or environments, and their ways of communication and expression of thoughts and culture.

Ecology seen from a natural scientific perspective should necessarily consider language just as a linguistic science perspective must eventually entail a sophisticated involvement with speakers' ecologies and environments. Language study is a ground zero requirement for a developed examination of ecology. Studying ecology is a ground zero requisite for linguistic analysis.

According to Do Couto's *ecosystemic linguistics*, everything linguistic arises out of the fundamental fact that language is not only metaphorically rooted in an ecology, but is a fundamental entity of ecological scrutiny. Similarly, I appraise my cooperation with Peter Mühlhäusler on the language of Norfolk Island as an ecolinguistic case in point which argues for the existence and embeddedness of language within time, topos, memory, and ideologies.

Not only do language and environment coexist on Norfolk Island within a frame of terrestriality and linguistic action, the nexus created by linguistic nodes and ecological niches, for example, the placement of physical business and road signs in the literal and often littoral landscape, enables a unified point of view from which research can approach any language phenomena as being ecologically bound and driven.

This position does not imply in and of itself a theory of 'everything linguistic'; it simply implicates possibilities. And inferring the potential of and for a parameter rich, conceivably conclusion poor linguistics, perspectives advocated by Mühlhäusler and Nash's Norfolk Island engagement and

ECO-REBEL

Bang, Døør, Steffensen, and Nash's (2007) *Language, Ecology and Society*, helps us arrive at a questioning of the very basis of the linguistically focused discipline within which I and others have worked. If ecolinguistics must be ecological, and if ecology must be linguistic, what are the need for the monikers *ecological linguistics* and *linguistic ecology*?

While a lot of what ecolinguistics has traditionally focused on is peripheral to that which general linguistics is concerned, if general linguists are good linguists and consider some aspects of ecology in their analyses, they should also by default be doing at least reasonable ecolinguistics.

3. Does ecolinguistics need to exist?

General linguistics is concerned with defining what language is. Most models within such a rubric reify language and depart from the idea and reality of the function and actual operation of language. If ecolinguistics attempts to consider language phenomena holistically, the result should be a unified point of view from which researchers can approach any language phenomena.

Returning to my question 'Is ecolinguistics necessary?' my answer is both yes and no. Linguistics needs to take an ecological perspective and vice versa, but ecolinguistics do not exist alone from any other detailed general linguistic or discourse analysis account of language and environment.

Ecolinguistics does implicate the relation between the physical environment as well as more abstract language and world relationships. That ecolinguistics is still firmly grounded primarily in linguistics should not only be a concern for ecolinguistics researchers working within languaged domains like discourse analysis and onomastics; the environmental relevance of ecolinguistics should also be a matter of research commitment for linguists.

As a student of ecolinguistics, in this paper I may have appeared to be pulling out the carpet from underneath my very own feet, and simultaneously jeopardising my own scientific bread and butter. On the contrary, I believe I have applied myself to what has been a somewhat neglected concern within linguistics, environmental studies, and the ethnography of placenaming – a detailed questioning of the philosophical basis for the placement and application of ecolinguistics within general linguistics.

My entrance more than 15 years ago into linguistics and ecolinguistics was because of my background in environmental studies. Perhaps the questioning nature of this piece is based in this background and indeed a self-questioning of the accuracy, distinctiveness, and relevance of my own writing in ecolinguistics. As I approach my 40th birthday, I remain sceptical of the worth of

ECO-REBEL

what my work as an ecolinguist has contributed to the broader linguistic canon. I hope it is upon a foundation of self-questioning and awareness that more mindful studies in and of ecolinguistics will proceed.

Acknowledgment

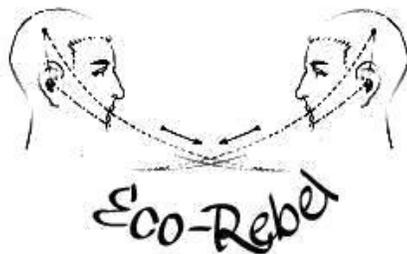
I would like to thank my former doctoral supervisor and now co-author Peter Mühlhäusler for inspiration, guidance, and writing partnership over many years of ecolinguistic journeying. Jørgen Bang, Jørgen Døør, and Sune Steffensen have played a crucial role in nurturing my thinking in dialectical ecolinguistics from 2001 onwards. Several perspectives outlined in this essay have benefitted from dialogue with Hildo Honório do Couto, Petter Næssan, and Martin Döring. Thanks to Alwin Fill and Hermine Penz for organising the 2015 Graz Ecolinguisticum where this paper was presented.

References

- BANG, J.C. & DØØR, J. *Language, ecology and society: A dialectical approach*. Edited by S.V. STEFFENSEN & J. NASH, London: Continuum, 2007.
- HARRÉ, R., BROCKMEIER, J., & MÜHLHÄUSLER, P. *Greenspeak: A study of environmental discourse*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1999.
- MÜHLHÄUSLER, P. *Language of Environment - Environment of Language*. London: Battlebridge, 2003.
- MÜHLHÄUSLER, P. Talking about environmental issues. *Language & Communication* v. 3, n. 1, 1983, p. 71-81.

Recebido: 06/06/2016.
Reformulado: 30/07/2016.
Aceito: 01/08/2016.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 2, n. 2, 2016.



DA GRAMÁTICA PRAGMO-ECOLÓGICA À ECOLINGUÍSTICA (1973-1993)¹

Adam Makkai (University of Illinois at Chicago-Champaign)

Resumo: O objetivo desse pequeno artigo é apresentar uma síntese de algumas de minhas ideias ecolinguísticas que vêm sendo desenvolvidas ao longo do tempo. Entre elas a ideia de que é necessário adotar-se um novo modelo linguístico que seja capaz de se debruçar sobre todo e qualquer fenômeno da linguagem, mesmo que para isso tenha que se valer da ajuda de disciplinas parcelares. Nem a “gramática estratificacional” que pratiquei por longos anos é capaz dessa tarefa. Enfim, a ecolinguística precisa dar conta não apenas de questões “exoecológicas” (exterioridade da linguagem), como análise de discursos, ambientalismo etc. Ela tem que se haver também com a “endoecologia” linguística, ou seja, com o que se tem chamado tradicionalmente de “gramática”, “estrutura” e “sistema”.

Palavras-chave: Gramática pragmo-ecológica; ecolinguística; exoecologia; endoecologia.

Abstract: The objective of this short article is to present a synthesis of some of my main ideas on ecolinguistics as they have been appearing along the last decades. Among these ideas is the need of adopting a new linguistic model which is capable of dealing with any language phenomena, even if with the help of a specialized discipline. Not even “stratificational grammar”, which I practiced for a long time, is able to do this. In other words, ecolinguistics must be able to deal not only with the “exoecology” of language (language in relation to extralinguistic world) but also with language “endoecology”, i.e., with what traditionally has been called “grammar”, “structure”, and “system”.

Key-words: Pragmo-ecological grammar; ecolinguistics; exoecology; endoecology.

Estamos vivendo em uma época em que a humanidade está se tornando consciente da importância do macroambiente e do microambiente em que vivemos. O termo geral para esta consciência da Nova Era, ECOLOGISMO, tem feito sua influência ser sentida no que concerne à conservação do

¹ Traduzido do inglês por Hildo Honório do Couto.

ECO-REBEL

mar e da terra, na sociologia urbana e na economia, na agricultura e na exploração espacial. Hoje em dia, todos nós tendemos a nos tornar conscientes de que além de uma ECOLOGIA DO ESPAÇO FÍSICO, há uma ECOLOGIA DA MENTE.

Uma das finalidades principais deste texto é demonstrar que a distinção entre 'competência' e 'desempenho' deve ser entendida à luz da pragmática e da ecologia da interação humana em uma sociedade não imaginária. Minhas soluções são apresentadas no contexto da Gramática Estratificacional-Cognitiva (GEC) e da Gramática Pragmo-Ecológica (GPE), que é minha abordagem pessoal no seio da família de gramáticas estratificacionais (MAKKAI, 1973). Para os linguistas das linhas gerativista e estratificacional-cognitiva, competência e desempenho coincidem em grande parte. Para os segundos, tanto falante quanto ouvinte exercem papéis regulados pela psicologia da interação social.

Minha dívida para com a linguística estratificacional-cognitiva e o professor Sydney M. Lamb ficará clara a qualquer um. A despeito dessa dívida, os pontos de vista expressos aqui são próprios e nenhum dos estratificacionalistas deve ser responsabilizado por eles.

Eu tenho levado em conta a tagmêmica de Pike e a gramática sistêmico-funcional de Halliday, com as quais gostaria de aliar a ecolinguística e esta é a razão: estes são os dois movimentos nesse campo que apresentam analiticidade e cataliticidade em grau relativamente igual, cada uma no contexto de seus próprios objetivos e em suas respectivas metodologias.

O pensamento de um dos maiores cientistas dos tempos modernos, Werner Heisenberg, oferece evidência clara sobre a proveniência da gramática pragmo-ecológica. Minha dívida para com Sydney Lamb é tão óbvia que sequer precisa ser demonstrada. Onde a GPE contribuirá, quando estiver plenamente desenvolvida, para a gramática estratificacional será nas esquecidas áreas de contexto, textos literários, linguagem poética e criatividade linguística. Também na reintegração orgânica da estatística na filosofia da linguagem. Para se atingir uma relevância pragmo-ecológica humana, não se pode ignorar a estatística. A ideia básica é a de que a língua não é um conjunto de 'objetos', mas uma rede de relações. Isso é essencial para a GPE também. Esta não distancia daquela do ponto de vista das ideias, mas estende seu domínio a áreas que até aqui estavam apenas em potencial.

A Gramática Pragmo-Ecológica é uma tentativa de esboçar a estrutura de uma teoria da linguagem que, de acordo com a proposta de Hjelmslev, não estude os *disjecta membra* de uma língua, mas a própria LÍNGUA como ela funciona. Daí o nome duplo pragmo-ecológica: a teoria precisa ser prática ou, mais precisamente, pragmática, no sentido de William James (1907-1965), e reconhecer a ecologia da linguagem, no sentido de Haugen (1972) e além.

O linguista pragmo-ecológico não tem nenhuma dificuldade com a 'filologia', mesmo sabendo que a filologia dos séculos XIX e XX é percebida atualmente como pertencente a um *modus operandi* 'pré-científico'. Na verdade, a filologia nunca foi superada pela linguística estrutural. Esses dois campos de pesquisa podem perfeitamente aproveitar as experiências um do outro. Face ao final deste século, talvez não seja prematuro dizer que a ECOLINGUÍSTICA pode ser considerada como uma 'filologia pós-científica', ou neofilologia catalítica. O processo de composição de um soneto pode ser encarado como exemplos de neofilologia ecolinguística.

Em seu *The Ecology of language* (1972), Einar Haugen apresenta as referências relevantes de obras

ECO-REBEL

produzidas por pesquisadores deste campo em desenvolvimento. Os nomes vão desde Uriel Weinreich a Joan Rubin. Como uma caracterização geral da obra dos ecologistas da linguagem até os dias de hoje, podemos afirmar que o maior impulso foi o exame do que acontece a diferentes LINGUAS EM CONTATO, DIALETOS EM CONTATO e ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL. Esse tipo de trabalho é melhor caracterizado como EXOECOLOGIA DA LÍNGUA. Por ‘exoecologia’ queremos dizer desenvolvimento, distribuição, características sociais, estatísticas de populações, *status* no seio de estados nacionais como línguas minoritárias ou majoritárias, situação legal, chances de sobrevivência, facilidades educacionais e assim por diante, de línguas individuais e de dialetos encarados como entidades ou corpos culturais.

A contraparte lógica da exoecologia da língua é o que eu proponho que se chame ENDOECOLOGIA. A endoecologia estuda e descreve as relações internas do subsistema fonoecológico inferior ao superior; as relações internas do subsistema ‘fonoecológico’ para o ‘morfoecológico’, e do morfoecológico ao ‘lexoecológico’ e as ‘semoecologias’.

O inventário da ENDO-ECOLOGIA de uma língua é o seu DICIONÁRIO ECOLÓGICO, juntamente com a tática de cada subecologia, isto é, a ‘gramática’ dessa subecologia. A linguagem humana é uma ecologia que consiste de subsistemas ecológicos, que constituem a ENDO-ECOLOGIA da linguagem humana. Línguas em contato com o ambiente exterior constituem a EXO-ECOLOGIA da linguagem humana.

A síntese da exoecologia e da endoecologia pode ser definida como constituindo a PAN-ECOLOGIA da língua. A noção de pan-ecologia torna-se indispensável por causa das inúmeras interações que existem entre a exoecologia e a endoecologia da língua. Alguns lexemas podem se transformar devido aos contatos exoecológicos, e estes podem causar mudanças na endoecologia do morfema em relação ao lexema. Pronúncias também podem mudar devido a contato com outra língua e, com isso, levar a uma reavaliação das relações do estoque de fonemas com as combinações de morfemas disponíveis, e assim por diante.

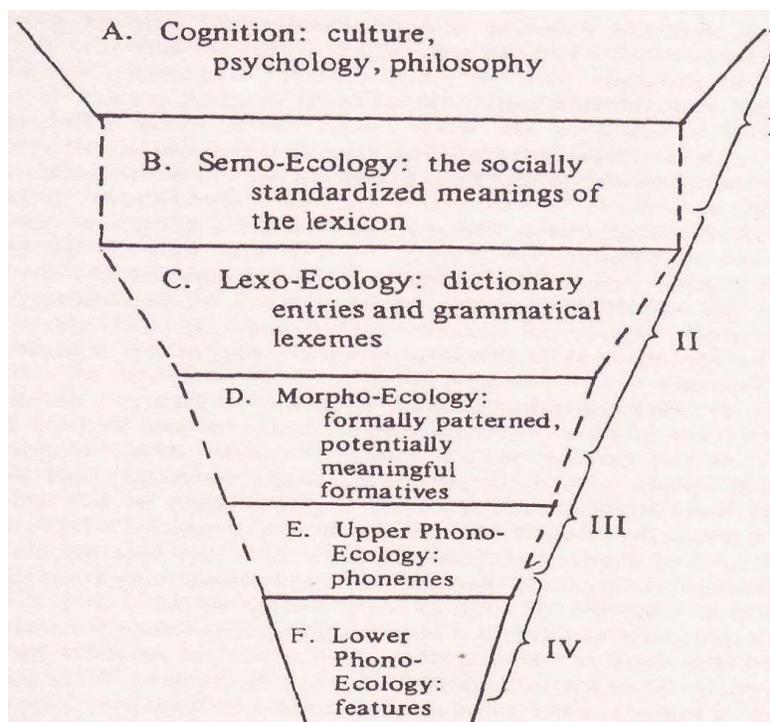
A visão pragmo-ecológica da linguagem considera as línguas humanas como manifestações naturais da consciência coletiva de grupos humanos discretos existentes no planeta. Para a pragmo-ecologia é um fato que simetria e realismo nem sempre coincidem. É um ponto pacífico o fato de que pragmo-ecologicamente a língua não é um conjunto de ‘objetos’, mas uma rede de inter-relações.

ECOLINGUÍSTICA, como o nome já sugere, tenta fazer as perguntas que poderão, espera-se, conduzir as novas gerações de linguistas na direção de uma concepção de língua filosoficamente mais tolerante e em geral mais INCLUSIVA, não EXCLUSIVA.

ECOLINGUÍSTICA como um termo foi sugerida a mim pelo professor Einar Haugen em Chicago por ocasião do IX Congresso Internacional de Ciências Antropológicas e Etnográficas, em 1972. De qualquer forma, o professor Haugen não é em absoluto responsável pelo uso particular que eu faço dele. A ECOLINGUÍSTICA está apenas *in statu nascendi* e tem um longo caminho a percorrer, antes que possa atingir todos os seus objetivos e aspirações.

Os componentes endoecológicos de uma gramática pragmo-ecológica são os que se veem representados na seguinte figura:

ECO-REBEL



O inglês é um complexo sistema ecológico, no qual uma simbiose policronológica se manifesta abertamente. Eu posso entrar em uma loja de máquinas fotográficas e pedir por um *three-foot tripod* ([tri] suporte de três pés) sem entrar em contradição, embora eu tenha repetido as mesmas palavras indo-europeias para '3' e para 'pé', respectivamente. Do ponto de vista do próprio inglês, *three-foot* é 'mais velho', se avaliarmos idade do ponto de vista do próprio inglês (isto seria uma VISÃO ENDOECOLÓGICA). No entanto, é claro que *tripod* é mais antigo se o encaramos do ponto de vista EXOECOLÓGICO. Falando endoecologicamente, no momento *tripod* é a forma mais recente.

Uma língua natural como o inglês tem muito menos morfemas do que lexemas, assim como tem menos lexemas do que sememas, bem como um estoque de sememas bem menor do que unidades cognitivas cujas recombinações 'livres e flexíveis' têm a ver com o constante fluxo de pensamento que passa pela mente de uma pessoa. Assim, testemunhamos o desenrolar de uma ESTRUTURA ECOLÓGICA muito eficiente, cuja arquitetura básica apresenta a sabedoria da PRESERVAÇÃO MEDIANTE RECICLAGEM.

A natureza de qualquer sistema ecológico é que cada um de seus membros funciona em relação aos outros, aproximadamente como um violinista ou um oboísta fazem durante a execução da *Nona Sinfonia* de Beethoven. Em uma sinfonia, cada membro da orquestra faz sua parte a fim de contribuir para a concepção do compositor como um todo: ele está submetido ao funcionamento da unidade. Parece ser um fato pragmo-ecológico que simetria e realismo nem sempre andam de mãos dadas.

A ecologia da sílaba pode ser encarada como um teclado de computador muito grande (enorme), que, em vez de escrever letras, escreve sílabas.

ECO-REBEL

Gramatical é o que ocorre; agramatical, o que não ocorre.

Um linguista treinado na tradição antropológica é bastante modesto, portanto, muito mais realista. Ele tentará apresentar análises fidedignas de como as pessoas falavam durante sua vida, além dos tópicos principais de seus discursos.

Uma teoria da linguagem pragmo-ecológica procura relacionar elementos linguísticos (palavras, lexemas monomorfêmicos ou polimorfêmicos, expressões idiomáticas dos mais variados tamanhos) a unidade da cultura material e social e é, portanto, intimamente relacionada com a teoria do comportamento humano de Pike, sendo a língua uma parte desse comportamento.

Assim como você não pode descobrir uma montanha ou um rio que não estejam na natureza para ser descobertos, do mesmo modo não pode conseguir algo que não tenha nenhuma realidade objetiva fora de você mesmo.

Palavras isoladas, sem qualquer tipo de sintaxe, podem levar a um conteúdo comunicativo muito mais rico do que muitas páginas de sentenças sintaticamente bem formadas.

Referências

HAUGEN, Einar. *The ecology of language*. Stanford: Stanford University Press, 1972, p. 325-339.

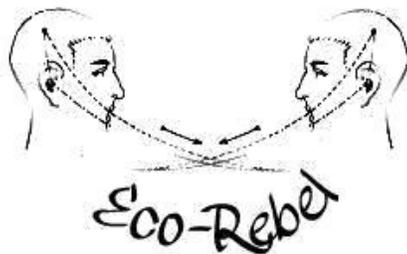
MAKKAI, Adam. A pragmo-ecological view of linguistic structure and language universals. *Language sciences* v. 27, 1973, p. 9-22.

_____. *Ecolinguistics: ¿Toward a new **paradigm** for the science of language?* Londres: Pinter Publishers, 1993.

Recebido: 15/02/2016.

Aceito: 30/07/2016.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 2, n. 2, 2016.



COMUNIDADE DE FALA REVISITADA

Hildo Honório do Couto (Universidade de Brasília)

Resumo: O objetivo deste artigo é passar em revista os principais conceitos da linguística ecossistêmica a propósito do de comunidade de fala (CF), que será apresentado de modo mais aprofundado a propósito dos habitantes de uma fazenda do município de Patos de Minas (MG). Além das já conhecidas CF “simples/complexa” e “máxima/mínima”, é apresentada a CF “compacta”, por oposição à “difusa”. Apresento ainda o “ecossistema cultural”, no qual se inserem os ecossistemas linguísticos, como a antropologia já vinha fazendo desde o final do século XIX. São propostos também os “padrões de interação comunicativa” (PIC) e a classificação das variedades do português brasileiro como “dialetos rurais”, “dialeto urbano” e “dialeto estatal”. Além disso, o artigo acena para um “mapa mental”, que todo indivíduo da CF deve ter de seu território a fim de se orientar espacialmente.

Palavras-chave: Comunidade de fala; comunidade de língua; ecossistema cultural; ecossistemas linguísticos; padrões de interação comunicativa.

Abstract: The objective of this article is to review the main concepts of the variety of ecolinguistics known as “ecosystemic linguistics” by means of a discussion of “speech community” (SP) versus “language community”, illustrating with the case of the community of a farm located in Brazil’s hinterland. Besides the well-known concepts of “simple/complex” and “maximum/minimum” SP, “compact/diffuse” SP is also presented. Other ecosystemic-linguistic innovations are the “patterns of communicative interaction”, and the classification of Brazilian Portuguese’s varieties as “rural dialects”, “urban dialects”, and “statal dialect”. Finally, the article mentions a possible “mental map” that every member of the SP must have in their minds in order to find their way in their territory.

Key-words: Speech community; language; cultural ecosystem; linguistic ecosystem; patterns of communicative interaction.

1. Introdução

O objetivo principal deste artigo é discutir o conceito de comunidade de fala, partindo da comunidade constituída pelos habitantes de uma fazenda do município de Patos de Minas (MG), próxima do povoado chamado Major Porto, ex-Capelinha do Chumbo. Trata-se da já extinta fazenda do Zé Artino, a que doravante me referirei apenas por Fazenda. Por não existir mais como tal, os dados foram colhidos de cartas que os membros da família trocavam com pessoas de fora, do diário da mãe de família, da memória das pessoas ainda vivas, como o próprio patriarca Zé Artino, além da ajuda de não membros da comunidade ainda sobreviventes que interagem com ela com uma certa frequência.

O **conceito de comunidade de fala** é um dos mais importantes e profícuos na vertente da ecolinguística conhecida como linguística ecossistêmica. Mesmo sendo o verso da moeda cujo reverso é a **comunidade de língua** (CL), ou seja, mesmo não tendo existência independentemente desta, por vários motivos CF tem uma certa precedência prática sobre CL. CF é ecossistema, assim como CL também o é. No entanto, CF é delimitada pelo investigador, exatamente como ocorre com o ecossistema biológico, delimitado pelo ecólogo. A CL, por seu turno, equivale mais a ecossistemas como os biomas, cujos limites estão na própria natureza. Mesmo que esses limites sejam fluidos e se interseccionem com os dos biomas vizinhos, não é o ecólogo que define onde termina a tundra e começa a taiga, onde termina a taiga e começa a floresta temperada, onde termina a floresta temperada e começa a floresta tropical. Por tudo isso, CF é o ecossistema linguístico por excelência, ou seja, por ser o mais próximo do ecossistema biológico. Ele apresenta uma grande maleabilidade, por oposição à relativa rigidez do ecossistema comunidade de língua. Apesar de maleável, e de ser delimitado pelo investigador, como qualquer ecossistema biológico, uma vez delimitada, a comunidade de fala permite um tratamento científico preciso, praticamente nos termos do estruturalismo, de linha cartesiano-newtoniana. O pesquisador tem que se ater a ela, considerando-a holisticamente, sem deixar de lado nenhum de seus componentes. Assim, ele pode averiguar todas as interações que se dão em seu interior, pelo menos na medida do possível. Aliás, quanto menor a CF, mais fácil é a investigação da totalidade dessas interações, respeitando o rigor do método científico.

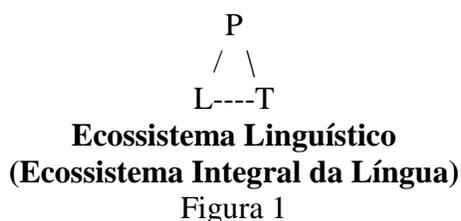
Por esses e outros motivos, a propósito da comunidade de fala o presente artigo passará em revista os principais conceitos da linguística ecossistêmica, na tentativa de refiná-los e de mostrar sua utilidade. Com isso, estaremos mostrando a aplicabilidade desses conceitos, que eles não são construtos teóricos inúteis na prática. Haverá, outrossim, a introdução de conceitos novos, que jaziam latentes, mas ainda não tinham sido tornados patentes.

O artigo começa por uma breve caracterização da ecolinguística e da linguística ecossistêmica na seção 2. A seção 3 apresenta uma discussão relativamente pormenorizada do próprio conceito de comunidade de fala, complementada pela seção 4, que aplica as ideias de CF ao caso da Fazenda. As seções 5, 6 e 7 discutem os componentes do tripé do ecossistema linguístico que é a CF, ou seja, o território (T), a população/pessoas (P) e a língua/linguagem (L), nessa ordem. A seção 7 se subdivide em quatro subseções, a fim de dar conta das várias facetas da língua/linguagem. São elas: a comunhão (7.1), a comunicação (7.2), a referência ou significação (7.3) e as inter-relações entre comunhão, comunicação e significação (7.4). Na seção 8, temos os comentários gerais sobre

a comunidade de fala Fazenda. Por fim, vêm as considerações finais (seção 9).

2. Ecolinguística e Linguística Ecolinguística

A ecolinguística tem sido definida como sendo o estudo das relações entre língua e meio ambiente, não necessariamente no sentido do movimento ambientalista, mas no das relações entre a língua e o meio em que ela é usada. É bem verdade que a maior parte dos ecolinguistas europeus tratam de questões ambientais, mais especificamente criticando os discursos que pretendem vender a ideia de que muita firma poluidora é ambientalmente correta (FILL, 1993). Mais recentemente, porém, ela vem sendo caracterizada como o estudo das interações verbais que se dão no interior do ecossistema linguístico. Isso está acontecendo no seio da **linguística ecossistêmica**, sugerida originalmente pelo filósofo da linguagem alemão Peter Finke e seu ex-discípulo Wilhelm Trampe (cf. FINKE, 1996; TRAMPE, 1996) e desenvolvida na chamada Escola Ecolinguística de Brasília, que inclui a Universidade Federal de Goiás (COUTO, 2015 e COUTO; COUTO; BORGES, 2015). A linguística ecossistêmica tem esse nome por razões óbvias. Ela parte do conceito central da ecologia, que é o de ecossistema, vendo a língua como parte do **ecossistema linguístico**. Como na ecologia, esse ecossistema consta de uma população (P), convivendo em seu território (T) e interagindo pelo modo tradicional de interagir, ou seja, sua língua/linguagem (L). O ecossistema inicial da língua é o **ecossistema integral da língua**, representado na figura 1 a seguir.



Um fato interessante sobre esse ecossistema linguístico é que, da perspectiva da comunidade de língua como definida logo abaixo, frequentemente o povo (P) é chamado por algo como "os habitantes do território (T) X" e a respectiva língua é chamada de "o modo de falar (L) do povo X". Isso é mais visível em algumas línguas do sul da África. A língua *sesotho* (indicada pelo prefixo *se-*) é o modo de falar do povo *basotho* (indicado por *ba-*), habitante do território *Lesotho* (indicado por *le-*). Do mesmo modo, *português* (povo) é o habitante do território chamado *Portugal* enquanto que *português* (língua) é o modo de falar desse povo. Como povo e língua são designados pelo mesmo termo, a distinção fica um pouco obliterada. A palavra *romanês* significa justamente "o modo de falar do povo cigano" que, aliás, não tem um território, eles são tradicionalmente nômades.

O ecossistema integral da língua compreende três outros, distinguidos por índices numéricos subscritos. Primeiro, o **ecossistema natural da língua**, em que P_1 representa um povo concreto, como o povo kamayurá, cujo território (T_1) é uma parte do Parque Indígena do Xingu e cuja língua é a língua kamayurá (L_1), nos seus aspectos biológicos, fisiológicos, proxêmicos, cinésicos e paralinguísticos. No caso, P_1 e T_1 constituem o **meio ambiente natural da língua** kamayurá. Mas, a língua kamayurá, como qualquer língua, tem como *locus* o cérebro de cada indivíduo da

comunidade, tomado individualmente, de modo que o cérebro deles o é "território" (T_2) de um segundo ecossistema, o **ecossistema mental da língua**. As interações neurais em que a língua é formada, armazenada e processada, ou seja, o cérebro em funcionamento, é o lado dinâmico, ou seja, o lado em que entra a vontade da "pessoa" (P_2). A língua como fenômeno mental (L_2) é o conjunto de conexões e comandos neurais para cada indivíduo se expressar e comunicar-se. No caso, o **meio ambiente mental da língua** é constituído por P_2+T_2 . Por fim, temos a língua como fenômeno social (L_3), em que "povo" (P_3) é a coletividade, enquanto que a face "território", ou seja, o *locus* das interações sociais é a sociedade (T_3). O meio ambiente social da língua é, portanto, P_3+T_3 .

Para a linguística ecossistêmica, o cerne da língua é constituído pelos **atos de interação comunicativa**, que obedecem a cerca de 15 **regras interacionais**, sendo que a 15^a delas constitui o conjunto de **regras sistêmicas**, que existem para auxiliá-las na comunicação. A língua existe nos atos de interação comunicativa, sendo as regras sistêmicas um construto abstraído deles pelo linguista. Nesse sentido, sempre que um falante diz algo a seu ouvinte e ele entende não cabe falar-se em erro. Se o ouvinte teve o enunciado recebido como normal comunitariamente, ele é aceitável, logo, "certo", fato que pode fazer os normativistas ficarem de cabelos arrepiados. No caso da comunidade de fala Fazenda, o lado L é constituído por todas as manifestações dos **padrões de interação comunicativa** (PIC) locais, mesmo que não consigamos recuperar todos os PIC que foram proferidos durante a curta existência desse ecossistema linguístico. Alguns deles serão apresentados e discutidos nas seções subsequentes. Para mais detalhes sobre a linguística ecossistêmica, em especial, e a ecolinguística em geral, pode-se consultar Couto (2015), Couto; Couto; Borges (2015) e Couto; Couto; Araújo; Albuquerque (2016). Este último é uma grande antologia de ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos, com 18 textos inteiramente em português.

3. Comunidade de Fala

O ecossistema integral da língua, ou **comunidade**, pode ser encarado, como comunidade de língua ou como comunidade de fala, conceitos que se definem um por comparação ao outro, como já foi visto acima. A **comunidade de fala** é um ecossistema linguístico constituído por um território geralmente de pequenas proporções, em que os atos de interação comunicativa entre seus membros se dão com relativa frequência. Os laços de solidariedade são bem fortes. Por isso, a sensação de estarem seus membros em **comunhão** é bastante intensa. Enfim, comunidade de fala é o ecossistema linguístico encarado da perspectiva dos atos de interação comunicativa. A **comunidade de língua**, ao contrário, independe do tamanho do território, pois ela é o ecossistema linguístico visto da perspectiva do sistema. Assim, a comunidade de língua portuguesa compreende Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, independentemente de atos de interação concretos. Esses países pertencem à mesma comunidade de língua devido ao fato de seus habitantes terem consciência de que o sistema linguístico vigente neles é o da língua portuguesa.

Aparentemente, é necessário reconhecer pelo menos dois tipos de comunidade de língua. O primeiro é a **comunidade de língua compacta**, cujos membros convivem em espaços contíguos,

não dispersos pelo espaço de outra comunidade de língua. O segundo é a **comunidade de língua difusa**, cujos membros vivem esparzidos pelo espaço de outra comunidade de língua, ou melhor, pelo espaço de uma comunidade de fala relacionada a outra língua. O exemplo prototípico da segunda é a comunidade de língua dos surdos. Por exemplo, os usuários de LIBRAS no Brasil vivem dispersos no seio da comunidade de fala brasileira. No entanto, constituem uma comunidade de língua.

Esses dois conceitos foram inspirados pela dicotomia língua/fala de Saussure e pela dialetologia e a linguística alemãs, que têm os conceitos de *Sprechgemeinschaft* e *Sprachgemeinschaft*. Esses conceitos significam, respectivamente, "comunidade de fala" e "comunidade de língua", numa tradução literal. Para o primeiro, às vezes se ouve também *Kommunikationsgemeinschaft*, literalmente, "comunidade de comunicação".

Já vimos que a comunidade de fala é o ecossistema linguístico por excelência, pois se aproxima mais do ecossistema biológico do que a comunidade de língua, uma vez que é delimitada pelo observador, como no caso da Fazenda, cuja separação das fazendas vizinhas é apenas uma cerca de arame farpado. O linguista ecossistêmico pode delimitar até mesmo o par falante-ouvinte, engajados em um diálogo, como uma comunidade de fala, caso em que seria uma **comunidade de fala mínima**. Ela seria equivalente à célula. Tanto que algumas teorias linguísticas a equiparam à célula, não ao átomo, considerando o diálogo a "célula mínima da comunicação" (BACK; MATTOS, 1972: 7 e BANG; DØØR, 2007: 22). Os ecossistemas biológicos podem ser até menores do que os linguísticos. Porém, o linguista pode delimitar toda a comunidade de língua portuguesa como a comunidade de fala que vai investigar. Nesse caso, trata-se de uma **comunidade de fala máxima**. Por mais estranho que isso possa parecer, está em perfeita sintonia com o conceito ecológico de ecossistema. Como venho enfatizando, CF é o ecossistema linguístico por excelência.

De outra perspectiva, a comunidade de fala pode ser simples ou complexa. **Comunidade de fala simples** é monolíngue e monodialetal, caso da comunidade de fala Fazenda. Se ela for bi-/multilíngue e/ou bi-/multidialetal, será uma **comunidade de fala complexa**. Um exemplo de comunidade de fala complexa, por ser bilíngue, é Chuí, na fronteira do Brasil com o Uruguai, onde é chamada de Chuy. A cidade de Bruxelas, por seu turno, é também uma CF complexa, mas multilíngue, pois contém falantes de flamengo (incluindo o dialeto brabantês), francês, inglês, turco, árabe, berbere, alemão e outras línguas. Provavelmente ela é a cidade mais multilíngue da Europa. Países como Índia, China, Suíça e muitos outros são multilíngues, e multidialetais. Aliás, a maior parte dos países do mundo é multilíngue, inclusive o Brasil que, só de línguas indígenas tem quase 200.

As comunidades de fala podem ser ainda compactas ou difusas. **Comunidade de fala compacta** é aquela cujos membros vivem bastante próximos um do outro espacialmente, o que favorece a interação, a comunhão e até a comunicação. Um primeiro exemplo é o núcleo familiar, como o da família do Zé Artino, cujos membros compartilham a mesma casa (veremos que há outras famílias no interior da Fazenda). As cidades também podem entrar nessa categoria porque muitos de seus habitantes moram um acima do outro em edifícios de 20, 30, 40 e até mais andares, com todos os problemas que isso acarreta. Mesmo quando vivem em casas, elas estão uma ao lado da outra, às

vezes sendo divididas apenas por uma parede. Na **comunidade de fala difusa** as pessoas vivem relativamente afastadas uma da outra, como acontece nas regiões rurais. Por exemplo, se delimitássemos toda a região rural do município de Patos de Minas como um ecossistema linguístico, tratar-se-ia de uma comunidade de fala difusa, pois haveria uma distância relativamente grande entre os moradores. Geralmente, a comunidade de língua é a comunidade de fala mais difusa que se pode imaginar, quando não por ser em geral uma comunidade de fala máxima, excetuando os pequenos grupos étnicos ameríndios e assemelhados, como os kamayurás, em que CF e CL coincidem, o que é o caso ideal.

A CF pode ainda ser efêmera *versus* permanente e sedentária/fixa *versus* nômade. Como o próprio nome já diz, **comunidade de fala efêmera** é aquele ajuntamento de pessoas com alguns interesses comuns, mas de curta duração. Em sua forma extrema, coincide com a comunidade de fala mínima, apenas falante e ouvinte em interação comunicativa, mas pode se constituir de mais pessoas. Dois exemplos históricos conhecidos são o dos pigmeus e dos ciganos. Os ciganos, por exemplo, se pulverizam por diversas comunidades de fala efêmeras nos acampamentos, por mais tempo que eles durem. O mesmo vale para os pigmeus. Um outro tipo de CF efêmera é a constituída pelos acampamentos dos sem-terra. Por exclusão, toda CF que não for efêmera é uma **comunidade de fala permanente**. Praticamente todas as CFs mencionadas acima são permanentes. Até certo ponto, a comunidade de fala permanente coincide com a **comunidade de fala sedentária** ou **fixa**, por oposição à **comunidade de fala nômade**. No entanto, há comunidades de fala efêmeras que não são propriamente nômades. É o caso da CF efêmera formada pelo acampamento dos sem-terra, embora ela possa se desfazer a qualquer momento. Enfim, efemeridade e nomadismo, por um lado, e permanência e sedentarismo, por outro, não se sobrepõem inteiramente.

Para finalizar este tópico, e voltando à comunidade de língua, é preciso distinguir comunidade de língua *versus* comunidade de línguas. A primeira já foi caracterizada acima. Quanto à **comunidade de línguas**, até certo ponto ela coincide com o que Denison (2001) chamou de “ecologia linguística”. Para ele, pode-se falar, por exemplo, em “ecologia linguística europeia”. Às vezes, fala-se em “ecologia das línguas”. A *Sprachbund*, como é o caso da balcânica, também constitui uma comunidade de línguas. Ela pode ser **mínima**, como em uma “ecologia” em que coexistem apenas duas línguas, ou **máxima**, como a “ecologia linguística europeia”, que abrange todas as línguas da Europa, ou a totalidade das línguas do mundo. Como se vê, trata-se de conceitos úteis para o estudo do multilinguismo.

4. Visão geral da Comunidade de Fala Fazenda

A comunidade de fala constituída pela fazenda do Zé Artino resultou do desmembramento da fazenda de seu pai (o patriarca Artino) de aproximadamente 168 alqueires, dividida em partes idealmente iguais pelos oito filhos (*Criola, Isé, Duca, Nega, Nina, Marieta, Nego e Dersa*, além da viúva *Chiquinha* e da “criada” *Culinha*). Isso se deu no início da década de quarenta do século passado. O fato é que a parte que coube ao Zé Artino compreendia 21 alqueires mineiros, ou seja, uns 48.400m². É nela que toda sua família e agregados, especificados abaixo, viviam e é dela que tiravam o próprio sustento, mediante a criação de alguns animais (porcos, gado, equinos, galináceos etc.) e o cultivo de milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar etc. Na década de 1970, essa

ECO-REBEL

fazenda foi vendida e voltou a fazer parte de uma fazenda maior, embora não exatamente a mesma em que estava inserida antes, de propriedade do patriarca Artino. A fazenda deste último continha ainda, como agregados, os membros da família do *Zé Clemente*, constituída ainda pela esposa *Lica* e filhos *Amadeu*, *Tião*, *Orlando* etc. A comunidade de fala fazenda do *Zé Artino* propriamente dita existiu aproximadamente de 1941/2 a 1956/1957.

Como se vê, as comunidades de fala estão umbilicalmente ligadas a um espaço e a um tempo bem definidos. Elas podem se fazer e se desfazer, ser desmembradas, integrar outras comunidades de fala etc., exatamente como acontece com o ecossistema biológico. Tanto que poderíamos delimitar apenas a família nuclear do *Zé Artino* como o P do ecossistema, tendo como T apenas a sede da fazenda, apesar de haver outras famílias em seu interior. Poderíamos até mesmo considerar cada dois membros da família em interação comunicativa como formando uma CF mínima (falante e ouvinte). Vale dizer, embora o espaço (T) seja de fundamental importância para a existência de uma CF, o que faz de um grupo de pessoas, em determinado lugar e interagindo entre si, uma comunidade de fala não é o tamanho. Exatamente como no caso do ecossistema da ecologia que, segundo seu proponente, pode ir do universo, passando por um continente, um bioma (como a tundra, a taiga, o cerrado), um lago, um tanque e até o átomo (Tansley 1935).

A despeito do fato de ser uma comunidade de fala simples, a CF Fazenda continha três outros núcleos familiares em seu interior, vale dizer, duas comunidades de fala menores. A Fazenda propriamente dita tinha como pai de família o *Isé*. Na segunda o chefe era o *Zé Timote*. A terceira era formada pelos três irmãos *Ilídio*, *Cândia* e *Júlia*. Isso mostra mais uma vez a maleabilidade do conceito de CF. Como todo ecossistema, o da Fazenda era um ecossistema linguístico poroso. Havia uma interação intensa com os membros dos ecossistemas linguísticos circundantes. Essa comunidade de fala estava localizada inteiramente no domínio da comunidade de língua portuguesa. Tratava-se de uma CF simples, uma vez que era monodialetal, ou seja, seu dialeto do português era o mesmo da respectiva região rural de Minas Gerais e, em grande parte, do Brasil rural como um todo. Por ser monodialetal, era também monolíngue.

Vejamos mais alguns argumentos que justificam considerarmos a Fazenda como uma comunidade de fala. Em primeiro lugar, porque tem um T e um P inteira e exclusivamente seus, mesmo sendo seu L compartilhado com o das comunidades de fala das vizinhanças em talvez acima de 99%. Afinal, a população de organismos de cada ecossistema biológico delimitado pelo investigador tem aproximadamente os mesmos padrões de comportamento que os dos ecossistemas circundantes. O que faz de um ecossistema um ecossistema não são apenas os padrões de comportamento, mas também a população e seu *habitat*. As especificidades comportamentais da população podem ser mínimas, contanto que compartilhem um T e um P. O mesmo vale para o ecossistema linguístico, no caso, a comunidade de fala, ou seja, o que faz de uma CF uma CF é o todo TPL. Aliás, os padrões de interação comunicativa não são só verbais. Neles entram também ingredientes proxêmicos, cinésicos, paralinguísticos e outros.

Em segundo lugar, pelo fato de seus membros conviverem em um mesmo T, têm consciência desse compartilhamento. Tanto que se referem a *nóis* como o grupo da Fazenda, por oposição a *eles*, os membros das demais comunidades de fala da vizinhança, mesmo quando não há limites naturais dividindo-a delas, como um córrego, um espigão etc. Em terceiro lugar, o L contém nomes para

toponímia, flora, fauna, hidronímia, ares, fenômenos atmosféricos etc., frequentemente ignorados pela vizinhança. Em quarto lugar, mesmo tendo o mesmo L, tem **padrões de interação comunicativa** (PIC) específicos. Na seção 7 e subseções veremos alguns exemplos desses PIC.

5. A fazenda ou o Território (T)

Por que o território é importante na caracterização da CF? Primeiro porque sem T não haveria P e, sem P não haveria L. Como diz a antropogeógrafa Semple (1941), discípula de Friedrich Ratzel, "o homem é um produto da superfície da terra. Isso significa não apenas que ele é filho da terra, pó de seu pó, mas também que a terra o pariu, alimentou-o, atribuiu-lhe tarefas, direcionou seus pensamentos, apresentou-lhe dificuldades que fortaleceram seu corpo e aguçou seus sentidos" (p. 1) e assim por diante. Por isso, "cada clã, tribo, estado ou nação incluem duas ideias, um povo e seu território, o primeiro impensável sem o segundo" (p. 51). Infelizmente, continua a autora, "a maior parte dos sistemas de sociologia trata o homem como se ele fosse de alguma maneira desligado da superfície da terra; eles ignoram a base terrena da sociedade" (p. 53). Isso é tão importante que "quanto mais frouxa for a conexão entre terra e povo, mais frouxo será o tipo de organização social" (p. 58), ou seja, "a terra é a força dominante na coesão da sociedade", inclusive na ecologia da interação comunicativa.

Referindo-se à língua, Mufwene (2001) disse que ela é um parasita de da população (P). A população, por seu turno, é um parasita de T, segundo a linguística ecossistêmica. Logo, a base terrena (T) é de fundamental importância para o entendimento da linguagem, sobretudo de uma perspectiva holística. Com efeito, sabemos que até mesmo os atos de interação comunicativa prototípicos dependem do espaço. Duas pessoas se engajam prototipicamente em um diálogo só quando se veem juntas no mesmo espaço e, sempre que se veem juntas no mesmo espaço, em geral interagem verbalmente. Por isso faz sentido começar o detalhamento da comunidade de fala Fazenda pelo território.

Já vimos que o T da comunidade de fala em questão era constituído pela fazenda de cerca de 21 alqueires mineiros. A leste, ela se limitava com a *fazenda do Quinca* e a do *Pedo Dama*, imediatamente. Além dessas duas fazendas, ficava o incipiente povoado *Horizonte Alegre* ou *Os Tavar*. A oeste ficava a *fazenda do Nadim*, imediatamente; mediatamente, a do *Gerardo Luís* e a *serra da Roxa*, distante, mas visível. Ao norte, encontrava-se a *fazenda do Vicente Borges*, ex-sede do patriarca *Artino*. Além dela, a *Capetinga*, onde se via uma colina em que a chuva parecia começar. Ao sul, a *fazenda do Juca Juvêncio* e, mais além, o povoado *Capelinha do Chumbo*, atualmente Major Porto. A noroeste, ficavam a *fazenda do Nego* e a do *Josia*.

A Fazenda como um todo está dividida em *casa*, compreendendo o *curral*, o *chiqueiro*, o *paiol* (para armazenar milho), o *quintal* e a *manguera* (pequeno cercado em que se colocam os porcos), o *pasto de cima* e o *pastinho*. A casa em si compreendia três quartos (um para o casal, outro para os meninos e um terceiro para as meninas), sala e cozinha, sendo esta um puxado como a haste da letra "T" com os demais cômodos, que seria a linha horizontal superior dessa letra. Mas, havia subdivisões maiores no T da Fazenda. Uma primeira era o *ispigão do Quinca*, situado em um ponto extremo no lado noroeste. A segunda era a *lagoa*, no lado sudeste da fazenda. Essa lagoa era sazonal; só se enchia de água durante os meses de chuva (*inverno*). Na face oeste, ficava uma

ECO-REBEL

terceira, o *ispigão do Nadim* (assim chamado por estar próximo da fazenda dele). Por fim, tínhamos um outro espigão, coberto de vegetação, uma capoeira, apropriadamente chamado de a *capuera*. As demais posições e localidades da Fazenda eram chamadas pelo acidente nelas localizado, completando sua microtoponímia.

Os membros da família e agregados denominavam aspectos do local que aparentemente não tinham nenhuma relevância para os de fora, mas que para eles eram de fundamental importância. Circundando a Fazenda, nomeavam a *serra do Parmital* e o *corgo da Capivarinha*, ao norte. Ao sul, encontrava-se o *corgo das Batata* e *Capelinha do Chumbo*. Esta última era também chamada de *Comércio, Rua e Praça*, por oposição à "zona rural". A leste tínhamos o *Horizonte Alegre (Os Tavar)* e, a oeste, a *serra da Roxa*. Ainda circundando a área do território da Fazenda, havia as fazendas mencionadas logo acima.

No interior do T desta CF, nomeavam-se ainda diversos acidentes, além dos já mencionados a propósito da subdivisão interna da Fazenda. O *Ispigão do Quinca*, por exemplo, estava situado em um ponto bem distante da sede (a casa). Sua importância na CF residia no fato de que, por ser distante, quando uma *rês* (boi, vaca) ou um *animal* (cavalo, égua) ia para lá, era difícil encontrá-lo, pois era o último lugar a que se ia. A *lagoa* era ainda mais retirada da sede, embora o acesso a ela fosse mais fácil. Nos fundos da casa, passava um pequeno córrego (que fornecia água para a família), que desaguava em outro pouca coisa maior, que vinha da *fazenda do Nadim*. Para distinguir os dois, chamavam ao primeiro de *nosso corguinho* e, ao segundo, *corguinho do Nadim*. Já vimos também que os dois espigões se distinguiam mediante as denominações de *ispigão do Nadim* e *ispegão do Quinca*. Identificava-se ainda o *oi d'água*, nascente de *nosso corguinho*, distante uns 300 metros da casa; era um lugar em que as crianças gostavam de brincar. Um pouco abaixo do *oi d'água*, furava-se uma *cacimba*, para retirar água quando o córrego secava. No morro acima do *oi d'água*, encontravam-se *as cana* (pequeno canavial). No lado leste, a uns 100 metros da casa, situavam-se *as binga*, dois ou três imponentes pés de *binga* (jequitibás), que tinham esse nome porque seu fruto, a *binga*, se assemelhava a um isqueiro, localmente chamado de binga. Ao lado desses jequitibás, havia a *arvinha*, pequena árvore de copa arredondada e com bastante folhagem. As crianças viviam encarapitadas em suas grimpas, além de ser lá que o amigo *Osmar*, agregado da fazenda do *Juca Juvêncio*, chegava para brincar com elas.

Entre os animais, havia uma vaca chamada *Chatinha*, que investia contra as crianças, uma vaca que mamava em si mesma, os bois *carrero* (que puxavam o carro), uns dois *marruáis* (bois reprodutores), a *eguinha*, uns três cavalos, o cachorro *Lião*, além de porcos, galinhas e outros.

Apesar de a Fazenda ser uma CF extinta, o espaço físico em que ela se encontrava ainda existe, mas não como território (T) de uma CF específica. Mesmo que reproduzíssemos sua delimitação, não há mais os mesmos habitantes nem os mesmos PIC. Vele dizer, T só tem valor linguístico-ecossistêmico se interligado a P e L, assim como cada um destes só significa alguma coisa se interligado aos dois outros.

6. A População ou as Pessoas (P)

Vejamos o lado P da comunidade de fala da fazenda do Zé Artino. O patriarca era chamado *Zé Artino* pelos de fora do núcleo familiar, pelo fato de ser filho do velho Artino. Internamente à

Fazenda e, sobretudo à família, ele era chamado de *Isé*, embora a esposa (*Conceição*) o chamasse de *José* e algumas filhas o chamassem de *pai*. Os sogros e sua filha adotiva *Norfa* o chamavam de *cumpade Zé*.

A população da Fazenda era formada por 13 pessoas. Primeiro, temos os membros da família nuclear. Ela era constituída pelo pai, o *Isé*, a mãe *Conceição* e os filhos: *Dinho*, *Irma*, *Datim*, *Luma* e *Valto*, em ordem decrescente de idade. Por volta de 1956/7, quando se mudaram para *Os Pato* (Patos de Minas), *Dinho* tinha 15 anos. Cada um dos demais irmãos era mais novo do que o anterior aproximadamente um ano. Residindo em uma casinha também situada no terreno da Fazenda, ao pé do *ispigão do Nadim*, havia a família dos avós maternos (os sogros), constituída pelo avô *Zé Timote*, a avó *Josina* e a *Norfa*. Por fim, havia mais uma família de agregados, num casebre de pau a pique próximo à casa dos avós, constituída por três irmãos solteirões, ou seja o *Ilídio*, a *Cândia* e a *Júlia*. Um detalhe sobre esses irmãos, aparentados da família do *Joaquim Sai-Cedo*, é que as duas mulheres eram papudas (tinham bócio): a primeira tinha duas bolas no pescoço, a segunda tinha três, todas do tamanho de uma laranja grande. A família do *Joaquim Sai-Cedo* era formada por ele, a esposa (de cujo nome não se tem mais registro), e dois filhos, *Bechó* e *Zé* (o *Bechó* era chamado de *Tchitchó* pelo *Zé*). Essa família era agregada da vizinha *fazenda do Nadim*, mas estava bem próxima da casa do *Zé Timote*.

Um fato importante a respeito do lado P da comunidade de fala Fazenda é que todas as denominações específicas de aspectos dela existem para as pessoas se orientarem. Elas fazem parte do **mapa mental** que todos os indivíduos que integram a Fazenda têm dela na cabeça. Por exemplo, quando um deles menciona a outro o nome *ispigão do Quinca*, o interlocutor sabe a que o falante se refere, em que posição no mapa da CF o espigão se encontra. Isso vale para o conhecimento que as pessoas em geral têm do mundo, do globo, do país, do estado, da cidade, do quarteirão e das divisões de sua casa. Todo indivíduo da comunidade tem uma espécie de GPS (*global positioning system*) na memória, e é esse GPS que lhe permite orientar-se nela, e até fora dela.

O conceito de mapa mental está aguardando um maior aprofundamento. Afinal, ele é imprescindível para a eficácia dos atos de interação comunicativa, que requerem uma **orientação no mundo** (SCHAFF, 1974). Por exemplo, qualquer pessoa que more em São Paulo, e conhece a cidade bem, sabe em que posição da topografia da cidade está localizado o bairro da Lapa. Sabe também qual o melhor itinerário a seguir para chegar a ele partindo de onde se encontra. A despeito de tudo isso, o conceito de mapa mental, bem como o de comunhão, tem sido deixado de lado por quase todos os linguistas. Talvez algo já tenha sido feito no âmbito da psicologia e, talvez, da filosofia. Um autor que parece ter avançado algumas ideias nesse sentido é Alfred Korzybski. Minha intenção foi apenas chamar a atenção para sua relevância. Fico torcendo para que outros pesquisadores o investiguem a fundo.

7. Interação e Linguagem (L)

Inicialmente é bom lembrar que essa comunidade de fala estava localizada inteiramente no domínio da comunidade de língua portuguesa. Tratava-se de uma CF simples, monodialetal e monolíngua. O dialeto do português era o mesmo da respectiva região rural de Minas Gerais e, em grande parte, do Brasil rural como um todo. Aliás, os **dialeto rurais** brasileiros apresentam uma

notável semelhança, a ponto de não haver grandes problemas de comunicação entre seus falantes, do Oiapoque ao Chuí. Havia muito pouco contato com o **dialeto urbano**, sobretudo devido às poucas viagens a Patos de Minas (a cidade mais próxima) pela *jardinera* (ônibus), que percorria a *linha* (estrada de terra). Havia também um pouco de contato pelo rádio a pilha. O contato com o **dialeto estatal** se dava basicamente apenas nas precárias, efêmeras e poucas escolas.

Diante de tudo que foi visto, é legítimo dizer que a CF Fazenda tinha um L próprio? Apesar de a linguagem verbal local ser aproximadamente a mesma da região, é preciso lembrar que a interação comunicativa lança mão não apenas de palavras, como veremos mais pormenorizadamente na subseção 7.4. Veremos que entram em ação, além do componente verbal, o paralinguístico, o proxêmico, o cinésico, o silêncio, as pausas etc. Todo elemento do ecossistema cultural pode ser usado, e o é, nos atos de interação comunicativa locais. Uma vez que para a linguística ecossistêmica L é o como os membros da comunidade interagem verbalmente entre si, podemos dizer que o L local era o conjunto de todos os **padrões de interação comunicativa** (PIC) que as pessoas da comunidade usavam. É muito difícil recuperar esses PIC, mas, nas subseções seguintes teremos uma amostra do que eles eram.

7.1. Interação Pessoa-Pessoa I: Comunhão

A **comunhão** é o primeiro tipo de interação que se dá entre as pessoas. Ela existe até entre os demais animais. Isso porque ela é um tipo de solidariedade que assegura a coesão de pessoas (ou de animais) do grupo que convivem em determinado espaço. Sem comunhão, pode haver um *bellum omnium contra omnes*, conflitos que levarão o grupo a se autodestruir, a se esfacelar. Pessoas (e animais) que comungam o mesmo espaço, as mesmas condições atmosféricas, as mesmas condições de vida, aproximadamente os mesmos contatos sociais, tanto intracomunidade quanto extracomunidade, têm que ter uma solidariedade mútua a fim de manter pelo menos uma política de boa vizinhança. Nessas condições, elas têm consciência de que compartilham muitos interesses. Mas, não é só isso. Passa a haver entre as pessoas uma satisfação pelo simples fato de estarem juntas, conhecendo e compartilhando as mesmas coisas, inclusive a linguagem, embora a comunhão prescindia da língua. Tanto que entre os membros da esquadra de Cabral e os tupinambás de Porto Seguro houve momentos de comunhão em 1500, como se vê na *Carta* de Caminha. Em casos de comunhão como a que existe entre namorados, entre mãe e bebê, entre os membros de uma plateia que aguardam ansiosamente por seu cantor preferido, em todas essas situações e assemelhadas nem é preciso que alguém diga algo. Se alguém disser alguma coisa, será muito bem-vindo, mas isso não é necessário. Poderíamos acrescentar ainda o grupo de alunos em uma sala de aula, um agrupamento familiar, duas pessoas engajadas em uma conversa e assim *ad infinitum*. Enfim, o número de grupos de pessoas em comunhão fica em aberto.

Como contraponto, seria interessante mencionar algumas situações de pessoas espacialmente juntas, mas que não estão em comunhão. Um exemplo interessante é o grupo de pessoas em um elevador. Por não haver comunhão, todo mundo fica ansioso, constrangido, louco para chegar a seu andar e cair fora o mais rápido possível. Pessoas que se aglomeram debaixo de uma marquise por causa da chuva estão no mesmo caso. No entanto, se em situações como essas alguém disser algo que suscite o interesse dos demais, pode iniciar-se uma comunhão e, conseqüentemente, um

ECO-REBEL

diálogo, ou mais de um. No caso de uma família (pai, mãe, filho e filha adolescentes) em uma mesa de restaurante que não tiram os olhos do aparelho celular, usando o WhatsApp, em vez e comunhão o que se tem é uma **descomunhão**. Eles estão fisicamente juntos, mas mentalmente ligados a alguém distante. Logo, não estão em comunhão, mas em seu contrário, a descomunhão. A fazenda do Zé Artino como um todo constituía uma comunidade de fala justamente devido ao estado de comunhão em que viviam os membros dos três núcleos familiares nela existentes. É essa comunhão que lhes dava o sentimento de que constituíam uma unidade que os distinguiu das comunidades de fala vizinhas. Mas, no interior de cada núcleo familiar havia comunhão também, o que faz dele uma unidade, uma CF. A família do *Isé* será objeto de maior atenção por ter sido ele o proprietário da fazenda, sendo as duas outras famílias agregadas.

Entre o *Isé* e a esposa (*Conceição*) o nível de comunhão era bastante baixo, com inúmeros atritos, chegando ao nível de se odiarem. Como *Isé* começou a preparar a mudança deles para uma fazenda de um lugar de Minas tido como "sertão", *Conceição* começou a usar o dístico: *Ocê jurô e fez tenção / de me enterrar é no sertão*. Entre os meninos (*Dinho, Datim, Valto*) havia bastante solidariedade. Entre as meninas (*Irma, Luma*), também. Entre os meninos e as meninas o grau de solidariedade comunal já era um tanto menor, já que havia menos interação. Como o pai *Isé* era um homem rude, sem muitas gentilezas, não havia muita solidariedade entre ele e os filhos, menos ainda entre ele e as filhas. No caso da mãe (*Conceição*), já havia muito mais solidariedade com os filhos, embora muito menos com as filhas: entre elas havia constantes conflitos, devidos à lide na cozinha.

Sobre a solidariedade comunal existente na família do *Zé Timote* e na dos três irmãos, existem muito poucas informações. O pouco que se sabe é que o *Zé Timote* e a esposa *Josina* se odiavam também, já tendo vivido alguns anos separados. O que os mantinha juntos na mesma casa era a pressão da filha (*Conceição*), além de questões econômicas. Viverem os dois juntos e com a *Norfa* facilitava as coisas. De modo que a comunhão aí existente era um tanto forçada, não espontânea como na maioria dos casos. Entre os irmãos *Ilídio*, a *Cândia* e a *Júlia*, da terceira família residente na fazenda, não havia atritos. Por serem irmãos solteirões, viviam em relativa paz. O nível de solidariedade era bastante alto, logo, também de comunhão.

Por fim, temos a comunhão existente entre os três núcleos familiares. Tendo a família chefiada pelo *Isé* como força centrípeta, aparentemente não havia atritos entre esses núcleos. Pelo contrário, compartilhavam o sentimento de que de certa forma constituíam uma unidade, a CF da fazenda do Zé Artino, que se opunha à unidade de cada uma das fazendas vizinhas. Além disso, havia uma certa gratidão ao *Isé* pelo fato de permitir que residissem no domínio da fazenda dele. Naquela época ainda não existia a figura do usucapião com tanta força como hoje em dia.

É bom lembrar que nem sempre os estados de comunhão são cem por cento. Há **graus de comunhão**. Por exemplo, um casal de namorados em um suave diálogo está em **comunhão total**. O mesmo se pode dizer de um grupo de religiosos em uma oração, entre outros. Mas, quando alguém é obrigado a ouvir outrem falando sem parar, dominando a palavra, contrariamente à tese defendida em Couto (2012), entre outras situações, podemos ter uma **comunhão parcial**. Pode ser até uma **comunhão mínima**.

7.2. Interação Pessoa-Pessoa II: Comunicação

Na verdade, trata-se mais propriamente de interação comunicativa, mas, devido à força da tradição, às vezes uso simplesmente o termo **comunicação**. A literatura linguístico-ecossistêmica tem mostrado que toda interação comunicativa requer um falante, um ouvinte, um assunto de que se fala e um cenário, constituindo um todo chamado de **ecologia da interação comunicativa**. Falante e ouvinte alternam os papéis durante todo o **fluxo interlocucional**, o que está relativamente bem discutido em diversas publicações, como Couto; Couto; Borges (2015: 109-125, 156-162). Como toda interação comunicativa se dá em um local específico, qualquer espaço da Fazenda podia se transformar em cenário para um diálogo. No entanto, havia alguns lugares em que ele se dava com mais frequência. Na cozinha era mais comum diálogos entre a mãe e as filhas. Na sala era raro haver conversas, a não ser quando chegava alguma visita. No quarto os diálogos, e as brigas, se davam entre pai e mãe. No curral a interação se dava mais entre pai e filhos, o que acontecia também na roça (arando, plantando, colhendo e recolhendo). Talvez tenha sido na cozinha que a maior parte dos **atos de interação comunicativa** tenha acontecido. Vejamos o que foi possível recuperar dos padrões de interação comunicativa da comunidade de fala Fazenda.

Começamos pelo único diálogo completo que ficou registrado e por alguns fragmentos de diálogos. O diálogo se deu entre o *Datim* (D) e o avô *Zé Timote* (Z). O avô estava se referindo a alguém que havia ido procurar minhocas para pescar. No entanto, como ele evitava diversas palavras, como 'minhoca', 'sapo' e 'diabo', tidas por ele como tabus, substituía-as por *bicho do chão*, *dicoque* e *diacho*, respectivamente, sempre que tinha que falar delas. O *dicoque* (sapo) ele chamava também de *moxé*. Eis o diálogo:

- Z: *Ele foi pegá bicho do chão pa pescá*
- D: *O que que é bicho do chão?*
- Z: *Bicho do chão!*
- D: *Mais o que é bicho do chão?*
- Z: *Bicho do chão, uai!*
- D: *O que é bicho do chão, padim?*
- Z: *Minhoca do chão, meu fio?*

Temos também registro de um fragmento de diálogo. Certa feita, o *Zé Artino*, o *Josia* (casado com sua irmã *Dersa*), o *Aristide* (casado com a irmã *Nega*) e o *Dinho* estavam saindo a cavalo na direção da *Praça*, ou seja, a então *Capelinha do Chumbo*. A certa altura, o *Aristide* sentiu necessidade de defecar. Apeou do cavalo, desceu as calças e se acorrou ali mesmo, ao lado de todos os outros. Nisso, o *Josia* disse:

- J: *Eeh, Aristide! Ocê vai fazê isso aí?*

ao que Aristide retrucou:

- A: *Uai, sô! Todo mundo caga. Vamos, senhores, todos cagar!*

ECO-REBEL

O fato de *Aristide* ter se expressado como no português estatal se explica por estar ele lendo *O livro de São Cipriano*, grimório de origem medieval que trata de rituais, ocultismo, exorcismo, magias e feitiçaria. Por isso, todos na Fazenda e nas redondezas tinham um certo receio do que ele pudesse fazer.

Certa feita *Conceição* (C), *Dinho*, a *Norfa* e as cunhadas *Nina* (N) e *Criola* estavam caminhando por um espigão, voltando de uma visita à fazenda do vizinho *Zé da Olinta*. Alguém avistou alguns homens nadando nus no córrego lá embaixo. Houve o seguinte diálogo:

- C: *Vamu pra cá porque tem home pelado lá embaixo.*

- N: *Pois eu quero vê!*

- C: *Uai, Nina! Ocê num tem vergonha não?*

- N: *Uai, quem num gosta de vê?*

Temos o registro da seguinte brincadeira contada pelo agregado *Ilídio*:

Um pai tinha três fia. Ele deu um anel p'a mais velha, sapato p'a do meio e brinco p'a mais nova, pois não podia dar as três coisa pras três. Pra exhibi o anel, a primeira disse:

- Alá um bichinho! (apontando para ele com o dedo em que estava o anel)

A segunda, pra mostrá o sapato, disse:

- Eu vô mata! (fazendo o gesto de pisar nele)

A terceira, para mostrar os brinco, balançô a cabeça dizem:

- Num mata não!

Um outro fragmento de diálogo envolve o *Datim* de novo. Certa feita o *Isé* estava negociando a venda de uma vaca, que tinha o hábito de mamar em si mesma, a um vizinho (V). Eles estavam sendo observados de perto pelo *Datim* (D), que, a certa altura interveio:

- D: *Ela mama nela mesmo!*

- V: *"Uai, sô! Acho que nesse caso eu num vô comprá ela, não!"*

Infelizmente, não temos a continuidade dessa interação, nem o seu começo. O que se sabe é que o negócio não se concretizou, precisamente por essa informação dada ao possível comprador pelo *Datim*. Certamente ele foi punido quando o vizinho foi embora, talvez apenas com uma reprimenda (o pai pode ter *danado* com ele), mas pode ter sido também uma bela *tunda*. Certa feita, a avó estava indo com o *Dinho* e o *Datim* de sua casa para a casa da filha *Conceição*. Em determinado momento, ouviram o cachorro *Limão* latindo na *capuera*. Nisso, a avó disse: *o Lião tá pegano tatu*. O *Datim*, que estava começando a aprender a falar, repetiu: *Lão pegano cu*. A avó imediatamente corrigiu: *num é assim, meu fio; é Lião pegano tatu!* Centenas, milhares de outros diálogos (fluxos interlocucionais), longos e curtos, aconteceram. No entanto, não temos como recuperá-los. O ideal seria ter um registro de todos eles, com o que teríamos uma radiografia completa da comunidade de fala Fazenda. Aqui ficam apenas esses dois exemplos.

ECO-REBEL

Vejam os alguns padrões de tratamento vigentes entre as pessoas da família nuclear (do *Isé*). Os filhos chamavam o pai por *Isé*, exceto a *Irma*, que dizia *pai*. Um pouco mais tarde, as demais filhas passaram a chamá-lo de pai também. A mãe (*Conceição*) era chamada de *mãe* por todos. Os avós não eram chamados de vô e vó. Pelo contrário, o avô materno *Zé Timote* era chamado de *padim* (com o *d* não palatalizado, como em Pernambuco). A avó *Josina* era chamada de *madinha* (também sem palatalização do *d*). De novo a *Irma* era uma exceção, pois chamava os avós de *pai* e *mãe*, respectivamente. O motivo certamente era o fato de ela ter morado na casa deles nos primeiros anos de vida. Tampouco dos avós para os netos havia o tratamento tradicional, como, por exemplo, 'meu neto' e 'minha neta'. Tanto avô quanto avó se dirigiam aos netos chamando-os de *meu fio* e *minha fia*. Da *Conceição* para seus pais o tratamento era normal: ela os chamava de *pai* e *mãe*, respectivamente. No entanto, eles a chamavam de *Fia*. Por fim o tratamento do *Isé* para com os sogros e vice-versa: ele os chamava pelos respectivos nomes, mas eles o chamavam de *cumpade Zé*, o que fazia também a filha adotiva *Norfa*.

Havia diversos outros tipos de interação, não inteiramente verbal ou não apenas verbal. *Dinho* e *Datim*, por exemplo, viviam brincando e brigando. Certa feita, eles começaram a imitar dois cachorros brigando, o que o pai achou muito engraçado. Quando a mãe pedia aos filhos todos para pegar um frango para o almoço, o *Dinho* distribuía as tarefas entre os irmãos. Como todos andavam descalços, cada um devia correr pelos lugares com espinhos e tocos, enquanto ele ficava em um lugar limpo para pegar o frango quando ele passasse por ali. Por esse motivo, a mãe dizia que ele era *mandrião*.

A avó *Josina* tinha uma ligeira preferência pelos netos mais comportados, menos *artero*. O avô *Zé Timote*, ao contrário, dizia: *o mió é o pió*. Vale dizer, para ele o "melhor" deles era o "pior" e o "pior" era o "melhor", o que significava que amava a todos em condição de igualdade.

Uma vez, creio que na sexta-feira da paixão, a *Josina* e a *Norfa* voltaram de um culto à noite após o qual não podiam falar nada até o amanhecer. Como o *Zé Timote* não sabia de nada, fez uma pergunta à *Norfa* (lembre-se que ele não gostava da esposa). Como ela não respondeu, ele repetiu a pergunta: novo silêncio. Sua reação foi dizer *uai!* Até que ele se encheu de coragem e fez a pergunta à esposa. Diante de novo silêncio, ele reagiu de novo: *uaaai!*, *uaaai!* Um dia, a *Irma* disse ao *Dinho* um dístico que o filho do *Juca Juvêncio* (o *Venço*) teria dito a uma moça com a qual iria ter relações sexuais:

*Batata cozida,
mingau de cará.*

*Buceta metida,
que gosto terá.*

Apesar de serem pessoas rudes da zona rural, semianalfabetas, todos os que usaram essas expressões tinham algum tipo de intuição para o ritmo da fala versificada. Tanto que se trata de dois dísticos, ou paradas, cada verso constituído de pentassílabos rimados e perfeitamente ritmados.

A mãe *Conceição*, a despeito de também semianalfabeta, era uma pessoa muito criativa. Ela usava diversas frases feitas, algumas comuns em toda a região, outras criadas por ela. O dito de que "Muito trovão é sinal de pouca chuva" ela substituía por *muito peido é sinal de pouca bosta*. Frequentemente ela dizia ao marido *ocê tá juntano dinheiro pa tê um enterro bonito e ocê jurô e fez tenção de me enterrá é no sertão*. Temos registro de umas duas dezenas de frases como essas que eram usadas por ela. Para não alongar demais, vejamos mais seis delas: *enrola o rabo, senta em cima e fala do rabo dos oto; pensô que fez uma bicha e fez uma bichera; tudo que passa sobra; eeh mininu tarado!* (bobo); *eta homi fresco!* (cuca fresca, tranquilo demais, referindo-se ao marido).

Tudo isso era parte dos padrões de interação comunicativa (PIC) locais, ou seja, do aspecto L desta comunidade de fala. Entre os PIC compartilhados com toda a região, poderíamos lembrar o diálogo que se deu entre o *Remundo Ferrera* e o *Zé Professor* (ex-Churim), na então Capelinha do Chumbo (ver Couto, 1974: 8-10 e Couto; Couto; Borges, 2015: 156-159). A primeira dessas obras é um apanhado geral do que se falava na região como um todo até o início da década de setenta do século passado. Para a linguagem usada na interação com os animais em fazendas vizinhas, pode-se consultar Couto (1987, 1995).

7.3. Interação Pessoa-Mundo: Significação

Excetuando os atos de comunhão, não há comunicação sem que se fale de alguma coisa. Todo ato de interação comunicativa é sobre algo, ou seja, refere-se a alguma coisa fora do próprio enunciado e frequentemente até mesmo da respectiva ecologia da interação comunicativa. Assim sendo, é importante abordar também, ainda que brevemente, aquilo de que os membros da CF fazenda do Zé Artino falavam. Por outras palavras, falar da referência (e até do referente, da coisa) das palavras, frases feitas e de todos os PIC locais, da **significação**. Como acontece em todo o dialeto da região, praticamente todas as palavras que se usavam na fazenda tinham uma aceção ligeira ou inteiramente diferente da que tem no português urbano e no português estatal. Por exemplo, já vimos que *tarado* significava bobo, enquanto que *fresco* queria dizer tranquilo. Se algo era *bom*, poder-se-ia falar de sua *bondade*. Se uma criança gostasse de uma pessoa era porque *agradô dela* e assim por diante.

De certo modo, quase tudo de específico já foi mencionado em outras seções, como os antropônimos, os topônimos, as frases feitas, enfim muitos dos PIC locais. Talvez as referências mais marcantes entre todas as já mencionadas tenham sido as microtoponímicas, sobretudo as internas à Fazenda. Elas eram conhecidas e usadas apenas pelos membros dessa comunidade de fala, algumas restritas inclusive à família do *Isé*, dada a sua posição social e geográfica. Elas existiam para orientação espacial no contexto da CF. Na descrição do território da fazenda, foram mencionados, entre outros, o *ispigão do Quinca*, o *nosso corguinho*, o *corguinho do Nadim*, o *ispigão do Nadim*, o *oi d'água*, a *cacimba*, *as binga*, a *arvinha*, *as cana* e outros. Aí entraram também a *casa*, o *curral*, o *chiqueiro*, o *paiol*, o *quintal*, a *manguera*, o *pasto de cima* e o *pastinho*. Entre os animais, a *Chatinha*, os bois *carrero*, os *marruás*, a *eguinha* e o *Lião*.

Os nomes que as pessoas davam a si e o como se tratavam também entram nos padrões de referência desta comunidade de fala. Repetindo, temos a família do *Isé* (*Zé Artino* para os de fora

ECO-REBEL

da comunidade de fala), a esposa *Conceição*, juntamente com os filhos *Dinho*, *Irma*, *Datim*, *Luma* e *Valto*. A família dos avós (*Zé Timote*, *Josina* e *Norfa*) e dos três irmãos (*Ilídio*, *Cândia* e *Júlia*) completavam os nomes de pessoas da CF.

Vejam alguns exemplos do vocabulário local (às vezes compartilhado com as CF vizinhas). Entre os inúmeros outros, temos *sambanga* (abobado), *imbondo* (petisco), *mutreco* (coisa feia, espantalho), *cafuçu* (moleque, bobo, preto), *tifuque* (crioulo, pau de fumo), *dicoque* (sapo), *manqueba* (manco), *cascabulho* (monte de cascas), *mandrião* (malandro), *peteco* (desordem, sujeira), *toba* (ânus), *orobó* (ânus), *sambirico* (sambiquira, cóccix), *forquia* (parte interna do encontro das duas pernas), *catirá* (barganhar), *panhá* (comprar), *enviá* (fazer de bobo), *muiezinha* (homossexual masculino), *jabo* (grande corte no corpo, ferida), *diária* (o dia todo), *isturdia* (o outro dia), *inzoná* (demorar), *nascida* (furúnculo), *riguilido* (assanhado), *fuzarca* (confusão, brigaria), *leteque* (falante).

Entre as expressões e frases feitas usavam-se *enguli a lobera* (voltar atrás em algo combinado), *batê pedra* (dar o cano), *pegá luita* (luta corporal semelhante ao sumô japonês), *passá a manta* (levar vantagem em uma negociação), *atolá a briosa* (sair-se mal). Além disso, temos as inúmeras frases feitas usadas com muita frequência por *Conceição*. O ato de aquecer-se encarapitado na *fornaia* (fogão de lenha), era *quentá fogo*. Se fosse fora de casa, tratava-se de *quentá sóli*. Tanto para essas frases feitas quanto para os itens lexicais existem muito mais exemplos em Couto (1974: 46-48).

Do ponto de vista semasiológico, quase toda palavra é polissêmica, refere-se a mais de uma realidade. O contrário também é válido: do ponto de vista onomasiológico, toda coisa (pessoa, entidade, fenômeno) pode receber nomes diferentes. Na CF Fazenda, isso ocorria com bastante frequência. O chefe da família central da fazenda, por exemplo, tinha diversos nomes, como já vimos. Para os membros das comunidades vizinhas, ele era o *Zé Artino*, ou seja, aquele *Zé* que era filho do finado patriarca *Artino*, um tipo de "coronel" na região. Mas, mesmo no interior da CF, ele tinha nomes diferentes. Com efeito, os filhos o chamavam de *Isé*; as filhas, de *pai*; os sogros e a *Norfa*, de *cumpade Zé*; a esposa, de *José*. Vale dizer, ele era chamado por cinco nomes diferentes. Sua esposa também era chamada por mais de um nome. O marido a chamava de *Conceição*. Para os filhos, ela era *mãe*; para os pais dela (*Zé Timote* e *Josina*) ela era a *Fia*.

Tudo isso mostra que o significado das palavras é claramente ligado a um contexto, não há significado descontextualizado. Alguns autores chegam a afirmar que toda palavra tem um significado diferente para cada pessoa que a usa, ou seja, o significado das palavras só existe na comunidade de fala, e até na ecologia da interação comunicativa em que são usadas. É claro que existe uma base comum, um significado ligado à comunidade de língua, ao sistema. No entanto, em cada ato de interação comunicativa esse significado pode ser subvertido, e frequentemente é subvertido, ou melhor, adequado, adaptado. A palavra pode ser usada até no sentido oposto ao que tem no sistema da língua. Afinal, o que interessa na prática é a eficácia na interação comunicativa, não a formalidade de se usarem as palavras como manda o figurino. Tampouco o é a formação de frases "gramaticais". O entendimento é o mais importante, ou melhor, é o que importa.

7.4. Inter-relações entre os três Tipos de Interação: Comunhão, Comunicação e Significação

ECO-REBEL

Vimos que, por ser uma ecologia que faz parte de outras ecologias, a língua é formada basicamente de interações, que constituem o conceito central do ecossistema. No caso do ecossistema linguístico, assim como no do ecossistema biológico, há dois tipos básicos de interação: interação organismo-organismo e interação organismo-mundo. Linguisticamente, a primeira é a interação pessoa-pessoa, equivalente à **comunicação**. A segunda é a interação pessoa-mundo, correspondente à referência, denominação, nomeação ou **significação**, ou seja, basicamente a relação palavra-coisa. O primeiro tipo de interação se subdivide em dois outros, que são a comunhão e a comunicação. Elas já foram qualificadas acima, portanto, o que vou fazer na presente seção é compará-las, levando em conta que a **interação-comunhão** é pré-requisito para a **interação-comunicação** eficaz.

A comunicação é normalmente bidirecional. Ela vai de uma pessoa (p_1) a outra (p_2), e vice-versa, de modo sucessivo, como se vê no fluxo interlocucional do diálogo. A comunhão também pode ser bilateral, como no diálogo, já que ela é pré-requisito para sua eficácia. No entanto, a maior parte dos casos de interação-comunhão é multilateral. Em geral, a comunhão existe entre pessoas de um grupo, como os mencionados acima na seção 7.1. A comunicação é uma interação explícita, uma vez que p_1 diz algo e espera uma reação de p_2 ; a comunhão é amiúde apenas implícita, apenas um estado de espírito. Na comunicação, há um compartilhamento ativo, há ação, uma vez que quem desencadeia o diálogo pretende algo de seu interlocutor. Na comunhão, o compartilhamento é do tipo *wu wei* (não ação) do taoísmo, uma vez que se trata de uma atitude de boa vontade para com quem está próximo, uma solidariedade, uma simbiose mútua, uma satisfação pela simples copresença, não necessariamente de uma ação física.

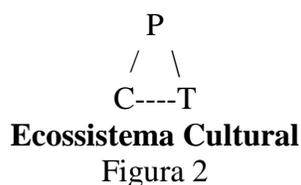
Aparentemente, a comunhão independe de significação ou referência compartilhada, embora a significação seja dependente da comunicação. No primeiro caso houve, em Porto Seguro em 1500, comunhão entre os portugueses e os índios tupinambás, sem que houvesse qualquer compartilhamento de referências às coisas do mundo, ou seja, não havia nenhuma palavra compartilhada. Sequer havia dados culturais compartilhados. O que havia era apenas aquilo que é dado pelas mesmas condições de vida na face da terra e ao fato de terem a mesma aparência. Houve momentos de comunhão sem que tivesse havido comunicação como aqui definida. Tudo isso está discutido em relativo pormenor em Couto (2001).

As pessoas se comunicam referindo-se a algo e só se referem a algo comunicando-se, como Schaff (1968, p. 158-164) já havia assinalado. Previamente a tudo isso, é necessário que haja algum tipo de estado de comunhão. Do contrário, não haverá comunicação. Não havendo compartilhamento de experiências, o falante pode referir-se a uma coisa com determinada palavra (signo), mas o ouvinte pode associar o signo recebido a outra coisa. Mesmo havendo compartilhamento de experiências, se falante e ouvinte não estão em comunhão, a comunicação não se dará a contento. Não haverá entendimento se o ouvinte não quiser saber do que o falante lhe diz. Não basta o compartilhamento das **regras interacionais** e das **regras sistêmicas** (COUTO; COUTO 2015: 155-156). A língua é muito mais do que o sistema abstrato, a gramática, ou regras sistêmicas. Ela compreende comunhão, comunicação e significação, combinadas com as regras interacionais e as regras sistêmicas. Enfim, em termos de prioridade nos atos de interação comunicativa concretos,

ECO-REBEL

primeiro vem a comunhão; em seguida, as regras interacionais; por último, as regras sistêmicas. Primeiro vem a comunhão, depois a comunicação, depois a significação.

Englobando tudo que foi apresentado até aqui temos o **ecossistema cultural**. Trata-se da totalidade dos signos e sistemas de signos de determinada comunidade, ou seja, tudo que é compartilhado por seus membros, tanto no nível material como no imaterial. Por ser compartilhado, pode eventualmente ser usado em atos de interação comunicativa, e o são. O primeiro de todos os ingredientes da cultura é a língua. Mas aí entram também os gestos, as crenças, os usos e costumes, os artefatos, aí inclusas a casas, os monumentos, as ferramentas e muito mais. Eco (1974) apresenta um conspecto relativamente detalhado do ecossistema cultural, embora sem usar o termo. É bem verdade que hoje em dia há uma tendência para se falar em "ecossistema" de tudo (espíritual, virtual etc.), de certa forma banalizando o conceito. No entanto, o conceito de ecossistema cultural faz sentido. Tanto que ele está implícito e às vezes explícito em muitos antropólogos. Como se pode ver na figura 2 logo a seguir, sua representação é homóloga à do ecossistema linguístico apresentado na seção 2.



Esse tripé deve ser lido da seguinte forma: para que haja uma cultura (C) é necessário que pré-exista um povo (P) convivendo em determinado lugar, que é seu território (T). O C no caso seria tudo que P fez, faz e fará. No "fez" está o acervo guardado na memória e que garante a identidade do grupo. No "faz" estão os padrões de ação, no como lavram a terra, plantam, colhem, enfim, os modos tradicionais de agir, inclusive de comunicar. No "fará" estão os planejamentos e investimentos para o futuro.

O ecossistema cultural foi discutido por muitos autores sem usar essa expressão, como é o caso de Preziosi (1977) e do já mencionado Eco (1974), entre muitos outros. No contexto do que viria a ser a linguística ecossistêmica, ele vem sendo apresentado desde pelo menos Couto (1997: 115-116), mesmo que o símbolo usado tenha sido L, de linguagem em geral, que equivalia ao C de cultura. No entanto, em Couto (1981) ele já vinha sugerido de forma embrionária. Como L estava no lugar de C, língua ficou representada por l_1 , ao lado dos demais sistemas de signos culturais, que seriam l_2 , l_3 até l_n . Usando C para cultura no ecossistema cultural e L para língua no ecossistema linguístico, as coisas ficam mais claras. Trocando em miúdos, o ecossistema linguístico é parte do ecossistema cultural, o que significa que a língua é parte da cultura, ou seja L é parte de C.

É importante ressaltar que o ecossistema cultural da Fazenda era em grande parte o das comunidades vizinhas, o **ecossistema cultural rural**. Ele se opunha ao **ecossistema cultural urbano**, vigente nas cidades. Naquela época, de cerca de 1941/2 a 1957, as regiões rurais brasileiras tinham muito pouco contato com as cidades, motivo pelo qual sua língua e cultura eram bastante diferentes das respectivas variedades urbanas. Cada polo dessa oposição tinha alguma

ECO-REBEL

ideia do que era a outra, mas uma ideia apenas vaga. Eram mundos diferentes. O ecossistema cultural rural era centrípeto, voltado para si mesmo, pois a lide diária para a sobrevivência não permitia às pessoas grandes elucubrações teóricas. O ecossistema urbano, ao contrário, era centrífugo, com habitantes de cada cidade voltados para a cidade maior (Rio de Janeiro, São Paulo etc.), e as elites desta voltadas para a Europa, sobretudo a França. Isso a despeito de grande parte dos residentes nas cidades serem de origem rural.

Pelo menos aparentemente, não há um "ecossistema cultural estatal", para manter o paralelo com as variedades da língua **dialeto estatal**, **dialeto urbano** e **dialetos rurais**. Isso mostra mais uma vez que a língua estatal é uma realidade artificial, abstrata, uma vez que abstraída das realidades linguísticas concretas. Tanto que praticamente não existe um ecossistema estatal que a englobe e lhe dê identidade.

Tudo que faz parte do ecossistema cultural pode ser usado para o entendimento nos atos de interação comunicativa. No caso da comunidade de fala fazenda do Zé Artino, elementos da natureza como a *arvinha*, a *serra da Capetinga* e outros eram parte do respectivo ecossistema cultural. A primeira era um local de as crianças brincarem, ao passo que a segunda era observada para se ver se viria chuva. Enfim, praticamente todos os microtopônimos supramencionados, como elementos físicos, pertenciam ao ecossistema cultural local, além do nome que tinham. Conseqüentemente, podiam ser usados, e eram usados, para o entendimento nos atos de interação comunicativa.

8. Comentários

Como proposto na introdução, a apresentação da comunidade de fala Fazenda permitiu uma revisão de diversos conceitos da linguística ecossistêmica. Permitiu um detalhamento maior do próprio conceito de comunidade de fala, por oposição ao de comunidade língua. Vimos que há diversos tipos de comunidades de fala, de cujo conhecimento depende a visão da língua como interação. Uma característica interessante da CF é o fato de poder ser compacta ou difusa, o que tem a ver com o estar seus membros próximos um do outro ou distantes, respectivamente.

Novos conceitos foram introduzidos na linguística ecossistêmica, CF compacta *versus* CF difusa, mapa mental, orientação no mundo, ecossistema cultural, padrões de interação comunicativa (PIC). Os cinco primeiros conceitos têm a ver com a essência ecossistêmica da língua, ou seja, o fato de ela ser constituída basicamente de interação. A divisão do português no Brasil em três tipos de dialetos se relaciona com o modo de encarar a diversidade do português no Brasil. Todos esses conceitos já estavam em germe no arcabouço da linguística ecossistêmica. Agora, estão sendo propostos explicitamente, à espera de que sejam melhor estudados e aplicados em estudos de caso. Vimos que os PICs locais eram muito semelhantes aos das comunidades vizinhas, às vezes praticamente iguais a eles. No entanto, muitos continham algumas especificidades, uma vez que tinham a ver com o que era específico da Fazenda. É o caso dos nomes de acidentes aparentemente irrelevantes para os de fora, mas que para os moradores da Fazenda eram de fundamental importância para se orientarem no local. Em grande parte dos atos de interação comunicativa em que se engajavam, havia necessidade de se referirem a esses acidentes. Assim, a referência, denominação, nomeação ou significação é função da comunicação. As pessoas só se referem a

algo em atos concretos de interação comunicativa. Por outro lado, só se engajam em atos de interação comunicativa referindo-se a algo. De modo que comunicação e significação são as duas faces da mesma moeda. As pessoas se comunicam significando e significam comunicando-se. No caso da fazenda, quaisquer duas pessoas (p_1 , p_2) da comunidade podiam encetar um diálogo a qualquer momento, e a todo momento havia duas delas conversando, o que mantinha viva a linguagem local.

Inserindo a comunidade de fala da fazenda do Zé Artino na realidade do português brasileiro, e do português como um todo, vimos que é possível estabelecer três tipos de dialetos. Primeiro, temos o português rural, ou os **dialetos rurais**, dos quais a variedade aqui estudada faz parte. Segundo, temos o português urbano, ou **dialeto urbano**. Terceiro, o português estatal, ou **dialeto estatal**. Cada um deles tem *status* ontológico próprio, nenhum é "variação" do outro, como dá a entender a sociolinguística variacionista. Para ela, os dialetos rurais não têm isso, aquilo e aquilooutro, a exemplo da flexão de número nos nomes, de que são faltos (*os menino-*, *as menina-*). De acordo com essa teoria, essas locuções nominais estão truncadas, seriam variedades mutiladas das respectivas variedades do dialeto estatal ou até do dialeto urbano, uma vez que teriam perdido algumas partes. Pelo contrário, para a linguística ecossistêmica, eles são o modo de interação verbal normal das populações rurais. Nesse papel, esses dialetos são completos, perfeitos. Não lhes falta nada. De acordo com o ecolinguista catalão Albert Bastardas i Boada, "com muita frequência as variedades padrão prescritas [...] são percebidas como se se tratasse dos códigos originários dos quais proviriam os chamados 'dialetos', que seriam formas mal faladas e, portanto, incorretas das supostas 'línguas'. Na realidade, o processo é justamente o contrário. Não são os 'dialetos' que provêm da 'língua', mas sim o 'padrão' normativo que pegou a maioria de suas formas de algumas formas vernáculas" (Bastardas i Boada, 2000: 20).

Usei a expressão "dialetos rurais" no plural porque há muitas variedades deles Brasil afora. No entanto, como Elia (1979) já havia ressaltado, há uma semelhança espantosa entre eles, desde o Chuí até o Oiapoque. Modernamente, isso pode ser constatado ao vivo quando vemos pessoas sem muita instrução sendo entrevistadas na televisão. Suas falas lembram muito o "dialeto caipira" descrito em 1920 por Amadeu Amaral (cf. Amaral, 1955), como eu já havia apontado para o de Capelinha do Chumbo em Couto (1974, 1998).

É interessante notar que o estudo de algo específico, particular, como a CF Fazenda, permitiu discutir conceitos de validade geral. O específico e particular leva diretamente à questão do contexto. A linguagem funciona em contextos específicos, como nas comunidades de fala, em cujo âmbito emergem ecologias da interação comunicativa. Os conceitos da língua só têm existência propriamente dita em contextos específicos. Tanto que uma mesma pessoa pode ter diversos nomes, dependendo do contexto. Por exemplo, um adolescente das proximidades da Fazenda (Major Porto), era conhecido como Churim por volta do final da década de 50 do século passado. No entanto, quando se tornou adulto e passou a exercer a profissão de professor em meados da década de 70 do mesmo século, seu nome mudou para *Zé Professor*. Atualmente, ele se mudou para uma cidade de Goiás, onde é chamado pelo nome *de registro*, ou seja, José Gonçalves Arcanjo. Como se vê, o contexto pode ser até mesmo de caráter temporal.

9. Considerações Finais

Alguns formuladores de teorias acham que tudo começa no social, como acontece com algumas correntes da sociologia, por exemplo. Outros acham que tudo é mental, como é o caso de Noam Chomsky e sua gramática gerativa. No entanto, a linguística ecossistêmica mostrou que tudo começa no natural, ou seja, no espaço ou território. Se não tivesse havido a convivência de todas as pessoas mencionadas acima no espaço da fazenda do Zé Artino, certamente não haveria as especificidades linguísticas que comentei, não haveria os PIC locais. Não haveria o aspecto mental nem, muito menos, o social, pois não haveria pessoas convivendo entre si. Se não houvesse o espaço da América do Sul que hoje chamamos Brasil não haveria a comunidade de fala do português brasileiro. Isso vale para qualquer comunidade de fala e até para qualquer comunidade de língua.

Além de ver na língua um fenômeno biopsicossocial (com as dimensões natural, mental e social), a linguística ecossistêmica reconhece também a dimensão temporal, como já salientado acima. Por isso, valeria a pena retomar o conceito de **história interacional**, sugerido apenas de passagem por Mufwene (2005: 37). Os padrões de interação comunicativa (PIC) têm uma história. Embora Mufwene tenha se referido apenas a uma 'história interacional individual', é forçoso reconhecer que há uma 'história interacional coletiva' também. Como ele mesmo lembra em outra passagem de seu livro, a "comunidade linguística é uma **arena interacional** em que variantes semânticas, fonológicas, morfossintáticas e processos pragmáticos estão submetidos a um processo de competição e seleção" (p. 52). Tomando-se essa "luta" apenas como metáfora, é esse dinamismo que leva à evolução linguística, entre outros fatores como a adaptação a novas condições em que os falantes se encontram. Muitos PICs desaparecem, outros emergem enquanto outros permanecem em plena vigência. Na língua como interação nada é estático, tudo está sempre evoluindo, se transformando.

Normalmente, as interações comunicativas são **harmônicas**. Tanto que tem sido enfatizado que a comunhão é pré-requisito para a comunicação. No entanto, é preciso lembrar que há **interação comunicativa desarmônica** também. É o caso de agressões verbais, de ordens drásticas e alterações de diversos gêneros, entre outros casos. No entanto, os atos de interação prototípicos são os harmônicos, que se dão em um clima de comunhão. Os desarmônicos são a exceção que confirmam a regra.

Enfim, tudo na língua, em especial, e na cultura, em geral, começa pelo natural, é registrado pelo mental e, eventualmente, sancionado pelo social, podendo alguns começar pelo mental e até pelo social. Em determinadas situações, um ou outro fenômeno cultural e/ou linguístico pode começar pelo social, passando pelo mental até chegar no natural. Isso se assemelharia ao que em ciências da saúde se chama de somatização.

Algumas teorias mais radicais asseveram que a língua é um fenômeno social, como fazem a sociolinguística e a análise do discurso. O iniciador do movimento que desembocou nessas teorias, Ferdinand de Saussure, via a língua como um fenômeno psicossocial. Para outras teorias, ela é uma realidade mental, caso da gramática gerativa. Por fim, há aquelas que veem na língua algo natural, como faz de novo Chomsky, que, como se vê, encara a língua como um fenômeno biopsíquico. O fato é que a língua apresenta as três facetas, a social, a mental e a natural. Enfim,

do ponto de vista holístico da linguística ecossistêmica, ela é uma realidade biopsicossocial. O exame minucioso da comunidade de fala da fazenda do Zé Artino permitiu ver como esses três aspectos da língua estão inextricavelmente interligados.

Referências

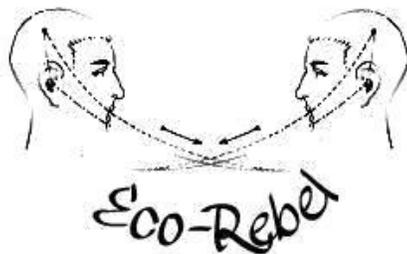
- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: Anhembi, 1955 (Primeira edição de 1920).
- BACK, Eurico; MATTOS, Geraldo. 1972. *Gramática construtural da língua portuguesa*. São Paulo: Editora F.T.D, vol. I, 1972.
- BANG, Jørgen Chr.; DØØR, Jørgen. *Language, ecology and society: A dialectical approach*. Londres: Continuum, 2007.
- BASTARDAS I BOADA, Albert. *Ecologia de les llengües: Medi, contacte i dinàmica sociolingüística*. Barcelona: Proa, 2000, 2ed.
- COUTO, Elza K. N. N. do; COUTO, H. H do. O discurso "fragmentado" dos meninos de rua e da linguagem rural. In: Couto, Elza N. N. do & Albuquerque, Davi B. de (orgs.). *Linguística ecossistêmica e análise do discurso ecológica*. Brasília: Thesaurus, 2015, p. 152-162.
- COUTO, Hildo Honório do. *O falar capelinhense*. Uma visão sociolinguística. Londrina. UEL (1974), 79p.
- _____. Semiótica da cultura e tradução. In: Mattos, Delton de (org.). *Estudos de tradutologia I*. Brasília: Kontakt, 1981, p. 9-32.
- _____. *Uma introdução à semiótica*. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1983.
- _____. Os apelidos do Cláudio. *Humanidades* 11, 1986/7, p. 65-70.
- _____. Sons usados na comunicação homem-animal na região de Major Porto. *Estudos lingüísticos (GEL)* XV, 1987, p. 125-132.
- _____. A comunicação homem-animal numa fazenda de Minas Gerais. *Cadernos de linguagem e sociedade* 1,1, 1995, p. 40-48 (ampliação do anterior).
- _____. *Contoto interlingüístico: Da interação à gramática*, 1997. Disponível em: <https://dl.dropboxusercontent.com/u/101161181/Meus%20textos/Forma.doc> (acesso: 16/01/2016).
- _____. Falar capelinhense: um dialeto conservador do interior de Minas Gerais. In: GROSSE, Sybille; ZIMMERMANN, Klaus (orgs.). *"Substandard" e mudança no português do Brasil*. Frankfurt: TFM, 1998, p. 371-391.
- _____. A interação entre portugueses e tupinambás em Porto Seguro em 1500. *Pesquisa linguística* v. 6, n. 1, 2001, p. 7-28 (UnB).
- _____. *Ecolinguística: Estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- _____. *O tao da linguagem: Um caminho suave para a redação*. Campinas: Pontes, 2012.
- _____. Linguística ecossistêmica. *Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)*, v. 1, n. 1, 2015, p. 36-62. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index> (acesso: 18/01/2016).
- COUTO, Hildo; COUTO, Elza; BORGES, Lorena. 2015. *Análise do discurso ecológica (ADE)*. Campinas: Pontes.
- _____; COUTO, Elza; ARAÚJO, Gilberto; ALBUQUERQUE, Davi (orgs.). *O paradigma ecológico nas ciências da linguagem: Ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora da UFG, 2016.
- DENISON, Norman. A linguistic ecology for Europe? In: FILL, Alwin; MÜHLHÄUSLER, Peter (orgs.). *The Ecolinguistics reader*. Londres: Continuum, 2001, p. 75-83.

ECO-REBEL

- ECO, Umberto. *A estrutura ausente*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- ELIA, Silvio. *A unidade linguística do Brasil: Condicionamentos geoeconômicos*. Rio de Janeiro: Livraria Padrão, 1979.
- FILL, Alwin. *Ökolinquistik: Eine Einführung*. Tübingen: Gunter Narr, 1993.
- Fill, Alwin (org.). *Sprachökologie und Ökolinquistik*. Tübingen: Stauffenburg, 1996.
- FINKE, Peter. Sprache als missing link zwischen natürlichen und kulturellen Ökosystemen. In: Fill (org.), 1996, p. 27-48.
- MUFWENE, Salikoko. *Créoles, écologie sociale, évolution linguistique*. Paris: L'Harmattan, 2005.
- PREZIOSI, Donald. Towards a relational theory of culture. In: *The Third LACUS Forum*. Columbia, S.C.: Hornbeam Press, 1977, p. 278-286.
- SCHAFF, Adam. *Introdução à semântica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Linguagem e pensamento*. Coimbra: Livraria Almedina, 1974.
- SEMPLE, Ellen Churchill. *Influences of geographic environment: On the basis of Ratzel's system of anthropo-geography*. New York: Henry Holt & Company, 1941.
- TANSLEY, Arthur G. The use and abuse of vegetational concepts and terms. *Ecology* 16,3, 1935, p. 284-307.
- TRAMPE, Wilhelm. Ökosysteme und Sprache-Welt-Systeme. In: FILL (org.), 1996, p. 59-75.

Recebido: 10/04/2016.
Reformulado: 01/07/2016.
Aceito: 02/08/2016.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 2, N. 2, 2016.



FONOLOGIA ECOSSISTÊMICA

Ronaldo Manguiera Lima Jr (Universidade Federal do Ceará)

Resumo: Os estudos tradicionais sobre os sons das línguas abordam a fala humana e a sua padronização sob duas visões distintas: a de uma atividade biomecânica e física, com os articuladores movendo-se continuamente no tempo e provocando resultados acústicos perceptíveis pelo ouvido humano (fonética); e outra de uma atividade mental e cognitiva, na qual há a escolha de uma sequência de sons limitados pelo inventário da língua para produzir significado (fonologia). Contudo, com a premissa de que a língua é um ecossistema cujo comportamento emerge da interação de seus vários elementos de maneira holística, torna-se impossível dissociar esses dois campos aparentemente distintos, uma vez que eles compõem um único sistema. Este trabalho utiliza como ponto de partida os pressupostos teóricos da Linguística Ecosistêmica e da Teoria de Sistemas Dinâmicos para argumentar a favor de uma Fonologia Ecosistêmica em que as tradicionais fonética e a fonologia são vistas como duas dimensões descritivas, microscópica e macroscópica, de um mesmo sistema. Para tanto, será demonstrado que o Gesto Articulatório cumpre o papel de unidade fonológica mínima mais efetivamente do que o fonema, por incorporar as duas dimensões em uma mesma unidade e por ter uma natureza dinâmica, emergentista, holística, não-linear e implementacional.

Palavras-chave: endoecologia linguística, linguística ecosistêmica, sistemas dinâmicos, gesto articulatório.

Abstract: Studies on language sounds have traditionally approached human speech and its patterning from two distinct views: that of a biomechanical and physical activity, with the articulators moving continually through time provoking acoustic results that are perceived by the human ear (phonetics); and that of a mental and cognitive activity, in which a sequence of sounds limited by the language inventory is chosen to produce meaning (phonology). However, with the premise that language is an ecosystem whose behavior emerges from the interaction of its various elements in a holistic fashion, it is impossible to dissociate these two apparently distinct fields, since they both compose a single system. This paper explores the theoretical assumptions of Ecosystemic Linguistics and of Dynamic Systems Theory to argue in favor of an Ecosystemic Phonology in which traditional phonetics and phonology are viewed as two descriptive dimensions, microscopic and macroscopic, of a single system. In order to do so, this paper aims to demonstrate that the Articulatory Gesture plays the role of smallest phonological unit more

effectively than the phoneme, for it incorporates both dimensions in a single unit as it bears a dynamic, emergent, holistic, non-linear and implementational nature.

Keywords: linguistic endoecology, ecosystemic linguistics, dynamic systems theory, articulatory gesture.

1. Introdução

Este trabalho está inserido na Linguística Ecosistêmica, vertente da ecolinguística em que os conceitos da ecologia biológica não são utilizados meramente como metáfora, mas em que a língua é tratada como um ecossistema, o ecossistema linguístico (COUTO, 2015). Este, por sua vez, compartilha das mesmas características que o ecossistema biológico, entre elas holismo, interação, diversidade, reciclagem, abertura, adaptação, evolução e dinamicidade (e.g. GARNER, 2005; COUTO, 2007; KRAMSCH; STEFFENSEN, 2008; COUTO, 2015). Além disso, a Teoria de Sistemas Dinâmicos (TSD) e a Teoria da Complexidade, originadas na Teoria do Caos, descrevem ecossistemas como sistemas complexos, dinâmicos, não-lineares, adaptativos, auto-organizadores, abertos, emergentes, fractais em forma, por vezes caóticos, e sensíveis ao estado inicial e a estados de atração (e.g. LARSEN-FREEMAN, 1997; BOT et al., 2007; BECKNER et al., 2009).

Este artigo tem como principal objetivo argumentar que descrições e análises fonológicas sob uma perspectiva ecosistêmica pressupõem a indissociabilidade entre a fonética e a fonologia, e que em uma teoria fonológica ecosistêmica a unidade mínima de análise deve ser o gesto articulatório, e não o fonema. Para tanto, primeiramente serão descritas as principais características de ecossistemas complexos e dinâmicos aplicadas à língua. Em seguida, serão apresentados a primeira proposta de teoria fonológica baseada na TSD, a Fonologia Articulatória (BROWMAN; GOLDSTEIN, 1986, 1992), bem como demais modelos posteriores afins, que, conjuntamente, compõem a atual Fonologia Laboratorial, que neste artigo demonstro estar alinhada ao que poderia ser denominado Fonologia Ecosistêmica.

2. Língua como Ecossistema Complexo e Dinâmico

Das características de um ecossistema, uma das mais importantes na ecologia biológica, e, conseqüentemente, na Linguística Ecosistêmica, é o **holismo**. Uma abordagem holística pressupõe “uma visão de mundo em que tudo é parte de um todo indivisível” (KRAMSCH;

STEFFENSEN, 2008, p. 18). Na TSD essa característica é descrita pelos termos **complexo**, **emergente** e **interacional**, que indicam não apenas que um sistema dinâmico é composto por vários elementos, mas, principalmente, que o comportamento holístico do sistema vai além da simples soma dos comportamentos individuais de seus elementos, emergindo, na verdade, da interação iterativa de seus elementos entre si e com o ambiente.

É como imaginar um bando de estorninhos fazendo suas manobras no ar, um cardume de atuns fugindo de um tubarão ou até mesmo uma multidão de pessoas saindo de um estádio após uma partida e reconhecer que o comportamento do grupo não é a soma dos comportamentos de seus agentes, mas que ele emerge da interação de seus agentes entre si e com o ambiente. Cada pessoa que compõe a multidão saindo do estádio também é um sistema complexo e dinâmico, cujo comportamento emerge da interação de todos os seus subelementos (órgãos) entre si e com o ambiente. Semelhantemente, cada órgão dessa pessoa é um sistema complexo e dinâmico e assim por diante. Esse achado de (ecos)sistemas dentro de outros (ecos)sistemas é o que dá forma **fractal** a sistemas dinâmicos.

Em uma visão ecossistêmica da linguística, tanto a língua como o próprio falante e até a comunidade de fala são sistemas dinâmicos que interagem entre si e cujos subelementos também interagem entre si e com o ambiente. Os subelementos que compõem a língua, como a sua morfologia, sintaxe e fonologia, também podem ser analisados como ecossistemas ou sistemas dinâmicos/complexos em si, porém sem perder de vista a dimensão holística do sistema em que está inserido. Sendo assim, a língua não é o seu inventário fonológico, seu léxico, sua gramática, seus falantes, e nem mesmo a soma deles. A língua é (ou emerge da) interação desses e de seus outros (sub-)sistemas entre si e com o ambiente.

O termo **dinâmico**, por sua vez, diz respeito às constantes mudanças e movimentações do sistema no tempo. É possível congelar um momento de um sistema dinâmico, como em uma fotografia, para uma análise pontual, porém a real natureza do sistema é dinâmica e mutável. Na linguagem é impossível pensar em comunicação congelada no tempo, pois tanto na comunicação oral como na escrita é necessário o desenrolar do tempo para sua produção e percepção. Com isso, os processos ganham mais importância do que os produtos. Nos estudos de produção da fala, por exemplo, é impossível não considerar a movimentação gradual dos articuladores ao longo do tempo provocando resultados acústicos também graduais e temporários ao longo do tempo.

A dinamicidade do sistema, no entanto, não o impede de ter padrões analisáveis

ECO-REBEL

categoricamente, pois, apesar de suas mudanças constantes, o sistema procura por estabilidade em **estados de atração** motivados por sua **auto-organização**. Garner (2005) postula que ecossistemas procuram por padrões por causa de seu comportamento governado pelo hábito (e não por regras), e que “diferentemente do comportamento gerado por regras, padrões são inerentemente mutáveis – na verdade, nenhum padrão é exatamente igual a outro. Cada situação é inerentemente dinâmica, e sempre há uma imprevisibilidade potencial em cada interação” (GARNER, 2005, p. 97). O **caos** na teoria é justamente a imprevisibilidade, e não a desorganização.

Parte da imprevisibilidade do sistema dinâmico se dá devido à sua natureza **não-linear**. Em sistemas lineares é possível calcular ou prever a consequência de uma ação no sistema; contudo, em sistemas dinâmicos, causa e efeito têm uma relação não-linear e desproporcional. É como neve caindo sobre uma montanha: muita neve pode cair sem causar nenhum efeito, mas, quando o sistema atinge um estado crítico, poucos flocos de neve, ou até mesmo um som alto ou um passo de um esquiador, pode ser suficiente para causar avalanches, cujas proporções são imprevisíveis.

Johnson (1997) utiliza a imagem dos botões de ajuste de volume e de ajuste da estação de rádio em um aparelho de som para ilustrar uma relação linear e outra não-linear. O botão de ajuste do volume ilustra a relação linear, pois cada pequena mudança no botão (causa) provoca uma mudança no volume de igual proporção (efeito). Já o botão de ajuste da estação de rádio ilustra uma relação não-linear, pois grandes alterações no botão (causa) podem provocar nenhum efeito, quando se navega em frequências sem estações, mas uma pequena alteração (causa) pode causar um grande efeito, quando se está em uma estação e uma pequena mudança no botão faz sair da estação.

Essa relação do botão da estação de rádio ilustra uma relação de mudanças quânticas, em que uma pequena causa pode gerar um grande efeito. Na área de estudo de sons da fala Stevens (1972) já havia proposto, em sua Teoria Quantal, que a relação entre mudanças articulatórias graduais e resultado acústico é não-linear/quântica. Por exemplo, se uma pessoa produzir a fricativa glotal [h], com a glote completamente aberta, e fizer um movimento linear e gradual de fechamento da glote até o seu fechamento total, na produção da oclusiva glotal [ʔ], haverá, acusticamente e em um dado momento, uma mudança quântica para a fricativa glotal sonora [h] e depois outra mudança quântica para a oclusiva glotal [ʔ], como ilustrado na imagem a seguir.

ECO-REBEL

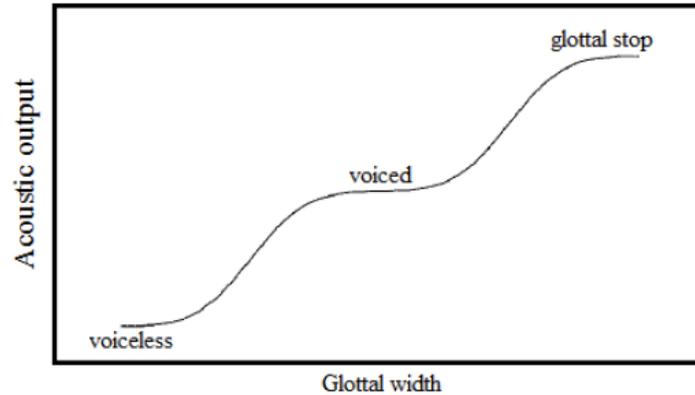


Figura 1: Exemplo de relação quântica entre articulação e acústica. Imagem de Johnson (1997).

Com essa descrição de sistemas dinâmicos, e com o exemplo da teoria de Stevens (1972), é possível antecipar o argumento a favor de uma teoria fonológica holística que dê conta do gradual e do categórico de maneira complementar.

3. Fonologia Ecosistêmica

Por sua característica holística, a Linguística Ecosistêmica “abandona qualquer tentativa de reduzir fenômenos complexos a dualismos cartesianos” (KRAMSCH; STEFFENSEN, 2008, p. 18), tais como fonética e fonologia, ou a categorias estanques, discretas e lineares, preferindo descrições gradientes e com sobreposições não-lineares. Todavia, há uma separação histórica entre fonética e fonologia. Tradicionalmente, a fonética aborda a fala humana como uma atividade biomecânica e física, com os articuladores movendo-se continuamente no tempo provocando resultados acústicos perceptíveis pelo ouvido humano; e a fonologia aborda o mesmo sistema como uma atividade mental e cognitiva, na qual há a escolha de uma sequência de sons limitados pelo inventário da língua para produzir significado.

Ao longo dos anos houve muito desenvolvimento em ambas perspectivas, mas, infelizmente, sem muita permeabilidade entre seus resultados e desenvolvimentos teóricos, epistemológicos e metodológicos, com a fonética vista como um ramo das ciências naturais e a fonologia como um ramo da linguística. Entretanto, sob uma perspectiva de língua como ecossistema complexo e dinâmico, torna-se impossível dissociar esses dois campos aparentemente distintos, uma vez que eles compõem um único sistema.

Os agentes que compõem um ecossistema interagem de maneira interconectada e interdependente (KRAMSCH; STEFFENSEN, 2008), com alterações em uma parte

potencialmente alterando outra(s). Couto (2015) utiliza o termo biopsicossocial, emprestado da área da saúde, para defender que a língua é um fenômeno biológico, psicológico e social ao mesmo tempo, de maneira inseparável. No campo de estudo dos sons da fala, o *bio-* é a fonética, o *psico-* a fonologia, e o *social* o uso comunicativo da produção e percepção dos sons da fala.

Consequentemente, em uma perspectiva ecossistêmica dos sons da fala, a atividade biomecânica (fonética) e a atividade mental (fonológica) são duas dimensões descritivas, uma microscópica e a outra macroscópica, de um único sistema (BROWMAN; GOLDSTEIN, 1995). Os modelos fonológicos tradicionais tinham como um dos principais pontos de investigação o fato das línguas utilizarem um número limitado de contrastes (dimensão macro) para gerar significado, enquanto que a fonética tradicional se debruçava sobre as possibilidades articulatórias quase infinitas (dimensão micro). Esses focos acabaram por criar uma lacuna entre os estudos fonéticos e fonológicos. A epistemologia da TSD, no entanto, possibilita interpretar a diminuição das possibilidades articulatórias para o número limitado de contrastes de fato utilizado em uma língua como um caso de auto-organização de um sistema complexo, rejeitando, portanto, a separação entre o físico/mecânico e o cognitivo/linguístico.

Como explicado anteriormente, o comportamento holístico de um sistema emerge da interação de seus vários agentes. Em outras palavras, “de uma perspectiva ecológica, a língua não é um sistema governado por regras, mas uma forma de comportamento padronizado que surge das necessidades sociais humanas” (GARNER, 2005, p. 91). Sendo assim, os padrões macroscópicos (categorias cognitivas) são comportamentos que emergem da interação iterativa e adaptativa das possibilidades microscópicas (articulatórias e gradientes). Utilizando o jargão da TSD, podemos dizer que os padrões macro são estados de atração do sistema, resultantes da auto-organização interativa das possibilidades micro, gerando representações mentais discretas.

A união entre a fonética e a fonologia tem sido defendida por vários pesquisadores (e.g. PIERREHUMBERT, 1990; KEATING, 1996; LEATHER, 1999; ALBANO, 2001; SILVA, 2003; CRISTÓFARO SILVA, 2006a), com Pennington chegando a afirmar, sobre a separação da fonética e da fonologia, que “estamos em um momento da linguística em que as nossas divisões estão interferindo com o progresso e enfraquecendo nosso poder descritivo, explanatório e preditivo” (PENNINGTON, 2007, p. 3). Larsen-Freeman também explica que as perspectivas de língua advindas da Teoria do Caos convidam pesquisadores a “enxergar complementaridade e a praticar inclusão onde linguistas têm enxergado oposição e exclusivismo” (LARSEN-FREEMAN,

1997, p. 158).

Foi com base nos princípios da TSD que Browman e Goldstein (1986, 1989, 1992, 1995) propuseram um modelo fonológico dinâmico que incorporasse tanto a dimensão micro (fonética) como a macro (fonologia) em uma mesma teoria, em uma mesma unidade mínima de análise e em um mesmo modelo metodológico e epistemológico de análise: a Fonologia Articulatória, posteriormente expandida para uma Fonologia Acústico-Articulatória por Albano (2001). A própria definição de fonologia de Browman e Goldstein (1992, p. 23) inclui as visões tradicionais de fonética e de fonologia, pois eles veem fonologia como “um conjunto de relações entre eventos físicos reais”, que corresponde à tradicional fonética, “e padrões nos quais esses eventos entram”, que corresponde à tradicional fonologia.

Na fonologia articulatória, a unidade primitiva não é o fonema, e sim o **gesto articulatório**. O gesto é uma unidade dinâmica de ação articulatória cujos resultados físicos podem ser vistos na movimentação dos articuladores. Ele é “uma oscilação abstrata que especifica constrição no trato vocal e induz os movimentos dos articuladores” (ALBANO, 2001, p. 52). Consoante com a diminuição da barreira entre a fonética e a fonologia, a Fonologia Articulatória estabelece o gesto não apenas como unidade de ação articulatória, mas também como unidade básica de contraste entre itens lexicais, ou seja, itens lexicais serão contrastados se tiverem uma composição gestual diferente. Além disso, o gesto tem tanto uma dimensão abstrata como uma concreta, pois, apesar de ser uma unidade abstrata, ele pode ser observado, e investigado, na movimentação dos articuladores.

Browman e Goldstein modelam os gestos por meio da *dinâmica de tarefa* de Kelso, Saltzman e Tuller (1986), que é um modelo de motricidade que define um movimento não por movimentos individuais, mas pela tarefa a ser cumprida, nesse caso, utilizada para modelar as ações multiarticulatórias coordenadas da fala. Uma das características mais importantes da dinâmica de tarefa é que não é o movimento dos articuladores individuais que caracteriza a dinâmica da fala, mas o movimento das variáveis do trato, sob uma perspectiva de sistema dinâmico. Albano (2001, p. 43) explica que o gesto “se materializa não em movimentos efetivos dos articuladores, mas em comandos invariantes para a implementação desses movimentos em tempo real no trato vocal”.

Uma primeira diferença entre o fonema e o gesto é que o fonema é uma unidade discreta, categórica, enquanto que o gesto tem tanto uma dimensão discreta, quando isolado e limitado

ECO-REBEL

temporalmente para fins de análise, como uma dimensão gradiente, pelos movimentos gradientes e sobrepostos dos articuladores (BROWMAN; GOLDSTEIN, 1990). A natureza categórica do fonema acaba exigindo muitas regras derivacionais abstratas para dar conta de certos fenômenos fonológicos, e muitas vezes nem mesmo consegue, como será mostrado adiante e como os próprios Chomsky e Halle admitem ao dizer que “toda a discussão de fonologia neste livro sofre de uma inadequação teórica fundamental (...) o problema é que a nossa abordagem de traços, regras, e avaliações tem sido excessivamente formal” (CHOMSKY; HALLE, 1968, p. 400, trecho destacado por ALBANO, 2001, p. 38).

Além dessa diferença, os fonemas são a) estáticos, b) neutros na relação entre articulação e acústica, e c) dispostos em grupos lineares e não-sobrepostos. Há teorias fonológicas pós-gerativas que procuram desafiar uma ou outra dessas características do fonema, como as fonologias não-lineares – entre elas a Autossegmental (GOLDSMITH, 1990) – que procuraram desafiar a disposição linear dos fonemas. Contudo, a Fonologia Articulatória é capaz de desafiar todas essas limitações do fonema, pois sua unidade básica, o gesto, tem como características principais a) ser dinâmico, uma vez que cada gesto é um sistema complexo; b) não ser neutro na relação articulação-acústica; e c) se sobrepor a outras unidades gestuais na representação de enunciados (BROWMAN; GOLDSTEIN, 1992).

O gesto articulatório é especificado por um grupo de variáveis do trato, que são cinco no trato oral: protrusão/abertura labial, local/grau de constrição da ponta da língua, local/grau de constrição do corpo da língua, abertura vélica, e abertura glotal. As variáveis do trato são descrições funcionais da tarefa, e distribuem o movimento associado ao gesto entre os articuladores envolvidos. O quadro 1 mostra as variáveis do trato com seus respectivos articuladores, e a figura 2 mostra as variáveis no aparelho fonador.

Variável do trato	Articuladores envolvidos
(1) Protrusão labial (2) Abertura labial	Lábios superior e inferior, mandíbula
(3) Local de constrição da ponta da língua (4) Grau de constrição da ponta da língua	Ponta e corpo da língua, mandíbula
(5) Local de constrição do corpo da língua (6) Grau de constrição do corpo da língua	Corpo da língua, mandíbula
(7) Abertura vélica	Véu platino
(8) Abertura glotal	Glote

Quadro 1: Lista de variáveis do trato e articuladores envolvidos na fonologia articulatória

ECO-REBEL

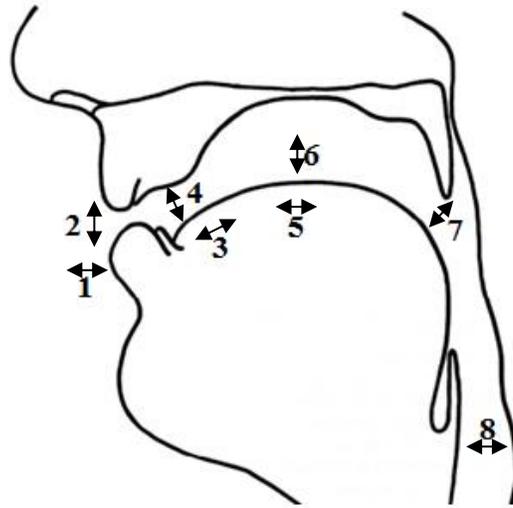


Figura 2: Indicação das variáveis do trato no aparelho fonador

No quadro 1, as variáveis do trato que estão dentro da mesma célula são duas dimensões de uma mesma constrição e, por isso, são consideradas variáveis do trato relacionadas. Isso ocorre com as variáveis local e grau de constrição, e com as variáveis protrusão e abertura labial. Cada variável ainda recebe um descritor (ou valor) gestual, que pode ser:

Para as variáveis “grau de constrição” e “abertura”:

- *Fechado* (oclusivas);
- *Crítico* (fricativas);
- *Aberto*, que, para as variáveis “corpo da língua” e “abertura glotal”, se subdivide em:
 - *Estreito*, que em “corpo da língua” adicionado de um descritor de local de constrição indica uma vogal, e em “abertura glotal” indica uma consoante não aspirada;
 - *Médio*, que em “corpo da língua” adicionado de um descritor de local de constrição indica uma vogal;
 - *Largo*, que em “corpo da língua” adicionado de um descritor de local de constrição indica uma vogal, e em “abertura glotal” indica uma consoante aspirada.

Para as variáveis “local de constrição” e “protrusão”:

- Para lábios: *protruso*, *labial* e *dental*;
- Para ponta da língua: *labial*, *dental*, *alveolar*, *pós-alveolar*, *palatal*;
- Para corpo da língua: *palatal*, *velar*, *uvular*, *faríngeo*.

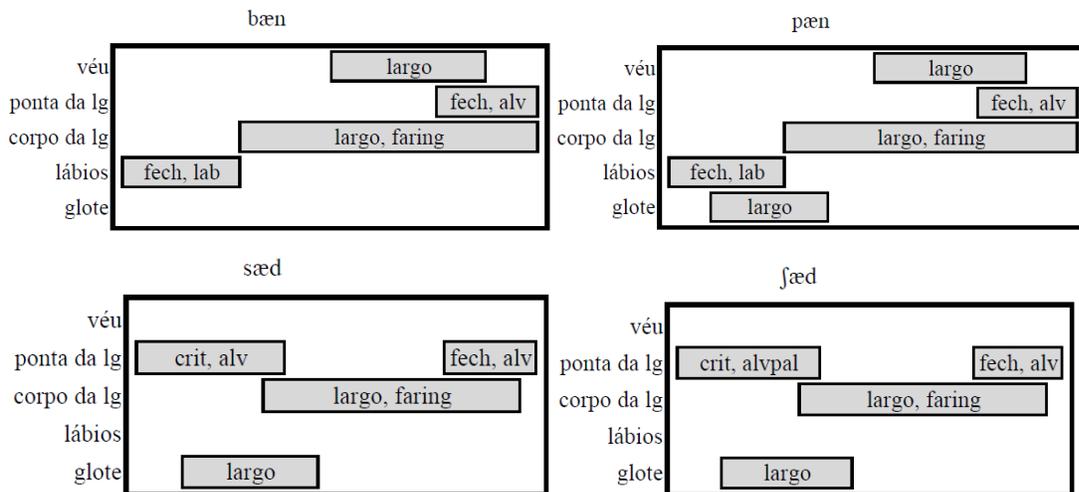
ECO-REBEL

Esses descritores/valores gestuais são discretos e podem remeter aos traços das fonologias gerativas; entretanto, apesar dos descritores serem também binários no sentido de estarem ou não presentes em um gesto, uma vez presentes, eles apresentam comportamentos gradientes e de sobreposição, características dinâmicas ausentes nos traços.

A descrição de um gesto inclui um alvo para as variáveis do trato, que é atingido pela ação coordenada dos articuladores, que, por sua vez, é prevista em uma equação dinâmica de um sistema massa-mola, conforme explorado na dinâmica de tarefa. O ponto de equilíbrio da equação, que é o ponto de repouso da massa na mola, se traduz, no gesto, na sua chegada ao alvo.

Como já mencionado, os gestos também funcionam como unidades de contraste fonológico, pois dois itens lexicais são contrastados se apresentarem uma composição gestual diferente. Essa composição diferente pode envolver a) a presença ou ausência de um gesto, b) diferença na variável do trato controlada pelo gesto, c) diferença no descritor/valor de uma variável, e d) diferenças na organização de um mesmo gesto. Cada um desses contrastes é ilustrado nas pautas gestuais da figura 3 e explicado a seguir.

Pautas gestuais são utilizadas para ilustrar as relações temporais entre gestos. Cada gesto é representado por um bloco, cujo eixo horizontal indica sua duração e cuja altura relativa pode representar a amplitude. Gestos que envolvem variáveis do trato diferentes são exibidos em camadas horizontais diferentes.



ECO-REBEL

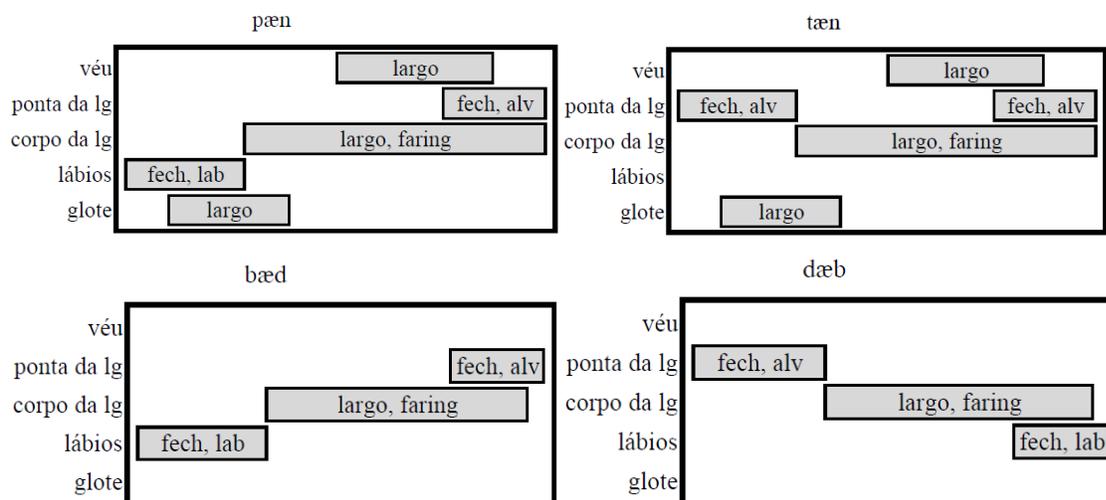


Figura 3: Exemplos dos possíveis contrastes lexicais envolvendo mudanças gestuais

O primeiro tipo de contraste, a presença/ausência de um gesto, é ilustrado por “pan” versus “ban”, pois a única diferença é que o primeiro tem um gesto de abertura glotal largo enquanto que o segundo não. O mesmo tipo de contraste pode ser encontrado entre “ban” e “bad”, pois essas palavras se distinguem apenas pela ausência do gesto de fechamento da glote na segunda, pois nela a oclusão final não é nasal, mas apenas alveolar. Semelhantemente, se retirarmos o gesto de fechamento labial do início da pauta que representa “ban”, passaremos a ter “Ann”. O segundo contraste é quando uma variável diferente controla o mesmo gesto, o que ocorre entre “pan” e “tan”, pois o gesto de fechamento inicial é nos lábios em “pan” e na ponta da língua (alveolar) em “tan”. O próximo contraste está na diferença de descritor/valor na mesma variável, como no contraste entre “sad” e “shad”, cujos valores do gesto crítico na ponta da língua mudam de alveolar para alvéolo-palatal. Finalmente, o último tipo de contraste é ilustrado por “bad” e “dab”, pois ambos apresentam exatamente os mesmos gestos, só que coordenados em ordens diferentes.

Nas pautas da figura 3, é possível verificar uma das principais características do gesto: a possibilidade de sobreposição. Gestos podem não se sobrepor, ou se sobrepor minimamente, parcialmente ou completamente. A sobreposição dos gestos permite o estudo de fenômenos gradientes, contrastando-se às fonologias tradicionais, cujas unidades de análise são discretas e categóricas. Um exemplo de fenômeno gradiente de que nenhum modelo fonológico de traços dá conta é o [ʃ] que ocorre na expressão ‘miss you’ [mɪʃu] em fala encadeada. Esse [ʃ] não tem as mesmas características articulatórias e acústicas do [ʃ] interno de palavras como *mission*. O [ʃ] da fala encadeada apresenta uma característica intermediária entre [s] e [ʃ] (ALBANO, 1991). Além

disso, em modelos fonológicos de traços, a explicação dessa palatalização em *sandhi* externo é dada por meio da assimilação de traços, manobra não necessária na fonologia gestual, pois os gestos têm uma extensão de tempo prevista pela dinâmica da tarefa e, conseqüentemente, a sobreposição de gestos pode produzir resultados articulatórios e acústicos audíveis. Sendo assim, a explicação dessa palatalização se dá por implementação do modelo gestual, e não por regras derivacionais abstratas.

A sobreposição de gestos, juntamente com a diminuição de sua magnitude, também substitui a manobra de apagamento de traços das fonologias pós-gerativas, e explica, por princípios gerais e não por regras de mudanças categóricas, fenômenos tradicionalmente tratados como alofonia, variação, assimilação, elisão, apagamento etc. Com isso, a possibilidade da sobreposição de gestos significa que uma série de fenômenos fonológicos acontecem automaticamente em vez de terem que ser estipulados por manobras de regras específicas, fazendo da fonologia articulatória um modelo implementacional e não derivacional (SILVA, 2003).

Browman e Goldstein (1992) explicam que a ocorrência da sobreposição gestual se dá pelas diferenças temporais de gestos consonantais e gestos vocálicos, com estes muito mais longos que aqueles. Essa justificativa vai ao encontro da unidade rítmica proposta por Barbosa (2006), a unidade vogal-vogal (VV), que vai do *onset* de uma vogal até o *onset* da vogal seguinte, incluindo todas as consoantes e *glides* nesse intervalo. A proposta dessa unidade é baseada em estudos que apontam para a preservação da duração dessa unidade a fim de manter a estrutura rítmica e entonacional do enunciado, sendo, portanto, mais resistente a variação do que a sílaba. Dentro de seu modelo dinâmico acerca do ritmo do português do Brasil, Barbosa (2006) mostra como a unidade VV controla a sobreposição gestual.

Outro exemplo de fenômeno que a Fonologia Articulatória explica por meio da sobreposição de gestos é o que tradicionalmente é chamado de variação alofônica. Nas pautas gestuais das quatro primeiras palavras da figura 3, por exemplo, há grande sobreposição do gesto de abaixamento vélico (“largo” na variável véu) com o gesto para a vogal (“largo e faríngeo” no corpo da língua), pois o início do gesto de abaixamento vélico precede o término do gesto de fechamento labial. Isso resulta em um momento temporal no qual a cavidade nasal está aberta e o trato vocal está em posição para produzir uma vogal, ou em outras palavras, numa vogal nasal. O mesmo não ocorre com consoantes nasais em início de palavra, pois, nesse caso, o gesto de abaixamento vélico termina aproximadamente junto com o final do gesto de fechamento labial.

ECO-REBEL

Tradicionalmente, vogais nasais no inglês são explicadas por uma regra que *transforma* (ênfase intencional) uma vogal oral em uma vogal nasal quando precedida de consoante nasal em coda, com assimilação do traço nasal. Contudo, sob a ótica de uma fonologia gestual, as vogais nasais do inglês são simplesmente o resultado físico, regular e legítimo de como os gestos são organizados, não necessitando que uma vogal oral seja *transformada* em outra, pois o gesto para a vogal de “pan”, i. e., largo e faríngeo na variável corpo da língua, é exatamente o mesmo para a de “pad”, sendo que na segunda simplesmente não há a sobreposição com um gesto de abaixamento vélico que resulta na abertura da cavidade nasal.

A sobreposição gestual também dá conta de fenômenos de fala encadeada, como (tradicionalmente chamadas de) assimilações, reduções, inserções etc. Por exemplo, a inserção da oclusiva [t] em palavras como ‘prince’ [prɪn's] é consequência da antecipação do fechamento do véu palatino em relação à passagem da constricção na ponta da língua de fechada para crítica, produzindo um efeito audível, ou seja [t] (ALBANO, 2001), conforme ilustrado na figura 4.

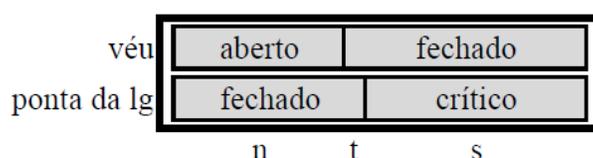


Figura 4: Ilustração da inserção de [t] em *prince* na fonologia articulatória

Outro exemplo explicado pela antecipação de um gesto é o da redução de [t] para [ɾ] em algumas variedades róticas do inglês, como no inglês americano. A figura 5 exemplifica o *flap* em ‘get it’ [gɛɪt], onde há o encurtamento do gesto de fechamento alveolar na ponta da língua, somado a uma significativa sobreposição deste aos dois gestos vocálicos. Para Albano (2001, p. 59), “nenhum modelo fonológico estático é capaz de dar conta desses deslizamentos”.

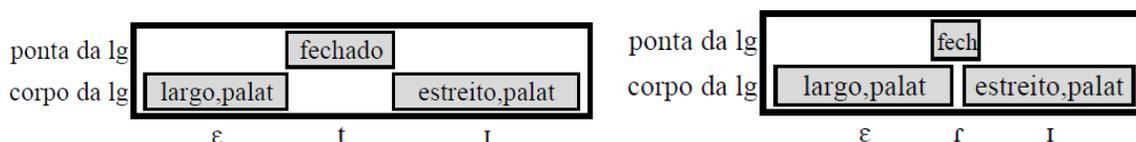


Figura 3.5: Ilustração do *flap* na fonologia articulatória

Com esse processo, de sobreposição gestual, a fonologia gestual dá conta de vários outros fenômenos, tais como:

ECO-REBEL

- a aspiração de oclusivas de início de sílabas tônicas em inglês, que é, na verdade, um fenômeno gradiente e, por isso, incabível em fonologias (pós-)gerativas;
- o /l/ pré- e pós-vocálico do inglês, i.e. puramente alveolar [l] ou alveolar e velar [ɫ], respectivamente;
- a variação das oclusivas finais do inglês [p, t, k, b, d, g] com a oclusiva glotal [ʔ];
- o aparente apagamento de traços, como o [t] em ‘perfectt memory’, ou o *schwa* em ‘beret’ e ‘forever’;
- a aparente transformação de [t] em [k] em ‘latet class’, de [n] em [m] em ‘sevenn plus’, ou de [d] em [b] em ‘goodd boy’.
- a emergência de novos padrões fonotáticos no português no Brasil (CRISTÓFARO SILVA; LEITE, 2015; VIEIRA; CRISTÓFARO-SILVA, 2015) na fala encadeada, como [vãm] para ‘vamos’ e [pɔts] para ‘potes’.

A explicação para todos esses fenômenos é feita por duas modificações gradientes durante a fala: o aumento da sobreposição de gestos e a diminuição de suas magnitudes. Diferentemente das regras e manobras de fonologias de traço, na fonologia gestual os gestos articulatorios nunca são apagados, nunca são transformados em outros gestos e novos gestos nunca são adicionados. É importante lembrar que a formulação dessas explicações se dá a partir de dados reais tanto articulatorios, por meio de eletropalatografia, ultrassonografia, ressonância magnética, articulografia, eletroglotografia, raio-X etc. quanto acústicos, por meio de análises espectrais, e não pelo julgamento de falantes ou de pesquisadores sobre a boa formação.

É por esses motivos que Albano conclui, em sua análise da Fonologia Articulatória, que:

diante da elegância das soluções obtidas para esses problemas, tão difíceis de tratar no quadro das fonologias pós-gerativas, mesmo não-lineares, o mínimo que se pode dizer da fonologia articulatória é que ela modela adequadamente, em primeira aproximação, a ‘fonética linguística’ (ALBANO, 2001, p. 59).

O principal motivo de Albano incluir “em primeira aproximação” na sua análise está na ênfase que a pesquisadora dá ao papel acústico na constituição do gesto articulatorio. Portanto, Albano (2001) propõe a Fonologia Acústico-Articulatória, que marca sua afiliação à proposta de Browman e Goldstein, mas enfatiza “a importância das relações acústico-articulatórias para a questão da comensurabilidade” (ALBANO 2001, p. 104). A importância da incorporação do aspecto acústico está relacionada à Teoria Quântica (STEVENS, 1972), discutida anteriormente. Para Albano (2001), tanto a dimensão articulatória como a acústica estão envolvidas no gesto. Para

ilustrar seu ponto, a autora menciona pesquisas de *bite-block*, nas quais participantes têm o movimento da mandíbula limitado momentaneamente por algum dispositivo e, ao serem requisitados a falar algo, conseguem adaptar a trajetória dos articuladores para a produção (acústica) correta de algum som. Dessa maneira, é possível executar um [i] com a mandíbula aberta e um [æ] sem baixar a língua. Ou seja, para uma melhor investigação do gesto, não pode haver demasiada ênfase na produção articulatória em detrimento do resultado acústico.

Há outras propostas de modelos fonológicos que compartilham com a Fonologia Articulatória a base teórica de sistemas complexos e dinâmicos. Entre elas está a Teoria de Exemplares (PIERREHUMBERT, 1990, 2001a, 2001b, 2002, 2003), um modelo estocástico com base na Linguística Probabilística (JANNEDY et al., 2003) que explica, de maneira dinâmica, a organização fonológica durante o processo de aquisição da língua materna. Na Teoria de Exemplares, a frequência com que *tokens* aparecem no *input* e no *output* exerce um papel crucial na organização do sistema linguístico como um todo e, conseqüentemente, na organização do sistema fonológico. Nela, os detalhes fonéticos (microscópicos) são aprendidos e associados a itens lexicais.

O mesmo é preconizado na Fonologia de Uso (BYBEE, 2002, 2003), mas com um foco nas experiências de uso linguístico. Dessa maneira, exemplares frequentes e relacionados a experiências pessoais e/ou recentes tendem a ser fortalecidos e fixados, enquanto que exemplares pouco frequentes, distantes e/ou não relacionados a experiências pessoais tendem a enfraquecer e até mesmo a sumir.

Semelhantemente, Cristóvão Silva (CRISTÓFARO SILVA, 2003, 2005, 2006a, 2006b; CRISTÓFARO SILVA; GOMES, 2007) utiliza-se dos princípios da fonologia probabilística e da fonologia de uso para propor Modelos Multirrepresentacionais, com conexões em redes nos vários níveis da gramática, tendo o item lexical como *locus* da representação. As várias possibilidades fonéticas de um mesmo item lexical são agrupadas em categorias que exibem efeito prototípico. Esse item lexical se interliga a outros por relações na forma ou por relações de significado. As relações de cunho social, como estilo, dialeto, gênero, uso pragmático, etc. também estabelecem interligações. O uso, por sua vez, molda, modifica, fortalece ou enfraquece relações e, dessa forma, a densidade dos exemplares e, conseqüentemente, a emergência de categorias fonológicas são definidas probabilisticamente.

Alguns modelos de aquisição fonológica de L2 também foram propostos com base na

fonologia estocástica e prototípica. Entre eles destacam-se o Modelo de Aprendizagem da Fala (FLEGE, 1995, 2007), a Teoria do Ímã da Língua Materna (KUHL, 1991; KUHL et al., 2008) e o Modelo de Assimilação Perceptual (BEST, 1994). Basicamente, eles postulam que o processo de aquisição de uma nova língua é um sistema complexo e dinâmico e que as categorias fonológicas na L1, advindas da auto-organização do sistema da L1, servem como atratores para o sistema de aquisição da L2.

4. Conclusão

O principal objetivo deste artigo foi argumentar que descrições e análises fonológicas sob uma perspectiva ecossistêmica pressupõem a indissociabilidade entre a fonética e a fonologia, e que em uma teoria fonológica ecossistêmica a unidade mínima de análise deve ser o gesto articulatório, e não o fonema. Primeiramente foram apresentadas as principais características de ecossistemas complexos e dinâmicos aplicadas à língua, a saber, o fato de serem holísticos, complexos, emergentes, fractais em forma, interacionais, dinâmicos, não-lineares, auto-organizadores, por vezes caóticos, e sensíveis a estados de atração e ao estado inicial.

Em seguida, foi apresentada a proposta da Fonologia Articulatória e mencionados modelos posteriores afins. Os modelos fonológicos apresentados – Fonologia Articulatória, Fonologia Acústico-Articulatória, Teoria de Exemplos, Fonologia de Uso, Modelos Multirrepresentacionais, Modelo de Aprendizagem da Fala, Teoria do Ímã da Língua Materna, Modelo de Assimilação Perceptual – além de compartilharem os mesmos pressupostos teóricos, i. e., da língua como ecossistema complexo e dinâmico, também têm em comum o tipo de dados e de análises que os alimentam. Eles utilizam dados de produção e percepção da fala reais, e utilizam análises articulatórias e acústicas da fala, incluindo, mas não limitado a, ultrassonografia, ressonância magnética, radiografia, articulografia, palatografia, eletroglotografia, eletromiografia, eletrolaringografia, laringoscopia, aerometria, e análises espectrais. Sendo assim, esses modelos e suas análises compõem o que atualmente é chamado de Fonologia Laboratorial, que, como foi demonstrado ao longo deste trabalho, está em consonância com o que poderia ser denominado uma Fonologia Ecossistêmica.

REFERÊNCIAS

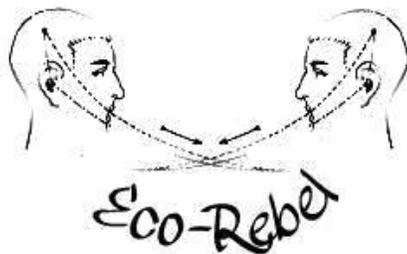
ALBANO, E. C. **O gesto e suas bordas: esboço de fonologia acústico-articulatória do português brasileiro**. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

- BARBOSA, P. A. **Incursões em torno do ritmo da fala**. Pontes, 2006.
- BECKNER, C.; BLYTHE, R.; BYBEE, J.; et al. Language is a complex adaptive system: Position paper. **Language Learning**, v. 59, n. s1, p. 1–26, 2009. Wiley Online Library.
- BEST, C. T. The emergence of native-language phonological influences in infants: A perceptual assimilation model. **The development of speech perception: The transition from speech sounds to spoken words**, v. 167, p. 167–224, 1994.
- BOT, K. DE; LOWIE, W.; VERSPOOR, M. A dynamic systems theory approach to second language acquisition. **Bilingualism language and cognition**, v. 10, n. 1, p. 7, 2007.
- BROWMAN, C. P.; GOLDSTEIN, L. Gestural structures and phonological patterns. **Haskins Laboratories Status Report on Speech Research**, p. 1–23, 1989.
- BROWMAN, C. P.; GOLDSTEIN, L. Tiers in articulatory phonology, with some implications for casual speech. **Papers in laboratory phonology I: Between the grammar and physics of speech**, p. 341–376, 1990.
- BROWMAN, C. P.; GOLDSTEIN, L. Articulatory phonology: An overview. **Phonetica**, v. 49, n. 3-4, p. 155–180, 1992.
- BROWMAN, C. P.; GOLDSTEIN, L. Dynamics and articulatory phonology. **Mind as motion**, p. 175–193, 1995.
- BROWMAN, C. P.; GOLDSTEIN, L. M. Towards an articulatory phonology. **Phonology**, v. 3, n. 01, p. 219–252, 1986. Cambridge Univ Press.
- BYBEE, J. Phonological evidence for exemplar storage of multiword sequences. **Studies in Second Language Acquisition**, v. 24, n. 02, p. 215–221, 2002. Cambridge Univ Press.
- BYBEE, J. **Phonology and language use**. Cambridge University Press, 2003.
- CHOMSKY, N.; HALLE, M. The sound pattern of English. , 1968.
- COUTO, H. H. Linguística Ecosistêmica. **Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem**, v. 1, n. 1, p. 39–62, 2015.
- COUTO, H. H. DO. **Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente**. Thesaurus Editora, 2007.
- CRISTÓFARO SILVA, T. Descartando fonemas: a representação mental da fonologia de uso. In: D. Hora; G. Collischonn (Eds.); **Teoria linguística: fonologia e outros temas**, 2003. João Pessoa: Editora Universitária.
- CRISTÓFARO SILVA, T. Fonologia probabilística: estudos de caso do português brasileiro. **Lingua (gem)**, v. 2, n. 2, p. 223–248, 2005.
- CRISTÓFARO SILVA, T. Fonética e fonologia: perspectivas complementares. **Estudos das Língua (gem)**, v. 3, p. 25–40, 2006a.
- CRISTÓFARO SILVA, T. Modelos multirrepresentacionais em fonologia. **Os fatos da linguagem, esse conjunto heteróclito. Araraquara: Laboratório Editorial da FCL**, p. 171–185, 2006b.
- CRISTÓFARO SILVA, T.; GOMES, C. A. Aquisição fonológica na perspectiva multirepresentacional. **Letras de Hoje [periódico na internet]**, v. 42, n. 1, p. 179–191, 2007.
- CRISTÓFARO SILVA, T.; LEITE, C. Padrões sonoros emergentes: (oclusiva alveolar+ sibilante) no português brasileiro. **Caderno de Letras**, , n. 24, p. 15–36, 2015.
- FLEGE, J. E. Second language speech learning: Theory, findings, and problems. In: W. Strange (Ed.); **Speech perception and linguistic experience: Issues in cross-language research**. p.233–277, 1995. Baltimore: York Press.
- FLEGE, J. E. Language contact in bilingualism: Phonetic system interactions. **Laboratory phonology**, v. 9, p. 353–382, 2007.
- GARNER, M. Language ecology as linguistic theory. **Kajian Linguistik dan Sastra**, v. 17, n.

- 33, p. 91–101, 2005.
- GOLDSMITH, J. A. **Autosegmental and metrical phonology**. Blackwell Oxford, 1990.
- JANNEDY, S.; HAY, J.; BOD, R. **Probabilistic linguistics**. MIT Press, 2003.
- JOHNSON, K. **Acoustics and auditory phonetics**. Malden: Blackwell Publishing, 1997.
- KEATING, P. A. The phonology-phonetics interface. **UCLA Working Papers in Phonetics**, p. 45–60, 1996.
- KELSO, J. A. S.; SALTZMAN, E. L.; TULLER, B. The dynamical perspective on speech production: Data and theory. **Journal of Phonetics**, v. 14, n. 1, p. 29–59, 1986. DTIC Document.
- KRAMSCH, C.; STEFFENSEN, S. V. Ecological perspectives on second language acquisition and socialization. **Encyclopedia of language and education**. p.2595–2606, 2008. Mew York: Springer US.
- KUHL, P. Human adults and human infants show a “perceptual magnet effect” for the prototypes of speech categories, monkeys do not. **Perception & psychophysics**, v. 50, n. 2, p. 93–107, 1991.
- KUHL, P. K.; CONBOY, B. T.; COFFEY-CORINA, S.; et al. Phonetic learning as a pathway to language: new data and native language magnet theory expanded (NLM-e). **Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences**, v. 363, n. 1493, p. 979–1000, 2008.
- LARSEN-FREEMAN, D. Chaos/complexity science and second language acquisition. **Applied linguistics**, v. 18, n. 2, p. 141–165, 1997.
- LEATHER, J. **Phonological issues in language learning**. Blackwell, 1999.
- PENNINGTON, M. C. **Phonology in context**. Palgrave Macmillan, 2007.
- PIERREHUMBERT, J. Phonological and phonetic representation. **Journal of phonetics**, v. 18, n. 3, p. 375–394, 1990.
- PIERREHUMBERT, J. Stochastic phonology. **Glott International**, v. 5, n. 6, p. 195–207, 2001a. Citeseer.
- PIERREHUMBERT, J. Exemplar dynamics: Word frequency, lenition and contrast. Frequency and the emergence of linguistic structure, ed. by Joan Bybee and Paul Hopper, 137-57. , 2001b. Amsterdam: John Benjamins.
- PIERREHUMBERT, J. **Word-specific phonetics**. Mouton de Gruyter Berlin, 2002.
- PIERREHUMBERT, J. Phonetic diversity, statistical learning, and acquisition of phonology. **Language and speech**, v. 46, n. 2-3, p. 115–154, 2003. SAGE Publications.
- SILVA, A. H. P. Pela incorporação de informação fonética aos modelos fonológicos. **Revista Letras**, v. 60, p. 319–333, 2003.
- STEVENS, K. N. The quantal nature of speech: Evidence from articulatory-acoustic data. In: E. E. DAVID JR; P. B. DENES (Eds.); **Human Communication: a unified view**. p.51–66, 1972. New York: McGraw-Hill.
- VIEIRA, M. J. B.; CRISTÓFARO-SILVA, T. Redução Vocálica em postônica final. **Revista da ABRALIN**, v. 14, n. 1, 2015.

Recebido: 15/07/2016.

Aceito: 03/08/2016.



A VISÃO ECOLÓGICA DE MUNDO APLICADA AO JOGO ELETRÔNICO *DON'T STARVE TOGETHER*

Anderson Nowogrodzki da Silva (UFG)

Resumo: Traça-se como objetivo, neste artigo, analisar o jogo eletrônico *Don't Starve Together*, visando estabelecer uma nova forma de olhar o ecossistema linguístico em sua diversidade de plataformas comunicativas. Difundem-se, dessa forma, as teorias já estabelecidas no âmbito da Análise do Discurso Ecológica, ampliando seus horizontes e almejando agregar um modelo analítico que englobe enunciados que fujam do padrão prototípico encontrado na interação comunicacional face a face. Para tanto, fundamenta-se em Couto (2007), Couto et al. (2015) e Couto, Couto e Borges (2015), em razão de trazer à luz um modo de olhar excertos de diálogos virtuais, que se desenrolam em um jogo eletrônico de computador, para comprovar e esclarecer a operacionalização da teoria proposta. Leva-se em consideração, acima de tudo, a questão da visão ecológica de mundo, atestando, no momento da observação dos dados, o modo como a materialidade se integra harmonicamente, ou não, a essa perspectiva epistemológica.

Palavras-chave: Visão Ecológica de Mundo. Ecolinguística. Comunicação. Virtualidade.

Abstract: Our objective in this article is to analyze the electronic game *Don't Starve Together*, creating a new way of looking at the linguistic ecosystem and the variety of communication platforms. We spread, thus, the theories already established in the Ecological Discourse Analysis, expanding the horizons and aiming to add an analytical model that incorporates statements that flee what is common from the prototypical pattern, founded in face-to-face communication. Basing in Couto (2007), Couto et al. (2015) and Couto, Couto and Borges (2015), we look for excerpts from virtual dialogues, which appear in an electronic computer game, to prove and clarify the operation of the proposed theory. We take into account, above all, the question of Ecological Worldview, stressing in the observed data how the materiality integrates harmonically, or not, in this epistemological perspective.

Keywords: Ecological Worldview. Ecolinguist. Communication. *Virtuality*.

1. Considerações Iniciais

Na busca por evidenciar o modo como a Análise do Discurso Ecológica (ADE) se

ECO-REBEL

distancia das demais vertentes da Análise do Discurso e, ao mesmo tempo, amplia as possibilidades de olhar para o objeto de estudo, explora-se, na análise de um jogo eletrônico (*Don't Starve Together - DST*), um modo de encarar uma materialidade totalmente avessa ao que se traz como estereótipo de ecossistema.

Na medida em que se pensa o ecossistema da língua, é preciso retomar Couto (2007), a fim de explicar o modo como se constitui. A ADE, como uma subárea da Ecolinguística, busca olhar para as interações como fundamento da existência do discurso, em que a língua se encontra articulada ao meio ambiente. Pensa-se, dessa maneira, numa forma de Ecossistema Fundamental da Língua (EFL), ou Ecossistema Integral da Língua, na medida em que reúne, em sua base, três meios ambientes que, em conjunto, propiciam sua existência, sua produção e disseminação. São eles: o meio ambiente físico (visto por Sapir (2016) como a relação de fatores geográficos e de base econômica, levando em consideração os aspectos da matéria-prima), o meio ambiente social (em que redes de interações perspectivas se conectam e se sobrepõem, dando forma ao construto social) e, a fim de modificar o que foi proposto inicialmente, pensa-se com Couto (2012), que vê o meio ambiente mental, a partir das teorias de Durand (2002), como o lócus em que as pulsões corpóreas, dinamizadas pelo inconsciente, chegam à consciência e se materializam em imagens. Observa-se, portanto, que, como assegura Couto (2012), existe uma integralidade que dá liga ao EFL, tudo o que é mental tem de ser sancionado pelo social, em razão da inserção da individualidade no coletivo, dando contornos à possibilidade de interagir comunicativamente. Não se desconsidera, porém, a materialidade física sobre a qual esses elementos se desenvolvem. O ecossistema se concretiza, portanto, num triângulo que envolve a língua, a população e o território habitado. Dessa forma, o território se torna a base existencial para a emergência da interação entre seres que entram em comunhão por meio da língua.

Ao olhar para esse princípio ontológico de uma análise ecossistêmica da língua, torna-se possível edificar uma análise que se baseia na materialidade linguística que emerge nos processos interacionais, independente do suporte ao qual esteja vinculada. Por isso, desenvolve-se, aqui, uma análise de um jogo eletrônico de título *Don't Starve Together*, em que o objetivo é, operando uma personagem, sobreviver às intempéries da natureza, que fogem do controle dos humanos. Institui-se, portanto, um empreendimento que objetiva agregar-se ao todo natural, sintonizando-se, ao máximo, com a entropia que envolve a passagem do tempo e as mudanças do espaço. Ademais, o *game* se destaca por possuir um sistema *multiplayer*, em que diversos jogadores se unem para

ECO-REBEL

preservar a vida da comunidade em consonância com a natureza, ou seja, buscando, constantemente, a harmonização entre si e com o mundo em que habitam.

Dessa forma, parte-se da Visão Ecológica de Mundo, como conceituam Couto, Couto & Borges (2015), ou seja, toma-se uma das fontes de inspiração da ADE que parte do princípio de que se deve olhar para o mundo a partir de um ponto de vista ecológico e assume-se a busca contínua pela harmonização como um modo de manter a vida, preservar o ecossistema e diminuir o sofrimento quando possível.

1. Níveis comunicacionais

A comunicação pode se efetivar, na contemporaneidade, de diversas formas, em razão da pluralidade de mecanismos que possibilitam a interação entre indivíduos, excedendo as barreiras de tempo e espaço, pois a interação não precisa ser simultânea e, ao mesmo tempo, não depende da proximidade física, fugindo, muitas vezes, ao que é prototípico das regras interacionais (elementos regulares no estabelecimento de uma relação comunicativa entre indivíduos, como afirmam Couto, Couto & Borges (2015)) inerentes à comunicação face a face, mas mantendo as regras sistêmicas (subconjunto das regras interacionais), que estão patentes nos códigos da língua.

Percebe-se, portanto, que a interação entre o eu e o outro está alicerçada na relação estabelecida entre dois indivíduos ou mais, que estão em comunhão, ou seja, como dizem Couto, Couto & Borges (2015, p. 113), “[...] uma predisposição para a comunicação, mesmo que ninguém diga nada”.

É preciso dizer, ainda, que o fato de a comunicação não se restringir à interação face a face não elimina esse tipo de contato de ser o protótipo de todo processo de conversação. Por isso, a relação entre o eu e o tu, em um mesmo tempo e espaço, permanecem como o elemento prototípico, que é, porém, flexível, permitindo derivações e transformações nas formas de interagir, daí o estabelecimento de diferentes formas de criar relações por meio de diferentes suportes, em que passam a funcionar simulacros da comunicação cotidiana, complexificados, em razão de tempo e espaço não se restringirem a uma simultaneidade ou a uma proximidade, eliminando diversas regras interacionais, como o olhar, a distância entre os indivíduos, os gestos etc., mas, criando outras tantas, como o uso de *emoticons*, *memes*, ou do próprio tempo de resposta das mensagens (uma mensagem respondida mais depressa é sinal de que o interlocutor atribui maior importância ao conteúdo ou ao locutor).

ECO-REBEL

Pensa-se em dois termos, dois níveis de comunicação, para definir a realidade física da interação cotidiana e o simulacro criado pela conexão virtual. A **comunicação primária** seria toda a comunicação estabelecida na interação prototípica, ou as que mais se aproximam disso, sendo simples, cotidianas, espontâneas, ocorrendo em um mesmo espaço, ao mesmo tempo, carregadas de regras interacionais que pressuponham a presença corpórea do outro. Por outro lado, a **comunicação secundária** se baseia na simulação de uma comunicação primária, buscando reproduzir, por meio da tecnologia, as regras interacionais de uma interação prototípica, utilizando, por exemplo, o auxílio de imagens que expressem emoções, ou gestos, de áudio e vídeo, mas dando mais tempo para a articulação dos enunciados de cada falante, possibilitando a comunicação entre pontos distantes e em horários diferentes.

O ser humano cria, então, diversas maneiras de se comunicar, produzindo imagens para enviar a interação, tornando-as coletivas para possibilitar o entendimento, em razão de suas demandas, produzindo, a partir da industrialização e do advento da globalização uma rede que conectou o mundo e fez aparecer com evidência um tipo de comunicação secundária. Durand (2002) assegura que o imaginário coletivo cria representações, imagens, retoma mitos a partir da historicidade e possibilita a estruturação de uma realidade pautada pelos valores de verdade correntes em dado tempo-espaço. A partir desse processo de disseminação da imagem, constrói-se no imaginário coletivo e individual um símbolo estabilizado que acaba por remeter à população, ao território e à própria língua, criando um ecossistema linguístico próprio de uma comunidade. A simbolização do real parte, então, do modo como as relações possibilitam a emergência das imagens, regularizando-as.

2. *Don't Starve Together* – A manutenção da vida como fundamento da ADE

Parte-se, aqui, para a análise de uma materialidade multimodal (que traz elementos de áudio, vídeo e jogabilidade), caracterizada pela comunicação secundária, na medida em que a relação entre os jogadores é essencial para alcançar o objetivo do jogo, que é a sobrevivência, mas se dá num simulacro, ou seja, na incorporação das regras sistêmicas de dada língua (nesse caso, o português) às regras interacionais do *game Don't Starve Together*. Constitui-se, assim, uma comunidade de indivíduos que por um momento incorporam dadas personagens e se projetam num território virtual para que possam interagir e atingir um objetivo harmonicamente.

ECO-REBEL

A ADE, enquanto um campo do saber prescritivo, que levanta a bandeira da ideologia da vida, prima pela necessidade de observar os discursos que exaltam e disseminam a possibilidade de sobrevivência harmônica, não só entre seres humanos, mas com todo o ecossistema. Nesse sentido, busca-se mobilizar a energia pulsional da humanidade para uma visão ecológica de mundo, almejando desestabilizar o egocentrismo inerente ao homem e fazer refletir sobre o modo como tudo é parte do cosmos. A manutenção da vida e diminuição do sofrimento só são possíveis na harmonização, que depende da comunhão de um grupo de falantes, para que, juntos, partindo de um senso de pertencimento à causa, possam modificar a perspectiva rasa da ecologia capitalizada. Por isso, DST é um *game* emblemático para a reprodução dessa ideologia. Enfatizando a necessidade de manter a união e, apesar da necessidade de consumir, é preciso ter consciência de que consumir muito pode causar a morte de todo o grupo no futuro, já que os elementos físicos da natureza não se repõem rapidamente, como mostra a figura 2. O uso indiscriminado de fogo pode gerar grandes incêndios em florestas, que se espalham rapidamente, diminuindo gradativamente a quantidade de madeira, comida, animais e sombra, o que altera o clima e dificulta a sobrevivência. Percebe-se, portanto, que degradar a natureza que envolve o ser humano é degradar, ao mesmo tempo, a si.

Figura 2: Grande queimada em uma floresta



Disponível em: < <http://ambushedgamer.com/dont-starve-and-dont-set-everything-on-fire/>>. Acesso em: 12 de abril de 2016.

ECO-REBEL

Há, no jogo, a oportunidade de criar plantações ou replantar as árvores e arbustos que forem necessários para a sobrevivência, mantendo o ecossistema em ciclo, harmonizando as relações o máximo possível, como mostra a figura 3. Nesse sentido, faz-se necessário evidenciar que o homem atua em favor de suas demandas e isso não mudará, mas é preciso entender-se como uma parte do todo. A degradação excessiva é um passo para a degradação de si. Por isso, cuidar de si é, antes de tudo, cuidar também do outro. Entende-se o outro, numa visão ecológica de mundo, como o todo que envolve o homem e com ele interage.

Figura 3: Plantação de arbustos e hortas para não afetar o meio ambiente físico



Disponível em: < <https://steamcommunity.com/sharedfiles/filedetails/?id=375794293>>. Acesso em: 12 de abril de 2016.

O princípio das relações harmônicas interespecíficas, como o inquilinismo, comensalismo e mutualismo, pontuado por Couto, Couto & Borges (2015), reflete em muito o ambiente do jogo, que se baseia na necessidade de interagir com as outras espécies para manter a sobrevivência do todo. A união não se aplica somente aos jogadores que interagem, mas a todo o meio ambiente físico secundário existente. Por outro lado, a tentativa de consumir em excesso e retirar do meio ambiente físico mais do que o necessário, provoca destruição em cadeia e morte iminente,

ECO-REBEL

desencadeada por relações desarmônicas interespecíficas. Mesmo que o grupo de personagens interaja bem entre si, a degradação excessiva das demais espécies provoca a morte do todo.

Após entender a lógica do meio ambiente físico virtual, que tenta reproduzir as relações entre organismo-mundo e organismo-organismo por meio de representações imagéticas e sonoras que remetem à realidade primária, faz-se necessário observar que, o compartilhamento de um imaginário coletivo que tome essas imagens a partir de perspectivas em comum, passa a incorporar na dinâmica da sobrevivência, mediada pela jogabilidade, uma visão ecológica de mundo. Dessa forma, o ecossistema secundário de uma língua é formado por um meio ambiente físico secundário, um meio ambiente mental secundário (já que há a necessidade de abstrair a realidade por meio da suspensão de descrença e se integrar àquele mundo e às representações que o perpassam) e um meio ambiente social secundário (em que o modo de se relacionar socialmente é modificado pelas necessidades e possibilidades dos sujeitos em relação). Formula-se, assim, um triângulo baseado num território virtual, que comporta uma população virtual baseada em regras interacionais específicas e regras sistêmicas de uma língua, que não se alteram, a não ser pelos léxicos próprios da comunidade de fala e pelo nível de complexidade das estruturas, já que são escritas.

Pensando na língua como interação e, levando em consideração que se trata de uma análise do campo do discurso, trazem-se à luz enunciados que evidenciam o que aqui foi descrito. Esses enunciados, recortados e traduzidos por mim, emergiram de conversas via *chat* dentro do próprio jogo, em que usuários se comunicavam em razão da sobrevivência, demonstrando extrema cautela na coleta de recursos, manutenção da natureza e preocupação com a vida, além de auxiliarem os demais seres vivos nessas características.

Mecka: E aí?

Artur: E aí? Entrou cedo.

Mecka: Passou pelo pântano?

Artur: Vou fazer isso depois de construir uma vila para os porcos. Vou montar um acampamento perto do vale das *killer bees*. Estou com medo do urso.

Mecka: Vou usar o urso ao meu favor, posso correr dele e depois recolher os itens que ele *dropar* por onde passar.

Artur: Faça uma plantação de pinheiro, compensa demais. Tenho uma para madeira e uma para carvão.

ECO-REBEL

Mecka: Sim, eu tinha (ela queimou no verão) *kkkkkkkk*. Mas o que não quero é cortar árvores.

Artur: No próximo inverno vou usar um *deerclops* [veado de um olho só] para matar *beefalos*.

Mecka: Faz isso não, precisamos deles, eles nos ajudam!

Artur: Vou tentar dar *berry* e *grass* para ele comer e tentar amansar ele, então.

Mecka: Leva ele pro seu acampamento.

Artur: Sim, vou para uma caverna, mas tem muitos *mobs* por lá, é melhor não ir sozinho.

Mecka: Vou com você. Entrei lá ontem, não sei se era terremoto ou algum *mob*, mas começou a tremer tudo e cair pedras.

Artur: Depois a gente entra, vou ter que sair, minha mãe está chamando. *Flw*.

Mecka: *Flws!*

Percebe-se que o jogo gira em torno da necessidade de comunhão dos jogadores e, ao mesmo tempo, de sua capacidade de interagir harmonicamente com o ambiente virtual que os envolve. Olhando para a materialidade linguística supracitada, percebe-se o modo como os jogadores entram em comunhão, inicialmente, cumprimentando-se com a expressão “E aí?” e, em sequência, Artur evidencia com o verbo “entrar” que Mecka se conectou cedo, fazendo referência à comunhão de nível secundário, em razão de se desligarem de qualquer comunhão primária, para se encontrarem num ambiente virtual.

Na sequência, os dizeres e as trocas de turno são marcados entre os falantes por referências às atitudes dentro do jogo, demonstrando a necessidade de evidenciar o trabalho em equipe e a relação com a natureza. A criação de uma vila para os porcos demonstra o modo como os jogadores precisam auxiliar não só as personagens humanas, mas todos os seres vivos envolvidos, além de fazer um acampamento próximo das abelhas, para que se possa gerar alimento e, ao mesmo tempo, cuidar das colmeias, harmoniza-se, portanto, por meio do mutualismo, em que duas espécies se ajudam mutuamente.

A utilização do urso em benefício próprio, sem afetá-lo, é outro sinal da busca pela harmonização, mas por meio de comensalismo, ou seja, o ser humano tem benefícios, mas o urso não sofre nenhuma consequência.

ECO-REBEL

Leva-se, ainda, em consideração, a necessidade de plantar árvores em um espaço específico e mantê-las sempre em ciclo, para que o restante do ambiente físico não seja prejudicado, mas a própria natureza é entrópica, então a mudança é iminente, como demonstrado neste enunciado: “Sim, eu tinha (ela queimou no verão) kkkkkkkk.”, fazendo referência às árvores. A harmonia interespecífica contribui para que o sofrimento seja diminuído ao máximo, mas o processo de transformação é próprio do cosmos.

Em seguida, um dos jogadores se vê num impasse quanto a matar um animal, mas é advertido: “**Mecka:** Faz isso não, precisamos deles, eles nos ajudam!”. E, na sequência, muda de ideia: “**Artur:** Vou tentar dar *berry* e *grass* para ele comer e tentar amansar ele, então.”. Passa-se da ideia de tirar a vida do animal, para a possibilidade de entrarem em comunhão e se auxiliarem mutuamente.

Além da harmonização interespecífica, há a harmonização intraespecífica, ou seja, entre indivíduos da mesma espécie, nesse caso, os dois jogadores entram num consenso para, juntos, adentrarem uma caverna, agindo em comunhão, para que possam sobreviver num bioma mais hostil.

Ao fim, marca-se o processo de descomunhão, no momento em que Artur afirma ter de sair, pois a mãe está chamando. Desligando-se do nível de comunhão secundária e, possivelmente, estabelecendo uma comunhão primária com a mãe, encerram a conversa com o dizer “*Flw*”.

Percebe-se, portanto, que as regras interacionais são reduzidas, mas as regras sistêmicas se mantêm, a não ser pela variedade dos léxicos utilizados. Termos do inglês, como, “*killer bee, deerclops, dropar, kkk, beefalos, berry, grass, mob e flw*” representam essa variedade, em que a linguagem *gamer*, a partir de estrangeirismos, é utilizada para reduzir ou facilitar a escrita de termos e expressões: “*Killer bee*” seria uma redução de “abelha assassina”; “*deerclops*” seria uma palavra composta por aglutinação, ou seja, a combinação das palavras “*deer*” (veado, em inglês) e “*ciclops*” (criatura mitológica de um olho só, também em inglês); “*dropar*” é um termo que se refere ao inglês “*drop*”, ou seja, “deixar cair”; a repetição da letra *K*, por outro lado é um modo de representar regras interacionais, expressando uma risada; *beefalos* seria uma variação para o termo búfalos, ou *bulls*; “*berry*” faz referência às frutas; “*grass*” à grama; o termo “*mob*” é mais complexo, pois, em tradução livre, significaria “gangue, gentalha, máfia”, mas na linguagem *gamer* remete às criaturas do jogo; o termo “*flw*”, por último, é uma expressão de despedida, uma abreviação de “falou!”.

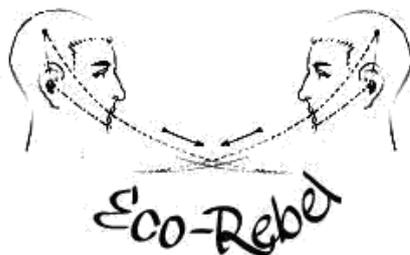
3. Considerações Finais

Observa-se, assim, que a ADE é pautada pelo olhar para as relações harmônicas e desarmônicas como relações ecológicas, o modo como elas funcionam, sua propriedade de integrar espécies e o mundo no qual elas interagem a partir da comunhão, ou seja, a abertura para a formação de comunidades. Por isso, vem à tona a necessidade de pensar a ideologia da vida como base das categorias de análise aqui compreendidas, em razão de a vida ser o centro da Análise do Discurso Ecológica. A manutenção da energia pulsional que há nos seres vivos é a essência da prescrição inerente a essa linha de pesquisa. Portanto, uma materialidade como DST é um meio de disseminar essas ideias, trazendo à sociedade, por meio de uma comunicação de nível secundário, uma nova forma de ver o mundo, uma visão ecológica de mundo.

Referências

- COUTO, Elza K.N.N. *Ecolinguística e Imaginário*. Brasília: Thesaurus, 2012.
- COUTO, H. H. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- _____. Descomunhão. <http://ilinguagem.blogspot.com.br/2015/09/descomunhao.html> (acesso: 02/07/2016), 2015.
- COUTO, H. H.; COUTO, E. N.; ARAÚJO, G.; ALBUQUERQUE, D. (orgs.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: EDUFG, 2016.
- COUTO, H. H.; COUTO, E. N.; BORGES, L. *Análise do Discurso Ecológica (ADE)*. Campinas: Pontes, 2015.
- DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins fontes, 2002.
- SAPIR, E. Língua e Ambiente. In: COUTO, H. H.; COUTO, E. N.; ARAÚJO, G.; ALBUQUERQUE, D. (orgs.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: EDUFG, 2016.

Recebido: 25/07/2016.
Reformulado: 31/07/2016.
Aprovado: 03/08/2016.



RESENHA

COUTO, H. H; COUTO, E. K. N. N.; ARAÚJO, G. P.; ALBUQUERQUE, D. B. (Org.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia, CEGRAF/UFG, 2016.

Maria Cecília de Magalhães Mollica (UFRJ/CNPq)

Daillane Avelar (UFRJ/CAPES)

O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos consiste em coletânea de ensaios escritos por especialistas renomados na área da Ecolinguística. Pioneiros no assunto, são autores de vários países que habilmente nos apresentam conceitos e questões importantes no campo e em áreas conexas, como Edward Sapir, Einar Haugen, Alwin Fill, entre outros pesquisadores recentes. O livro constitui a primeira obra que traduz textos de autoria de expoentes internacionais, ao lado de pesquisadores brasileiros não menos importantes, como Hildo Honório do Couto. É possível, já nos primeiros capítulos do livro, compreender a trajetória da Ecolinguística e as tentativas de conceituar o tema.

Há, inicialmente, uma preocupação em contextualizar o leitor no que se refere a conceitos como os de língua e linguagem e à relação entre língua e meio ambiente. Abrindo a coletânea, Sapir (1888-1939), acompanhado de Romam Jakobson, C. F. Voegelin, F. M. Voegelin e N. W. Schutz, aprofundam questões atinentes ao campo de investigação. Através de vários exemplos, Sapir demonstra como o léxico das línguas, além do sistema fonético, da morfologia e da sintaxe concorre para a constituição de objeto de interesse de linguistas e cientistas sociais na busca da compreensão da interação das línguas e de seus usuários. Traços como status e intimidade, formalidade e autonomia são importantes para estimar a relevância dos sistemas e das comunidades de fala.

O termo Ecolinguística foi sugerido em 1972 por Einar Haugen. À medida que o tema se torna mais frequente, pesquisadores de vulto passam a se ocupar em reafirmar a área. O

livro trata, de maneira clara e com linguagem compreensível, em 530 páginas, como a ecologia estuda as bases sobre possíveis influências ambientais, se refletidas também as forças sociais.

O capítulo *Ecolinguística: a história de uma ideia verde para o estudo da linguagem*, de Alwin Fill, discorre sobre o pensamento de estudiosos sobre o tema, enfatizando o pesquisador Einar Haugen, ao narrar parte de sua biografia. Reforça os conceitos de Haugen sobre a ecologia das línguas, remonta às origens do termo Ecolinguística, as três correntes que se desenvolveram na área (Ecologia Linguística, Ecologia da Língua, Ecologia das Línguas), passando pelo antropocentrismo. O texto ressalta ainda a importância de se focalizar a manutenção da diversidade linguística, tema comumente tratado em outras obras e retomado em vários capítulos da coletânea em seus diversos aspectos.

No capítulo *Porque Ecolinguística*, Adam Makkai mostra como a palavra paradigma é apresentada pelos pesquisadores, mas aponta um problema - a palavra adquiriu outros significados como: prestígio, aceitação, normalidade, regularidade e financiamento. Para enfatizar a importância dos dados em grande quantidade nos estudos envolvendo a linguagem, Makkai faz referência à pesquisa de Marr na antiga União Soviética. Explica o autor as seguintes abordagens teóricas: A gramática gerativo-transformacional (GGT), a gramática gerativa aplicada (GGA), a gramática estratificacional-cognitiva (GSC) e a gramática sistêmico-funcional (GSF). Associa a tagmêmica de Pike e a gramática sistêmico-funcional de Halliday à Ecolinguística e afirma que os cientistas ainda têm muito a pesquisar. Ao fim do texto, Adam Makkai relata a experiência e o aprendizado que obteve ao trabalhar com estudos dessa área.

Em *Ecolinguística: um Enquadramento Conceitual*, Jørgen Chr. Bang e Jørgen Døør refletem a relação entre Linguística Aplicada e a Ecolinguística como atividades sociais. Para os autores, “a linguagem e a ecolinguística são partes de uma cultura, de uma formação social e uma práxis” (p. 121). Os modelos: as contradições nucleares da práxis social, a matriz semântica (incluindo o estudo dêitico) e o paradigma que preconiza diálogo são apresentados de forma bem explicativa e ilustrativa. A categoria sujeito, por exemplo, é estudada à luz dos estudos de M. A. K. Halliday e, através de frase, se descrevem enquanto sujeitos psicológico, gramatical e lógico.

Peter Finke, em *A Ecologia das Ciências e suas consequências para a Ecologia da Linguagem*, objetiva descrever as consequências de se adotar visão ecológica, apresentando três questões preliminares, o preconceito na ciência, na natureza e na cultura,

tanto quanto o papel da lógica. Sobre essa última, o autor levanta a discussão de como a ciência deve se comprometer com uma função moral em relação aos problemas contemporâneos, a exemplo das espécies em extinção. No decorrer do texto, Finke destaca conceitos, soluções e críticas às descrições linguísticas, que costumam analisar a linguagem apenas de forma convencional. Tal reflexão é retomada em outros capítulos do livro e presentemente constitui imperioso desafio à constituição de pesquisas e de modelos inovadores.

Wilhelm Trampe, por sua vez, em *Sobre o papel da linguagem nos sistemas antropológicos*, aborda o papel da linguagem nos sistemas ecológicos antropogênicos, apresentando, inicialmente, pontos de vistas sobre a ecologia linguística. Para distinguir a ecologia da linguagem, o autor identificou algumas características: engajamento ambiental e reciprocidade, totalidade e dinâmica/evolução. Ao apresentar estudo sobre ecologia, afirma que há abertura, reciprocidade, complexidade, hierarquização, dinâmica, estabilidade, produtividade e diversidade no sistema ecológico. Dessa forma, assim como os organismos estão interligados e se relacionam com seu ambiente, também os seres humanos se relacionam através de comportamentos linguísticos. Sobre o sistema língua-mundo, apresenta Trampe algumas de suas características: abertura, reciprocidade, complexidade, criatividade, diversidade, fundamentais para a compreensão da relação ente as propriedades dos sistemas linguísticos e os sistemas e fatores que lhe são exógenos.

Hildo Honório de Couto, autor de livros pioneiros no Brasil em Ecolinguística e um dos organizadores do livro, no capítulo *Linguística Ecosistêmica*, apresenta-nos a denominada linguística ecosistêmica. Além de conceituar diversos termos comuns, o que aprofunda em capítulo posterior, facilita a compreensão acerca da diversidade das línguas utilizando exemplos do próprio ecossistema.

O capítulo *A Ecologia na Universidade*, de Peter Mühlhäusler, também traduzido para o português, trata da possibilidade de inserir a disciplina nas universidades, dada sua importância. Mühlhäusler retoma pontos em relevo destacados em toda a obra, a exemplo da negligência constatada em pesquisas quanto ao papel do meio ambiente em relação à língua e à necessidade de que áreas, como sociologia e economia, assimilem aspectos bioculturais e ecolinguísticos. O autor acredita ainda ser necessário conscientizar a sociedade e a universidade a estudar as línguas minoritárias, para o que apresenta quatro argumentos: argumentos morais (relativos ao direito de cada indivíduo falar a sua língua), argumentos científicos (atinentes ao fato de as línguas diferentes permitirem utilizar diferentes áreas do cérebro), argumentos econômicos (referentes à relação custo-benefício

no estudo das línguas) e argumentos estéticos (que dizem respeito à valorização das diversas culturas e línguas). Ao final, o texto apresenta a abrangência das áreas, fundamentando-as teoricamente e de maneira prática. Ao conferir credibilidade na disciplina, sua meta é a de despertar e incentivar o leitor a estudar Ecolinguística.

Luisa Maffi, autora de *Diversidade linguística, cultural e biológica*, volta-se para questões como vitalidade da variação linguística até à perda linguística, psicológica e social, lembrando que os primeiros pensadores, a exemplo de Whorf, nos idos de 40 não foram produtivos na tradição de estudos sobre a relação entre língua e ambiente, ainda que seu pensamento tenha tido enorme impacto no que se refere à consciência da relatividade na relação entre características linguística e cultural. Lembra Maffi que, mais recentemente, na década de 90, os estudos começaram a se ocupar com a “crise de extinção”, olhando em especial para a biodiversidade global. Tornou-se assim evidente um esforço interdisciplinar para reunir diferentes linhas de abordagens, com vistas à configuração de perspectiva integrada entre diversidade biológica, cultural e linguística. Nesta medida, envidaram-se esforços com o propósito específico de promover o conhecimento e a proteção da diversidade biocultural através de pesquisa, educação e de intervenção prática. Para tanto, identificaram-se “pontos cegos”, instâncias não detectadas por modelos dominantes, incapazes de fornecer soluções adequadas para problemas sociais. Para Maffi, na fase atual, o campo necessita definir melhor os pressupostos teóricos e filosóficos, bem como as perguntas de investigação. É necessária, para tanto, a adoção de abordagem transdisciplinar para fins de produzir pesquisa com resultados para o mundo real, para a política, por exemplo.

Sustenta a autora que o trabalho pioneiro de Harmon verificou a relação entre as espécies naturais e as línguas, para a qual Harmon descobre que países de megadiversidade também ficam entre os 25 países com maior diversidade linguística. Harmon também estabeleceu a relação entre diversidade e espécies floridas, além de identificar vários fatores biogeográficos, em larga escala, como extensa massa de terra, variedades de solos, climas e ecossistemas, ilhas, fatores geográficos, climas tropicais. Nesse ponto, vale lembrar Labov quando postulou que, quanto maior o isolamento, maior a diversidade, ainda que critérios de ausência de isolamento possam também desenvolver a variação linguística. O Pacífico é um exemplo de formação de fronteiras “simpáticas”.

Tal como Harmon por sua vez, identifica fatores biogeográficos que afetam a distribuição mundial e a densidade de linguagem. Supões-se que fatores históricos e econômicos concorrem para a constituição de evidências sobre grande escala econômica e podem

igualmente concorrer para a baixa de variação: o denominado risco ecológico mantém relação estreita com o risco de sobrevivência. É preciso que os indivíduos mantenham as trocas para mitigar o risco ecológico, paralelamente aos nichos ecológicos que se apresentam mais autossuficientes. Nessa direção, Stepp e colegas vêm atestando correlação positiva entre baixa densidade populacional e alta densidade biocultural, pendendo-se para a homogeneização linguística. Medidas têm sido tentadas no sentido de determinar se a diversidade cultural está de fato diminuindo e se acha em sintonia com a biodiversidade. Informa-nos Luiza que tais indicadores ainda se acham na agenda de pesquisas para aprimorar o Índice de Diversidade Biocultural (IDB) e muito está por ser feito e comprovado. O artigo de Luiza lembra finalmente que peritos em línguas em risco e em preservação linguística elencam orientações úteis como indicadores de diversidade linguística.

No capítulo intitulado *Diversidade, contato e ecologia linguística: uma aproximação a partir da complexidade sociolinguística*, Albert Bastardas Boada sustenta ser possível tratar a ecologia contextual e multidimensionalmente, relacionada à mente, à educação e à cultura. Tal perspectiva permite tratar distintos fatores, suas interações e trajetórias históricas. Em 1971, Hagen propôs o termo “ecology of language” destacando estudos sobre meio e contexto. William F. Mackey aplicou-o a investigações sobre contato: os sistemas linguísticos são metaforicamente concebidos como “espécies” sócio-culturais, de modo que se torna pertinente valer-se das semelhanças do contato e da competência entre as espécies para compreender os espaços de conflito entre grupos dominantes e subordinados.

Há então duas correntes ecolinguísticas, uma mais teórica, outra mais sociopolítica e ideológica, com o aumento da consciência social quanto à preservação, aceitação e normatização da diversidade linguística. Boada postula um paradigma holístico, além de tratar da relação língua/espécie. De caráter transdisciplinar, denomina o Boada tal orientação de “ciências das complexidades”. Bateson, por exemplo, desenvolve pensamento de inspiração cibernética para aprofundar a reflexão sobre mente e comunicação humana, dialogando com físicos, como Fritjof Capra e David Bohm, em direção de conceito não fragmentado do mundo. A troca entre cientistas das áreas humanas e sociais torna-se igualmente profícua para se atingir nova conceptualização integrada das sociedades humanas: Elias preconiza os fenômenos emergentes e Edgar Morin se afina a Boada na direção de construir uma ecologia sociocognitiva voltada para parâmetros cérebro/mente, auto-organização, emergência, causalidade circular, retroativa, recursiva e

holográfica. cuja compreensão supõe que a parte está no todo e o todo está na parte.

Boada, por sua vez, lança mão também da metáfora da partitura orquestral e polifônica para expressar o modelo ecossistêmico, de base cognitiva, com a meta de melhor compreensão das formas linguísticas e de seus usos sociais. Não se pode esquecer, alerta Boada, das predisposições cerebrais prévias que dão sustentação à emergência da organização da interação e mantêm ligação com as assimetrias, variedades, estilos e as distintas representações e funcionalidades dos grupos profissionais e laborais. Complementarmente, insiste Boada, é relevante a introdução de pentagrama dedicado às tecnologias da comunicação de massas, assim como o relacionado ao poder político, de decisão de oficializar idiomas, de definir língua franca. Desta feita, tal modelo volta-se para o foco das mudanças de vários níveis, levando-se em conta, sobretudo, o contato, as relações de forças entre distintas dimensões, que podem resultar em desarmonia do ecossistema, em desorganização quanto às leis de manutenção das línguas, enfim, em crise de línguodiversidade. Com efeito, segundo Boada, o paradigma sustentabilista se apresenta como saída para o desenvolvimento da equidade e para a justiça interlinguística.

Louis-Jean Calvet, conhecido teórico no estudo sociolinguístico, em seu artigo *Fundamentos de uma ecologia das línguas*, analisa a Ecolinguística através de pesquisadores consagrados. Com o objetivo de sustentar uma ecologia das línguas, parte do estudo sobre origem, evolução e seleção natural. Segundo Darwin “as diferentes espécies não são o produto de uma criação, mas de uma evolução: toda espécie descende de outra espécie” (p.359). Nessa perspectiva, as línguas passaram por um desenvolvimento gradual, um complexo processo ligado à sua origem, ou seja, a uma genealogia. Calvet trata ainda dos processos de aclimatação e aclimatamento por meio de comparações e questionamentos sobre a origem da língua.

O interessante ensaio intitulado *Sobre a necessidade de submeter o discurso ambiental contemporâneo à investigação reflexiva*, escrito por Richard Alexander, oferece-nos um moderno estudo relacionado a questões ambientais que são expostas na mídia. A pesquisa é centrada nos comunicados de imprensa da BP (companhia de óleo) sobre o derramamento de óleo no Golfo. Esses comunicados, ocorridos entre 21 de abril de 2010 e 23 de abril de 2010, são peças discursivas que se utilizam de eufemismos para justificar eventos desastrosos. Por exemplo: a alegação de que ‘este acidente foi causado por falhas em uma série de processos, sistemas e equipamentos’ terceiriza a culpa, substituindo a responsabilidade humana para as máquinas. Dessa maneira, o texto é repleto de exemplos que revelam as verdadeiras intenções dos comunicados.

Em *O Tao da linguagem: semelhança entre linguística construtivismo social e misticismo*, Arian Stibbe, alude à Física, à Linguística, à Psicologia e à Sociologia para demonstrar reflexões do antigo misticismo oriental. Destaca como os paradigmas voltados para níveis estruturais, incluindo a Semântica Formal, criaram categorias discretas e não lograram êxito quanto ao conhecimento dos sistemas linguísticos, seus usos, papel e função.

Stibbi elenca a teoria dos protótipos, a manipulação ontológica, o apagamento, a representação, a construção social enquanto desafios para quebrar as barreiras do modelo clássico da língua. No entanto, Stibbe considera os modelos como tendências paradigmáticas simplistas acerca da relação entre língua e mundo. Assim, Stibbi prepara o leitor para entender por que os místicos orientais já haviam adiantado as limitações dos modelos empreendidos, constantes nas noções de Tao, de tempo e mudança, na concepção da palavra como filtrado, como resíduo destituído de seus melhores componentes, no entendimento de que a linguagem inventa sua verdade. O texto aponta que a Análise Crítica do Discurso e o Construtivismo Social avançam em relação ao taoísmo e o zen. Oferece o autor, pois, relevante reflexão acerca de que a conscientização de aspectos práticos situa-se além dos sistemas linguísticos.

O capítulo de autoria de Hildo Honório do Couto e Elza Kioko do Couto, intitulado *Análise do discurso Ecológica (ADE)*, deixa clara a natureza holística do objeto de estudo da Ecolinguística que, contemporaneamente, também inclui a Análise do Discurso (AD). Os rótulos Linguística Ecológica Crítica e Ecolinguística Crítica podem ser também cognominados como Linguística Ecocrítica e Linguística Ambiental. Couto & Couto apresentam a versão crítica da Linguística Ecológica a que preferem denominar de Análise do Discurso Ecológica (ADE), cujo escopo não abrange todo e qualquer aspecto da língua. Os autores ressaltam que não se deve confundir com análise do discurso de linha francesa e inglesa.

Como é sabido, ambas têm suas bases marcadamente ideológicas, na visão marxista de Althusser e Gramsci, respectivamente. Aliada à natureza ideológica, as orientações de AD incluem aspectos voltados para as relações de poder. Para os autores, todas essas visões são equivocadas, inclusive a teológica, bem como a defesa do monolinguismo, contrária à ideia de ecologia da diversidade. Outro equívoco prende-se ao maniqueísmo do bom-mau, alto-baixo, grande-pequeno, assim como a influência da psicanálise lacaniana.

Destacam Couto & Couto que a análise ecossistêmica focaliza tanto o processo de produção de texto/discurso, quanto a interação comunicativa. Trata-se de disciplina em defesa da vida, que busca proteger o sofrimento, já que explora, em planos de relevo

semelhantes, a língua e o discurso. Além dos níveis da língua, a área se ocupa das relações entre língua e mundo, da tolerância ao diferente, da diversidade quanto às relações com os seres humanos e com as outras espécies animais. Nas inter-relações, assinalam os autores, pressupõe-se adaptação, holismo, abertura, possibilidade, inquilinismo, comensalismo, mutualismo. Não há lugar para o predatismo, o parasitismo nem para a competição. A ADE constitui a ideologia da vida, ideologia ecológica, a ecoideologia. A preservação identitária é contemplada na análise, assim como a vida espiritual como objeto discursivo, descartando-se ideologias fanáticas.

Dos tópicos privilegiados pela ADE, esclarecem Couto & Couto, estão o autoprotecionismo, as línguas minoritárias, os cultos ao desenvolvimentismo. A preocupação com a territorialização e a desterritorialização são aspectos destacados na análise. À página 458, os autores oferecem um quadro comparativo, classificando os temas contemplados pela a Análise do Discurso Crítica AD(C) e a Análise do discurso Ecológica (ADE), a partir do qual fica claro a episteme da AD(C) e da ADE. Em seguida, os autores acrescentam reflexões sobre questões polêmicas, na sua maioria, ligadas a sofrimento, que não encontra abrigo na ADE, já que o modelo assume postura em defesa incondicional à vida. Tal perspectiva ecológica acolhe a espiritualidade, religião, bem como a linguagem entre indivíduos. Não pode assim afinar-se a modelos que sustentem que a linguagem é resultante de um bioprograma, desprovida totalmente do contexto fora do falante. A macroecologia, suporte para a linguística ecossistêmica é a ecologia profunda (EP) que apregoa a descentralização, configurando-se como discurso ecológico alternativo, comportamento ambiental e mente ecológica.

Para Couto & Couto, é de se compreender que, longe de julgar a AD desimportante, a ADE é um passo à frente na análise do discurso. Sem dúvida, o capítulo é extremamente valioso no conjunto dos outros ensaios do livro, na medida em que organiza didaticamente as distintas áreas voltadas para discurso e oferece minuciosa caracterização de distintas orientações de modelos voltados para análise do discurso.

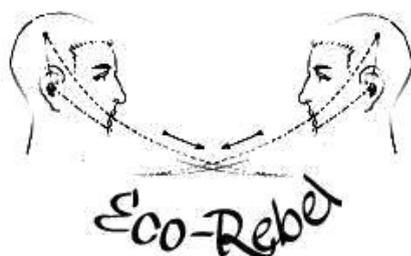
Em suma, o livro visa conceituar língua e meio ambiente, ressaltar teóricos que contribuíram e contribuem para o surgimento e avanço da Ecolinguística. Sob uma perspectiva evolutiva, em *Ecologia da Língua: algumas perspectivas evolutivas*. Mufwene trata em especial dos fenômenos de manutenção e perda linguística e traz à baila a mente como vetor da evolução. Não deixa, porém, de salientar o papel do falante como reflexo da história e como responsável por escrever a história através dos usos linguísticos adaptados a ocasiões de modo a atender a distintas necessidades comunicativas.

E C O - R E B E L

A valorização da diversidade das línguas, ao fim e ao cabo, incentiva progressivamente a atenção para a Ecolinguística, ainda pouco pesquisada no Brasil. Ao fim da obra, temos a sensação de que devemos explorar mais o tema ou, quem sabe, relacioná-la à nossa área de estudo. De forma crítica e reflexiva, é possível compreender os caminhos percorridos e conhecer a literatura ecolinguística internacional, agora acessível ao leitor brasileiro.

Recebido: 14/04/2016.
Reformulado: 24/05/2016.
Aceito: 10/06/2016.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 2, n. 2, 2016.



RESENHA

FERRARIZI JÚNIOR, C.; MOLLICA, M.C (Org.). *Sociolinguística, Sociolinguísticas: Uma introdução*. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

Zilda Dourado Pinheiro (UEG)

A ecolinguística é um ramo da ecologia que estuda os fenômenos da linguagem segundo as categorias ecológicas da diversidade, adaptação, holismo, evolução, sustentabilidade, abertura, porosidade, relações ecológicas harmônicas e relações ecológicas desarmônicas. Atualmente, muitos pesquisadores e simpatizantes dessa disciplina estão fazendo questionamentos sobre sua metodologia. A proposta é a de analisar a interação linguística enquanto totalidade, dentro do ecossistema linguístico, em suas dimensões social, mental e natural. Assim, um estudo em ecolinguística pode se valer das categorias de análise da ecologia e estabelecer diálogo com outras disciplinas para compreender o objeto de estudo em sua totalidade. A ecolinguística adota uma metodologia ecológica, que pode se estender a uma multimetodologia, motivo pelo qual ela é considerada uma epistemologia holística.

De acordo com essa proposta multimetodológica, pesquisadores de outras linhas de pesquisa da linguística podem trabalhar em conjunto com os ecolinguistas, partindo de suas próprias contribuições teóricas. Nesse contexto, aparece o livro de ensaios “*Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução*”, organizado de Maria Cecilia Mollica e Celso Ferrarezi Júnior. Trata-se uma obra introdutória com dezoito artigos, cada um deles sobre os diversos campos de estudos da sociolinguística áreas afins, tais como a pragmática e a própria ecolinguística. Com a proposta de apresentar as diferentes sociolinguísticas e suas áreas afins, o livro permite reconhecer também como a ecolinguística consegue dialogar com diferentes campos de estudo linguísticos.

ECO-REBEL

Na apresentação do livro, os organizadores destacam que o surgimento da sociolinguística, a partir da pesquisa de William Labov sobre os falares negros nos EUA, permitiu um refinamento no estudo da língua em uso, levando em consideração fatores históricos e sociais que, de diferentes maneiras, podem interferir na comunicação e no sistema linguístico. Desde então, a sociolinguística expandiu os seus domínios para outras áreas como as da aquisição da linguagem, análise do discurso, linguística cognitiva, linguística aplicada ao ensino de português, linguística textual, línguas indígenas e a pragmática.

O primeiro artigo do livro é o de “Dialetoлогия”, escrito por Suzana Alice Cardoso. Ele apresenta essa disciplina ainda muito próxima da sociolinguística variacionista laboviana. De acordo com Cardoso, por meio de pesquisa quantitativa e qualitativa, a dialetoлогия descreve e analisa as variações dialetais em sua distribuição espacial, levando em conta as características sociais, de idade, de sexo e de escolaridade dos falantes. Essa disciplina também dialoga com a geolinguística para apresentar os dados em forma de mapa ou cartográfica, motivo pelo qual os principais trabalhos da dialetoлогия estão relacionados com a confecção de atlas linguísticos de diferentes países e regiões, como é o exemplo do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALIB).

O segundo artigo é “Mudança em tempo real e em tempo aparente”, escrito por Maria da Conceição Paiva. Nesse trabalho, a autora segue a tradição do estudo da variação linguística pela Sociolinguística laboviana. Dentro dessa perspectiva, toda mudança na língua pode ser estudada como um produto acabado e como um processo em curso. É dessa maneira que se faz a distinção entre mudança linguística em tempo real e mudança linguística aparente. O primeiro caso de mudança ocorre quando uma forma linguística apresenta uma diferença em seu uso ao longo da história, como é o clássico exemplo do pronome pessoal “vossa Mercê/vosmecê/você”. O caso de mudança em tempo aparente é se dá quando há uma forma em uso pela comunidade mais jovem, mas que não se realiza com a mesma frequência entre a população mais velha, sendo apenas um indicativo de mudança que pode (ou não) se concretizar no uso da língua. É o caso das gírias, jargões ou algumas construções sintáticas. Portanto, o estudo da mudança linguística implica também a descrição da variação linguística tanto em relação a um grupo social quanto a cada um de seus membros. Essa constatação permite reconhecer diferentes mudanças em curso, por meio das variações que coexistem em uma mesma comunidade de fala.

A partir do terceiro artigo, o livro começa a apresentar os campos de estudos da sociolinguística que dialogam com outros campos da linguística. O texto “Sociolinguística

“Paramétrica””, de Maria Eugênia Duarte, constitui uma proposta de estudar a variação linguística em consonância com a gramática de princípios e parâmetros, tal como proposta pelo gerativismo de Chomsky. Duarte relata que o professor Fernando Tarallo foi o primeiro linguista brasileiro a propor esse tipo de estudo, um exemplo de aplicação apresentada por ele foi a do sujeito nulo em todas as línguas naturais. Como postula a gramática de princípios e parâmetros, todas as línguas apresentam uma posição estrutural de sujeito, contudo, cada uma delas apresenta uma forma bem específica de fazer essa marcação. Como se percebe até aqui, o texto trabalha com os universais linguísticos, seguindo o gerativismo; o estudo da variação se dá pelo modo como essas formas universais aparecem em cada uma das línguas do mundo. Por isso a Sociolinguística paramétrica investiga o modo como acontece a mudança ou a remarcação dos valores dos parâmetros presentes na gramática universal. Essas mudanças podem ocorrer no curso da história, em um processo de mudança linguística lenta e gradual, em que diferentes formas de marcar um valor paramétrico podem coexistir no uso da língua.

Sobre o texto de sociolinguística paramétrica é importante salientar ainda que a tendência é de sempre estabelecer um contraste entre os estudos gerativistas, o formalismo, com os estudos funcionalistas, o funcionalismo. O livro segue essa tradição ao apresentar em seguida o artigo “Sociofuncionalismo”, escrito por Maria Maura Cezário, Priscila Mouta Marques e Jussara Abraçado. Assim, se para o gerativismo a estrutura gramatical é essencialmente virtual e presente na mente dos falantes, para o sociofuncionalismo ela está presente em uma situação real de comunicação, constituída pelos participantes, pelo objetivo da interação e pelo contexto discursivo. Nesse sentido, o sociofuncionalismo aceita a ideia de que a gramática é afetada pelo uso/discurso da comunicação.

Esse texto, “Sociofuncionalismo”, defende que as formas linguísticas podem exercer diferentes funções em diversos contextos de uso. Assim, o léxico e a gramática não são considerados separadamente, na verdade, eles são estudados a partir de um processo chamado de gramaticalização, de acordo com o qual alguns itens lexicais podem exercer função gramatical e alguns itens gramaticais podem exercer função lexical. Esse processo pode ser marcado tanto pela morfossintaxe quanto pela semântica, tudo depende do contexto de uso onde a palavra aparece. Por essa percepção das formas linguísticas e seus papéis na comunicação, a variação linguística é explicada como um dos motores desse processo de gramaticalização.

Em seguida vem o ensaio de Cristina Abreu Gomes, “Sociolinguística e aquisição da linguagem”. Nesse texto, há uma reflexão sobre como o processo de aquisição de

linguagem pode ser compreendido pela sociolinguística variacionista laboviana. Assim, a língua é dinâmica, heterogênea, apresenta variações em diferentes locais e contextos de uso. Do mesmo modo se constitui o processo de aquisição de linguagem por parte do falante. As pessoas adquirem a variação linguística do seu grupo social. Por essa proposição, um estudo de aquisição de linguagem em sociolinguística leva em consideração os valores sociais do ambiente, a relação da criança com os pais e outras pessoas mais próximas, o comportamento dos adultos com as crianças e demais fatores sociais que possam ser relevantes para compreender o processo de aquisição.

Após esse artigo, aparece o trabalho de Dante Lucchesi “Crioulística”. Essa disciplina estuda as línguas pidgins e crioulas que se formaram nas situações de comunicação emergencial na expansão europeia dos séculos XVI e XIX. Ao descrever os processos de criouliização e pidginização, o texto chama a atenção para os aspectos políticos e econômicos dos povos em contato, assim como para alguns fatos históricos determinantes para a formação dessas línguas.

Outro artigo que trabalha com línguas em situações de contato entre povos é o da Maria Célia Lima-Hernandez: “Sociolinguística e línguas de herança”. Por língua de herança entende-se aquela aprendida por filhos e netos de imigrantes. Além da língua, eles podem aprender a cultura e a identidade da comunidade dos seus antepassados. Dessa maneira, o texto faz uma discussão importante sobre a relação entre língua e cultura, pois o modo como a cultura valoriza a língua do imigrante interfere muito na construção identitária das pessoas estrangeiras e de seus descendentes. O texto traz como exemplo o caso da China, em que diferentes grupos falam uma língua própria, mas estudam o mandarim na escola.

Sobre essa relação língua, sociedade e cultura, o artigo “A sociolinguística e os estudos da interação”, de Maria do Carmo L. de Oliveira e Maria das Graças D. Pereira, apresenta o diálogo que a sociolinguística estabelece com as abordagens da teoria social. Esse campo de estudos subdivide-se em outras duas linhas de pesquisa: a sociolinguística interacional e a análise da conversação. De acordo com Oliveira e Pereira, a sociolinguística interacional (SI) apresenta uma interpretação dos processos interacionais a partir das diferenças culturais que podem constituir a comunicação. Por essa abordagem, essa disciplina também estuda as relações da interação com a ordem macro do discurso. Já a análise da conversação (AC) analisa como a linguagem engendra o mundo social. A partir de um estudo etnometodológico, a AC analisa nas sequências e turnos de fala como as ações dos falantes são construídas intersubjetivamente. Uma das categorias de análise

relevante para ambas teorias é a questão da identidade do falante: a SI a compreende como um processo imutável percebido pelos processos comunicativos; a AC entende a identidade como uma atividade situada, associada a uma categoria proposta no curso da interação.

Essa proposta de a Sociolinguística dialogar com teoria social também aparece no artigo de Tânia Clemente de Souza, “Sociolinguística e análise do discurso”. O texto trabalha com a análise do discurso (AD) desenvolvida por Michel Pêcheux, na França, na década de 1960. De acordo com Souza, a sociolinguística estuda a variação a partir da interação entre os níveis sintáticos, lexicais e morfológicos de uma língua em uso. Com a AD, é possível tematizar essa interação e estendê-la para a análise dos processos enunciativos e discursivos que também engendram um texto, uma fala na oralidade. O discurso é concebido como uma materialidade de base linguística e ideológica; nesse sentido, o estudo da variação também pode ser sustentado por uma abordagem discursiva. Em relação à ideologia, a AD teoriza que todo discurso obedece algumas regras de formação, as condições de produção (quem diz, onde diz, para quem diz, por que diz e como diz); dessa maneira, as variações linguísticas também podem ser estudadas por essas condições de possibilidades. Além disso, por meio delas, também se reconhecem traços sociais e ideológicos que sustentam os discursos em circulação no meio social.

Ainda com a proposta de a Sociolinguística dialogar com algumas abordagens do social, o artigo “Sociolinguística cognitiva”, de Lilian Ferrari, propõe um estudo da interação a partir da confluência entre a sociolinguística e a linguística cognitiva. O objetivo da sociolinguística cognitiva é o de estudar o uso da língua pelos fatores sociais e culturais em conformidade com os fatores cognitivos, que consideram a mente individual nos processos de interação entre os falantes, assim como em relação aos papéis sociais e aos processos cognitivos. Assim, o estudo da variação linguística se dá pela análise da inter-relação entre os aspectos sociais e cognitivos, a partir de métodos quantitativos e multivariacionais.

Seguindo-se a esse texto, o artigo “Sociolinguística e línguas indígenas brasileiras”, de Lilian Abram dos Santos, propõe um estudo sociolinguístico da situação das línguas indígenas e de seus povos no Brasil. Trata-se de um diálogo com a linguística descritiva e com a tipologia linguística. Dessa maneira, o contato linguístico entre diferentes línguas indígenas, assim como destas com a língua portuguesa, pode ser estudado também pelos fatores socioculturais dos grupos indígenas, a fim de compreender aspectos das variações linguística, cultural e social. Santos destaca três pontos relevantes para o estudo das

línguas indígenas dentro da sociolinguística: a variação, a tipologia e políticas de revitalização da língua. Nesse sentido, a autora argumenta que, por si só, a pesquisa não garante que a língua e a cultura de um grupo indígena sejam preservadas, mas dá visibilidade dentro da academia; e o registro delas também contribui para a realização de políticas linguísticas que favoreçam os grupos indígenas.

Ainda sobre grupos sociais de diversos tipos e etnias, o artigo de Stella Maris Bortoni-Ricardo, “Paradigma das redes sociais nos estudos sociolinguísticos”, demonstra como o paradigma das redes sociais estuda a variação linguística em meio social. De acordo com a autora, as redes sociais são os círculos de relações das pessoas entre si, como amigas, parentes, ocupando papéis que exercem muita influência no momento da comunicação. O estudo dos círculos sociais envolve a descrição das estruturas topológicas, o número das relações sociais e sua organização, e das estruturas funcionais, o fluxo e o conteúdo da informação, assim como os papéis sociais e as normas. Por meio desse paradigma das redes sociais, Bortoni-Ricardo também propõe uma pedagogia de leitura em sala de aula por meio de atividades que capacitem os alunos a ser leitores autônomos.

Seguindo essa proposta de pensar a sociolinguística para a sala de aula de língua portuguesa, o artigo “Sociolinguística aplicada à educação”, de Lucia Cyranka, discute como as questões de variação e mudanças linguísticas interferem no ensino de língua portuguesa, uma vez que existe uma zona conflituosa do dialeto do aluno com a norma padrão, o que gera o preconceito linguístico, aquele que estigmatiza qualquer variedade que não seja a da gramática normativa. Nesse sentido, a sociolinguística educacional contribui para mostrar ao aluno o caráter heterogêneo da língua, a importância dos dialetos para a sua constituição, para que ele desenvolva crenças positivas sobre as diferenças dialetais do português. Cyranka propõe atividades de sala de aula para a identificação das diferenças dialetais e de diferentes empregos da norma padrão em gêneros orais e escritos, a partir da realidade sociolinguística dos alunos.

A proposta da Sociolinguística educacional em sala de aula também enfatiza a importância de esse campo de estudo ser trabalhado nos cursos de formação de professores. O artigo “A importância da sociolinguística educacional na formação docente educacional continuada” propõe que os professores estudem alguns aspectos da pedagogia da variação, tal como proposta por Bortoni-Ricardo, para que a diversidade linguística da língua portuguesa possa ser trabalhada em sala de aula de modo coerente e eficaz. Só assim o aluno poderá se sentir mais seguro com o seu próprio dialeto e com o uso da norma padrão.

Após essa discussão sobre sociolinguística e ensino de língua, o artigo intitulado de “Sociolinguística e texto” apresenta uma nova discussão. Vera Paredes Silva propõe um diálogo da sociolinguística com a linguística textual (LT). A ideia é a de aliar o estudo do texto com o estudo da variação; enquanto a LT estuda os mecanismos de textualidade que o autor mobiliza para escrever um texto, a sociolinguística pode contribuir para mostrar as regularidades/sistematicidades desses mecanismos de acordo com a variação que sustenta a materialidade textual.

Os dois últimos artigos do livro são sobre a Pragmática. O artigo de Kanavillil Rajagopalan, intitulado “Pragmática”, apresenta um panorama geral da disciplina e de seu objeto de estudo. A pragmática é uma disciplina que estuda a língua em um contexto, na busca de entender como os sentidos se constituem em um meio cultural e, por essa constituição, também constroem as ações das pessoas, pois, para essa teoria, a linguagem é ação. Já o artigo de Tommaso Raso, “Aspectos sociais e pragmáticos da linguística corpora”, apresenta uma nova metodologia para a pragmática e para a sociolinguística. Segundo Raso, a linguística de *corpora* é uma metodologia investigativa que aplica tecnologias computacionais no estudo de grandes bancos de dados linguísticos. Ela se subdivide em três tipos, a saber, (i) a *webcorpora*, de fazer *download* de textos na internet; (ii) os textos escritos em circulação no meio social e (iii) os *corpora* de fala, transcrição com áudio, ou com vídeo, de dados coletados em conversas com informantes. Portanto, trata-se de uma abordagem que visa a facilitar a coleta e a análise dos dados da sociolinguística e da pragmática.

Todos esses artigos do livro “Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução” demonstraram a relevância de um estudo linguístico que alie diferentes abordagens na compreensão da língua em uso. Dentro dessa proposta, o artigo de Hildo do Couto, “Ecolinguística”, de certa forma sumaria o todo da obra. Com efeito, a ecolinguística estuda as inter-relações de um povo interagindo linguisticamente em um território. Por essa perspectiva, a língua é entendida como a própria interação. Ela é vista como inserida em um ecossistema composto por mais três outros com respectivos meios ambientes: (i) o mental, referente à língua como uma realidade mental, formada, armazenada e processada na mente dos falantes; (ii) o social, formado pelos indivíduos congregados em uma coletividade dentro do meio social e (iii) o natural, compreendendo o território onde a comunidade vive e interage no dia a dia. De acordo com Couto, a sociolinguística dialoga com a ecolinguística no estudo do meio ambiente social da língua, para entender como os

fatores sociais interferem nas variedades linguísticas encontradas em determinada comunidade de fala. A ecolinguística acrescenta a dimensão mental e a natural.

Pela leitura do livro, o diálogo entre sociolinguística e ecolinguística pode ser fundamentado na concepção de língua defendida por esses dois campos de estudo da linguagem. Os estudos da variação linguística, preconizados por William Labov e todo o crescimento da teoria sociolinguística a partir da contribuição de outras linhas da linguística, são muito relevantes, contudo, eles mantêm a definição de língua como sistema. Um sistema que tem uma organização própria e varia de acordo com as interações sociais dos falantes; por esse motivo, o sistema pode mudar em alguns aspectos lexicais, morfossintáticos e fonológicos. Na ecolinguística, Couto mostra que o núcleo da língua é compreendido como uma ecologia da interação comunicativa com as suas regras interacionais, das quais a língua como um sistema (regras sistêmicas) é apenas uma parte, pois só a estrutura linguística, por si, não faz com que a comunicação entre os falantes seja eficiente, pois eles sempre mobilizam aspectos proxêmicos, cinésicos e outros recursos extralinguísticos, principalmente na comunicação oral. Portanto, a ecolinguística abre diálogo com a sociolinguística porque também ela compreende o funcionamento das regras sistêmicas em um meio social.

Por essas considerações, pode-se compreender a proposta multimetodológica da ecolinguística. O estudo da língua como interação também envolve a análise da estrutura linguística. Por essa razão, as categorias de análise da sociolinguística, tais como a variação e a mudança linguísticas, podem ser associadas às categorias de análise da ecolinguística, tais como a diversidade e a adaptação das línguas. Em concordância com a proposta do livro, a ecolinguística também defende uma visão da língua mais abrangente e diversificada, de modo a promover um estudo dos fenômenos linguísticos em sua totalidade. É assim que a ciência da linguagem pode evoluir, congregando teorias e pesquisadores para a compreensão dos mecanismos linguísticos e interacionais mobilizados pelos falantes na comunicação.

Recebido: 25/07/2016.

Aceito: 06/08/2016.